ISSN 2238-3093

Informativa Educacional

REVISTA ANEC

MARÇO DE 2017 | ANO X | Nº 39

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

PAIS E ESCOLA

SAIBA COMO AS ESCOLAS PODEM INFLUENCIAR OS PAIS A PARTICIPAREM DA ROTINA ESCOLAR DOS FILHOS

MANTENEDORAS

ASPECTOS NECESSÁRIOS QUE PRECISAM SER LEMBRADOS SOBRE O "ESTATUTO DO RELIGIOSO"

DIREITOS HUMANOS

COMO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PODEM DESENVOLVER UM PROCESSO EDUCATIVO EM DIREITOS HUMANOS

HISTÓRIAS QUE ENCANTAM AUTORES QUE INSPIRAM

Um catálogo de autores consagrados, com mais de 2 mil títulos da Educação Infantil ao Ensino Médio.

CULTIVANDO LEITORES

Vamos juntos cultivar novas histórias.

Conheça o catálogo completo no site.
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 || www.ftd.com.br

FTD EDUCAÇÃO

De 19 a 21 de julho de 2017

Educação Católica e os Desafios do Século XXI

IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

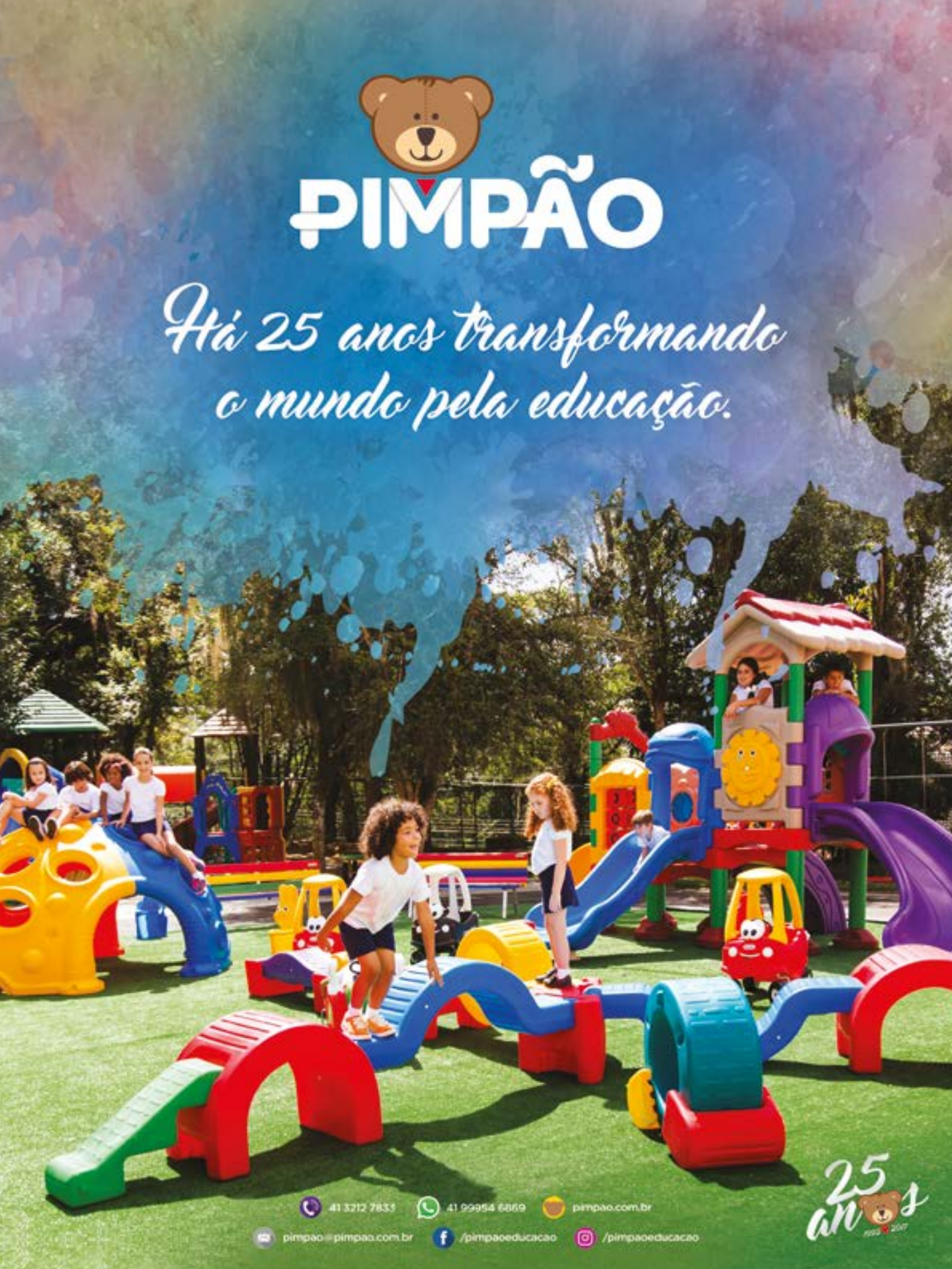
MINAS GERAIS - 2017

Debater o Presente para Construir o Futuro

Informações:
www.anec.org.br/congresso

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

61 3533-5050 | www.anec.org.br


PIMPÃO
Há 25 anos transformando o mundo pela educação.
41 3212 7831
41 99954 6869
pimpao.com.br
pimpao@pimpao.com.br
/pimpaoeducacao
/pimpaoeducacao
25 anos

CAPA
Pais e Filhos

COLUNA
Organizações Religiosas

EDUCAÇÃO BÁSICA
Direitos Humanos

SUMÁRIO

4 **EDITORIAL**

6 **MURAL**

ACONTECE
8 Presidente da ANEC participa do simpósio Global Google For Education

ESPECIAL
14 ANEC sugere mudanças na Medida Provisória 746/2016
18 O valor da experiência
20 Crise e mercado de saúde no brasil. Como as instituições podem oferecer benefícios e reter talentos
22 eSocial - impactos e riscos nas instituições de ensino, do ponto de vista da gestão

26 **ESTANTE**

30 **EM PAUTA**

ARTIGO
32 Escola e mudança organizacional - um desafio de sobrevivência
36 Metodologias alternativas de ensino: essa geração não quer nada com nada?
38 Teste de recuperatibilidade nos ativos das instituições
42 Comprometidos com a paz!

COLUNA
44 Autonomia para voar
46 Educação como acontecimento ético
48 O caminho da responsabilidade social passa pela educação - parte 1
52 Os desafios da juventude nas escolas em que é proibido pensar
54 Repensando o marco estatutário das organizações religiosas

CAPA
60 A parceria entre escolas e pais é indispensável

VITRINE
66 Pais vão para a escola contar histórias para filhos e colegas
68 Colégio Marista de Criciúma desenvolve projetos de sustentabilidade
70 Projeto: uso consciente e responsável da internet 2016
72 SIRIS 2016
74 Alimentação adequada deve começar na infância
78 Acesso à educação superior na Bahia: os estudantes da Universidade Católica de Salvador (UCSAL)
80 Agora somos Centro Universitário Católico de Vitória
82 China mais perto dos alunos de relações internacionais
84 Unilasalle Canoas e Google for Education juntos em parceria que vai revolucionar a sala de aula
86 Empreendedorismo além da sala de aula

EDUCAÇÃO BÁSICA
90 Educação em Direitos Humanos promove cidadania nas instituições de ensino

BOAS PRÁTICAS
94 Esquina do Pensamento

REFLEXÃO
96 Escola Católica: novos contextos, novos desafios

ERRATA: A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) informa que o nome do autor da matéria "Viagem de estudos" publicado na revista Informativa Educacional, edição de número 38 foi errado. A autora do texto é a professora de Biologia do Colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - São Gabriel/RS, Loraine Rodrigues Jardim.

A equipe da revista Informativa Educacional pede desculpas a gestora de comunicação e MKT do Colégio Nossa Senhora do Perpetuo Socorro no Rio Grande do Sul, no qual saiu como autor do texto, assim como para a professora Loraine Rodrigues Jardim.

Editorial

Prezados leitores, temos por objetivo dar continuidade à consolidação de nossa Associação à frente das decisões governamentais no que se refere à educação. Iniciamos o ano de 2017 na certeza dos frutos até aqui colhidos e com o empenho cada vez maior em fazer um excelente trabalho nos meses a seguir. Dispostos ao diálogo franco e aberto iremos nos fazer presentes, sempre que possível e necessário, nas reflexões e nas tomadas de decisões importantes para a educação, no intuito de mudar o atual cenário que nos é imposto. Contudo, sempre alicerçados em nossa missão de levar o Evangelho por meio de nossa ação educativa, humana, cristã e evangélico-libertadora.

Este ano será bem especial, pois será realizado o maior evento promovido pela ANEC. Em julho, realizaremos a quarta edição do Congresso Nacional de Educação Católica do Brasil e vocês não poderão ficar de fora. O tema "Educação Católica e os Desafios do Século XXI: debater o presente para construir o futuro" foi escolhido por bem sabermos o quão desafiador tem sido para nós, como educação católica, nos firmarmos e permanecemos inabalados em nossa missão. Sendo assim, convidamos todos a participarem desse evento que trará nomes importantes da área da educação para juntos discutirmos os desafios deste século e nos fortalecermos para enfrentá-los.

Com toda a crise que o país tem enfrentado, é necessário empenho e disposição para que as mudanças sejam feitas. A Informativa Educacional, como dispositivo que auxilia no caminhar diário das associadas, traz artigos educativos e informativos para que o leitor possa se nortear, bem como, facilitar o trabalho a ser desenvolvido nas instituições.

Como gestores e professores, sabemos como é importante a participação familiar para o bom desenvolvimento pedagógico dos alunos de nossas instituições. Como ainda estamos no começo do ano letivo, convido todos a lerem a matéria sobre esse assunto e como as instituições podem mudar a cultura da não participação dos pais na rotina escolar dos filhos.

A Informativa Educacional apresenta também um artigo que irá fazer repensar o marco estatutário das organizações religiosas. Além disso, o "Em Pauta" traz duas importantes personalidades religiosas que junto comigo falam sobre o tema da Campanha da Fraternidade. Esta edição está recheada de assuntos importantes, não deixem de ler.

Desejamos a vocês um ano especial e de realizações. Que Nossa Senhora, Mãe Educadora, possa abençoá-los (as) e conduzi-los (as) nas decisões a serem tomadas.

Boa leitura e boas reflexões!

Prof. Dr. Paulo Fossatti,fsc
Diretor Presidente ANEC

Informativa Educacional

Ano X, março/2017, n. 39
ISSN 2238-3093

Diretoria Nacional
Ir. Paulo Fossatti (Presidente)
Ir. Irani Rupolo (1º Vice-Presidente)
Ir. Adair Aparecida Sberga (2ª Vice-Presidente)
Ir. Marli Araújo da Silva (1º Secretária)
Frei Claudino Gilz (2º Secretário)
Pe. Roberto Duarte Rosalino (1º Tesoureiro)
Prof. Francisco Morales (2º Tesoureiro)
Evandro Luís Amaral Ribeiro (Secretário Executivo)

Conselho Superior
Pe. Marcelo Fernandes de Aquino (Presidente)
Pe. José Marinoni (Vice-presidente)
Ir. Mariluce Nilo Moucort (Secretário)

Conselheiros
Frei Gilberto Gonçalves Garcia
Prof. Wolmir Therezio Amado
Ir. Maria Imaculada Esquerdo
Ir. Márcia Edvirges Pereira dos Santos
Ir. Clemente Ivo Juliatto
Pe. Mario Sundermann

Departamento de Comunicação
Patrícia Amato
Willian Fabricio Ribeiro

Jornalista Responsável
Telma Martes

Estagiários
Bruno Marques
Luana Gomes

Revisão
Elaine Cristina Sousa

Projeto Gráfico
Luciene Lopes Pereira

Diagramação, Ilustração e Capa
Willian Fabricio Ribeiro

Impressão
FTD EDUCAÇÃO

Parque Gráfico da Editora FTD
Telefone: 11 3545-8600

Tiragem
10000 exemplares

As ilustrações foram cedidas pelas instituições.
As opiniões expressas nos artigos desta publicação não necessariamente refletem as opiniões da associação

A Revista Informativa Educacional é uma publicação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

Endereço
SCLN Quadra 102, Bloco C, Sala 102
CEP: 70772-530 - Brasília-DF
Telefone: 61 3533-5050 - **Fax:** 61 3533-5070
E-mail: comunicacao@anec.org.br
Home Page: www.anec.org.br

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

Google for Education

A plataforma de ferramentas que otimizam os processos de ensino e aprendizagem agora está disponível para as escolas associadas da ANEC.

A ANEC firmou uma parceria inovadora com a Google for Education para utilizar as ferramentas colaborativas no ambiente corporativo, além de desenvolver projetos com impactos educacionais para suas associadas.

O Google for Education oferece ferramentas fáceis de usar para integrar, envolver e facilitar a vida de alunos, professores e funcionários a qualquer hora, em qualquer lugar e em qualquer dispositivo. Além de trazer reduções de custos e melhorias operacionais para as instituições.

A parceria foi firmada através da Nuvem Mestra, empresa parceira do Google for Education, para implantar a plataforma nas escolas associadas da ANEC que tiverem interesse.

Conheça mais detalhes sobre essa solução e descubra como usar a tecnologia Google para melhorar os processos da sua escola enviando um e-mail para anec@mestra.org

Mais de 70 milhões de alunos e professores usam G Suite for Education

Mais de 20 milhões de alunos e professores usam Google Sala de Aula

Mais de 10.000 escolas usam Chromebooks

Google for Education

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

nuvem mestra
www.mestra.org

Pintor gaúcho arrecada material escolar para evitar que crianças carentes abandonem estudos

Gaúcho, pintor e preocupado com o futuro das crianças. Cláudio Roberto da Costa, 53 anos, morador da comunidade Vila Safira, na periferia de Porto Alegre, dedica-se a um objetivo: melhorar o presente e garantir um futuro de qualidade para as crianças da região. Após observar que muitas delas passavam manhãs e tardes sem nenhuma ocupação pelas ruas da comunidade em que vive, Cláudio foi buscar respostas. “Começava o ano letivo e eu via crianças o dia inteiro na rua”, conta. Descobriu, então, uma triste realidade: muitos meninos e meninas não tinham sequer lápis e cadernos para poder frequentar a escola.

“Quando eu perguntava a elas porque não estavam na escola, ouvia como resposta que o pai ou a mãe não tinham dinheiro, que fim de mês era complicado”, revela. “Aí eu vi que precisava fazer alguma coisa”.

Cláudio teve então a ideia: “Precisava fazer uma campanha de material escolar”.

A ação começou no ano passado, e o resultado foi animador. Foi arrecadado material suficiente para montar 1,6 mil kits. Para 2017, já são mais de dois mil. Cada um deles é composto por um caderno grande e um pequeno, uma caixa de lápis de cor ou giz de cera, um tubo de cola, dois lápis, uma caneta, uma borracha e um apontador. É um material básico, mas é um incentivo para a criança entrar no primeiro dia de aula na escola”, diz. Ele minimiza os méritos de sua iniciativa: “Eu sou apenas uma ponte; são as pessoas que oferecem o material”.

A campanha de arrecadação de material escolar é elogiada na comunidade. Professora da rede pública estadual de ensino, Vanessa Nascimento é uma das patrocinadoras. Ela faz as doações por ver, em sala de aula, as dificuldades por que passam as crianças sem o material escolar. “É por isso que eu colaboro; a gente vê que essa questão da autoestima atinge muitas crianças. Às vezes, elas chegam na escola sem calçado, sem lápis”, lamenta. “Na escola pública, há essas disparidades. Qual é o estímulo que a criança tem para chegar à escola e começar a ler e aprender quando está distraída, olhando o que o coleguinha do lado tem? Dar um lápis para uma criança, às vezes, é um carinho”.

Lição — Cláudio espera, além de ajudar as crianças da comunidade, estar ensinando uma lição sobre cidadania. “Estamos de passagem nesse planeta”, diz. “Então, eu uso como exemplo o esporte olímpico de revezamento, que tem a passagem de um bastão; estou preocupado com a qualidade do bastão que vamos passar para as crianças”.

As inclinações altruístas de Cláudio não são de hoje. Quando jovem, o pintor quis fazer parte do Projeto Rondon, uma ação do governo federal que envolve universitários no desenvolvimento sustentável de comunidades e promoção da cidadania. Mas a vida o levou a outros caminhos.

Cláudio morou na periferia de cidades brasileiras de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Distrito Federal. Descobriu que em todas elas, em qualquer parte do país, há os mesmos problemas e que somente com atitudes é possível mudar as coisas. Assim, ele voltou a Porto Alegre e criou o Projeto Vó Chica, que leva o nome de uma antiga moradora da comunidade, conhecida por suas ações beneficentes.

A sede do projeto funciona em sua própria casa. “Temos um espaço cultural nos fundos da minha casa”, destaca. “A estrutura conta com quatros computadores para informática, iniciação de balé para 30 meninas, uma pequena biblioteca e um espaço de meditação”. (Fonte: MEC)

Proposta concede bolsa de estudo de idiomas e de informática para alunos carentes

Alfredo Nascimento: "Idiomas e informática são necessários para uma boa colocação no mercado de trabalho".

Tramita na Câmara dos Deputados proposta que prevê a concessão de bolsas de estudos integrais de cursos de idiomas ou de informática a estudantes carentes. A medida está prevista no Projeto de Lei 5228/16, do deputado Alfredo Nascimento (PR-AM), que beneficia os cidadãos brasileiros sem diploma de curso superior e com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio.

“É uma forma de estimular o estudante a completar seus estudos com cursos extremamente necessários nos dias de hoje, como idiomas e informática. Ambos são necessários para uma boa colocação no mercado de trabalho”, observa Nascimento.

Segundo o projeto, a bolsa valerá para a semestralidade, sendo concedido prazo máximo de quatro semestres para que o bolsista termine o curso. O benefício poderá ser condicionado a boas notas do aluno, a critério da instituição de ensino.

A instituição de ensino de línguas ou de informática que conceder a bolsa deverá assinar termo de adesão com o poder público, comprometendo-se a preencher pelo menos 10% de suas vagas com estudantes bolsistas integrais. Em troca, a escola será

beneficiada com isenção parcial de imposto de renda de pessoa jurídica incidente sobre o lucro, proporcional ao percentual de vagas preenchidas com alunos bolsistas.

O assunto será regulamentado pela Receita Federal, caso a proposta seja aprovada e vire lei.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA: PL-5228/2016

(Fonte: Câmara Notícias)

As histórias de Wemerson, jovem professor brasileiro que concorre ao nobel da educação

Wemerson era uma criança hiperativa na escola. Prestava atenção nas aulas, tirava notas boas, mas o jeito agitado acabava atrapalhando um pouco. Sem querer desestimular o bom aluno, a professora encontrou uma solução que agradou a todos: Wemerson passou a ajudá-la como monitor, orientando os coleguinhas com mais dificuldade de aprendizagem. Pode-se dizer que foi daí que começou a tomar gosto pelo magistério. Mais do que isso, foi quando ficou clara a vocação que seguiria por toda a vida.

Apesar da pouca idade, apenas 26 anos, e de uma trajetória profissional ainda curta, iniciada em 2012, depois de se formar em ciências biológicas – hoje, dá aulas de ciências no ensino fundamental e de química no ensino médio –, Wemerson Nogueira já tem muita história para contar, mas não qualquer história. Ele é autor de inúmeros projetos que lhe renderam o reconhecimento nacional, como o título de Educador Nota 10 de 2016, concedido pela Fundação Roberto Civita a professores de destaque em práticas inovadoras – e também no exterior.

Professor da rede pública capixaba, da pequena Nova Venécia, Wemerson é o único brasileiro entre os dez finalistas do Global Teacher Prize de 2017, considerado o Nobel da Educação. O prêmio inclui, além do reconhecimento mundial, um cheque de US$ 1 milhão, pago pela Varkey Foundation, da Inglaterra. Ganhará o melhor conjunto da obra, ou seja, tudo o que aconteceu durante os anos de dedicação ao magistério.

Wemerson é conhecido no meio pela criatividade das aulas e pelos projetos que melhoraram não só a qualidade do ensino em sua cidade, mas também a vida das comunidades locais. “A primeira escola em que trabalhei foi na periferia, em um lugar com alto índice de violência, uso de drogas e baixíssima perspectiva de um futuro promissor entre crianças e jovens”, conta. “Procurei a diretora e ofereci ajuda para a formação dos professores, e participação mais ativa das famílias na educação dos filhos. Em dois anos reduzimos em 90% a criminalidade, em 70% a evasão escolar e em 50% a reprovação”.

Foto: Arquivo pessoal

A partir de então, Wemerson passou a trabalhar sempre com projetos próprios, mas enriquecidos por sugestões dos alunos. No início de cada ano letivo ele costuma apresentar o plano de ensino à classe, um esboço do conteúdo que pretende ensinar nos meses seguintes. Mas são os estudantes que indicam a forma mais interessante de tudo acontecer. “No começo eles se assustam, só que logo passam a criar a partir do que é proposto. Eles são uma caixinha de surpresa, que deixa escapar ideias geniais quando é aberta”.

Quanto ao prêmio de U$ 1 milhão, caso venha a vencer no Global Teacher Prize de 2017, durante evento em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, Wemerson sabe muito bem no que vai aplicar. Vai criar a Fundação Nogueira de bolsa de estudos para licenciatura em educação e de orientação a professores no ensino pedagógico contemporâneo, fora o instituto de ciência e tecnologia, de apoio a escolas públicas na região de Nova Venécia.

“Também quero investir na minha formação. Vou viajar, conhecer outras experiências em educação – dos ambientes escolares totalmente adaptados às novas tecnologias em países como a Finlândia, por exemplo, às salas de aula onde os alunos sentam no chão no interior de algumas nações africanas”. (Fonte: MEC)

Salas de aula poderão passar a contar com acervo de livros de literatura infantil

Cada sala de aula da educação infantil e dos cinco primeiros anos do ensino fundamental poderá passar a contar com um pequeno acervo de livros paradidáticos e de literatura infantil. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 158/2016) da senadora Regina Sousa (PT-PI).

O relator, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), apresentou um substitutivo ao texto original. A matéria está em condições de ser votada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde receberá decisão terminativa, podendo ser enviada diretamente à Câmara dos Deputados se for aprovada e não houver recurso para votação final no Plenário do Senado.

O objetivo da proposta é incentivar e facilitar o acesso de professores e alunos aos livros, que deverão ser catalogados e controlados pelo responsável pela biblioteca escolar. Ao justificar o PLS 158/2016, Regina Sousa argumentou que esse acervo descentralizado vai propiciar a escolha de títulos que interliguem o processo de aprendizado a elementos da cultura brasileira, regional e local. A integração da comunidade escolar também foi apontada pela senadora como resultado esperado com a implantação da medida.

Para o relator, o PLS 158/2016 “busca avançar no processo de democratização das bibliotecas escolares, como forma de incentivar a prática da leitura e da consulta bibliográfica”. (Fonte: Câmara Noticias)

Crédito: Católica SC, Divulgação ANEC

Paulo Fossatti, John Vamvakitis e Ir. Valter Zancanaro

Presidente da ANEC participa do Simpósio Global Google For Education

Ao integrarem a comitiva de executivos da área de educação de 14 países que participaram do Simpósio Global de Educação, nos dias 09 e 10 de novembro de 2016, na sede da empresa Google, no Vale do Silício, o presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), Prof. Dr. Paulo Fossatti, juntamente com o secretário executivo da União Marista do Brasil (UMBRASIL), Ir. Valter Zancanaro, concluíram que a inclusão da tecnologia nas escolas é de suma importância e que a Google For Education proporciona soluções criativas para o ensino

Veja na íntegra as considerações feitas pelo Ir. Paulo Fossatti e Ir. Valter Zancanaro

Novas tecnologias: remedo ou transformação da educação que queremos?

A experiência exige transformação da mente, do coração e das mãos e exemplo de nossos fundadores. Eles deram respostas criativas aos desafios de seu tempo.

Educar hoje, exige, necessariamente, cuidar das pessoas, fidelidade ao carisma, leitura dos sinais dos tempos. Para tal, obrigatoriamente precisamos de novos modos de olhar para a missão, para nossos educandos, e novas formas de educar.

As novas tecnologias são facilitadoras para atualizar nossa missão com respostas criativas e resultados esperados aos sinais dos novos tempos em educação.

A Google For Education tem interesse em transformar a educação tradicional, na qual o professor é o detentor do conhecimento. Agora, ele é o *designer* educacional que em meio a tantas informações, ajuda o aluno, na condição de protagonista, a transformar informações em conhecimento, conforme seu projeto de vida, através do desenvolvimento de suas habilidades e competências de forma cooperativa.

A escola, hoje, passa a ser o lugar onde os sonhos dos jovens são gestados, mas acima de tudo, transformados em realidade. Podemos chegar ao mesmo objetivo, educação humana e cristã de qualidade, por diversos caminhos e soluções. O uso das novas tecnologias, a serviço da pessoa e das comunidades, é realidade que a educação católica não pode furtar-se.

Nossos fundadores foram hábeis em ler os sinais dos tempos com respostas criativas. Cabe a nós hoje sermos fiéis a eles com respostas criativas aos desafios dos tempos atuais em educação.

A Google For Education traz soluções educacionais corporativas gratuitamente às nossas obras educacionais. O desafio é sairmos de nossa zona de conforto e nos abrirmos à realidade atual, na qual os jovens clamam por educação humana e produtora de sentido, que passa, necessariamente, pela criatividade e pelo prazer de aprender. As novas ferramentas, a exemplo dos aplicativos Google, nunca irão superar o conhecimento, mas são facilitadores do processo ensino-aprendizagem. ⊗

Fórum Nacional de Agentes de Pastoral

Com o objetivo de congregar os pastoralistas que atuam nos seguimentos da educação básica e do ensino superior, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) realizou, no dia 21 de novembro de 2016, o I Fórum Nacional de Agentes de Pastoral, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, em Brasília. O evento, que durou dois dias, teve como intuito refletir a dimensão pastoral nas instituições associadas à ANEC e dinamizar o caminho de comunhão e articulação pastoral da Associação em âmbitos nacional e estaduais em sintonia com a caminhada da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

Antes de iniciar o Fórum, os cerca de 90 conferencistas participaram da celebração eucarística presidida pelo presidente da Comissão Episcopal de Pastoral para Cultura e Educação, Dom João Justino, que na homilia falou da importância da partilha e de se tornarem discípulos de Jesus. Dom Justino enfatizou ainda a importância da renovação das forças após o Fórum para dar continuidade aos trabalhos.

Após a celebração iniciou-se a cerimônia de abertura do Fórum com apresentação cultural feita pelo cantor, compositor e músico de Brasília, Felipe Martins. Ao saudar os presentes, a presidente da CRB Nacional, Irmã Maria Inês, afirmou que a finalidade das ações pastorais é fazer Jesus conhecido e amado.

"Laudato Si e Educação: a contribuição das instituições de ensino para a cultura do bem viver" foi o tema da primeira conferência do Fórum, ministrada pelo escritor e autor de diversos livros e diretor-geral da Rede Santa Paulina, Rodinei Balbinot.

"Campanha da Fraternidade" foi o tema do painel ministrado pelo coordenador de projetos do Núcleo de Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, prof. Dr. Francisco Borba Ribeiro Neto, que reforçou alguns pontos citados anteriormente pelo palestrante Balbinot – ao dizer que o problema não é a ciência, a técnica e o capitalismo, mas o poder.

No período da tarde, os participantes foram divididos em rodas de conversas com o intuito de formarem intercâmbios e trocarem experiências com oficinas e apresentações de ***cases***, além disso, participaram ainda de oficinas que trataram de diversos temas.

No segundo dia de evento, os participantes puderam refletir acerca do tema "Educação e Espiritualidade Ecológicas". Esse foi discutido pela mestre em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Ir. Valéria Andrade Leal e pelo filósofo e pedagogo da Faculdade Padre João Bagozzi, Humberto Herrera, assunto mediado pela coordenadora de Pastoral da ANEC, Elisângela Dias Barbosa.

Ao retomar trechos tanto da *Laudato Si* como do *Evangelii Gaudium*, Ir. Valéria ressaltou que um dos pontos centrais dos documentos é o diálogo. Tanto no âmbito macro como micro, é necessário ouvir ambos os lados e dialogar com todos. Já o prof. Humberto focou no 'conhecer os pobres', e levou os participantes a refletirem sobre quem são aqueles e a tentarem identificá-los.

A programação do segundo dia foi composta também pela apresentação de *cases*, pois a ANEC prioriza e acha importante o compartilhamento de experiências das associadas, os quais pela originalidade, aplicabilidade e pelos resultados merecem serem expostos aos participantes para servirem de inspiração.

O Fórum Nacional de Agentes de Pastoral da ANEC será realizado a cada dois anos. ⊗

O evento contou com a presença de 90 conferencistas

VI Encontro Nacional do Censo da Educação Superior promovido pelo INEP

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), representada pelo secretário da Câmara de Ensino Superior da ANEC, James Pinheiro, e pelo coordenador do Grupo de Trabalho (GT) de Procuradoria Institucional, prof. Décio Luiz de Farias, participou, no dia 23 de novembro de 2016, do VI Encontro Nacional do Censo da Educação Superior, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília. O evento que foi até o dia 24 do mesmo mês teve como objetivo apresentar novas variáveis da edição de 2016, discutir estratégias para o aprimoramento da coleta de dados e esclarecer dúvidas comuns durante o processo de preenchimento da pesquisa.

Para o coordenador do GT de Procuradoria Institucional da ANEC, prof. Décio Farias, a iniciativa de um encontro como esse, promovido pelo Inep, é de extrema importância para as instituições, pois, segundo ele, existe uma carência muito grande de contato e de uma relação mais próxima com o Instituto, no que se refere ao sistema de regulação e avaliação.

O Encontro foi composto por palestras e mesas de discussões e teve como público-alvo dirigentes, gestores educacionais e Pesquisadores Institucionais (PI), responsáveis pelo preenchimento do Censo em cada Instituição de Ensino Superior (IES). ⊗

Procuradores e representantes institucionais das IES

Presidente e secretário executivo da ANEC participam de reunião da ODUCAL no Chile

A Organização das Universidades Católicas da América Latina e Caribe (ODUCAL) realizou do dia 5 ao dia 7 de dezembro de 2016, em Santigo no Chile, reunião com os vice-presidentes da Organização, representantes das 4 regiões: México e Caribe, Andina, Cone Sul e Brasil. Participaram também das reuniões os respectivos secretários executivos dos vices.

A reunião nos dias 5 e 6 foi dedicada ao aprofundamento do projeto de constituição do documento que fortalecerá a identidade católica das universidades participantes da Organização. Nesses dias foram realizadas várias oficinas de apresentação e discussão, com participação especial de assessores da Universidade Católica do Chile e da Universidade Gabriela Mistral.

No dia 7, somente os secretários executivos participaram da reunião e detiveram-se a organizar e planejar as ações para operacionalização e execução dos projetos.

A ANEC, que representa a educação católica no Brasil, trabalhará no projeto de constituição do documento da identidade católica, no projeto Santa Clara, voltado à formação de professores em Cuba; no projeto Haiti, voltado à formação de professores e de intercâmbio bem como nos projetos de implementação de uma biblioteca virtual comum e outras ações de intercâmbios entre alunos, professores e trocas de experiências educacionais e de pastoral.⊗

Vice-presidentes da ODUCAL e seus respectivos secretários executivos

ANEC participa de reunião com Ministro do MDS para apresentação dos trabalhos do setor filantrópico.

Na tarde do dia 15 de dezembro de 2016, o Presidente da ANEC e reitor do Unilasalle Canoas, Prof. Dr. Paulo Fossatti; secretário executivo, Evandro Luis Amaral Ribeiro; e o FONIF se reuniram com o Deputado Federal Darcísio Paulo Perondi –RS e o Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) para tratar de assunto sobre filantropia e a reforma da previdência.

No encontro foi apresentado a pesquisa do Fórum Nacional das Instituições Filantrópica (FONIF) e o trabalho que as entidades filantrópicas e as universidades e escolas da ANEC vem fazendo no campo da educação e da assistência social. A novidade do encontro é que a ANEC está reforçando a importância do setor filantrópico em função da reforma da previdência, que está em tramitação no Congresso.

"Nós entendemos que a reforma da previdência deve acontecer, porém, em respeito ao setor filantrópico fomos ao encontro do ministro do MDS e ao deputado Perondi para manifestar nossa adesão e nosso apoio a reforma da previdência e garantir o atendimento ao setor filantrópico." afirma Evandro Luís Amaral, secretário executivo da ANEC. ⊗

Representantes reforçam a importância do setor filantrópico junto ao ministro do MDS

Panorama de adesões ao Pacto Universitário

No dia 25 de janeiro deste ano, a ANEC, representada por seu gerente de ensino superior, James Pinheiro, participou de reunião realizada no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). O encontro contou com a participação de várias entidades além da ANEC, dentre elas ABRUC, ANUP, ABIEE e também o MEC.

Essa reunião aconteceu com o intuito de mostrar o panorama de adesões ao Pacto Universitário por parte das IES e das entidades apoiadoras, além de contar com a divulgação das associações e suas associadas e com contribuições para o processo de implementação do projeto.

Para quem quiser participar e saber mais, acesse o *site* www.educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br. ⊗

ANEC em apoio ao pacto universitário

Prof. Morales, Ir. Adair , Dom Leonardo, Ir. Paulo Fossatti e Pe. Roberto.

Diretoria da ANEC se reúne com o secretário geral da CNBB

A diretoria da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) esteve reunida no dia 21 de fevereiro deste ano, na sede nacional da CNBB, com o secretário-geral, Dom Leonardo Steiner, com o intuito de buscar estratégias de sinergia e comunhão, no cenário sociopolítico do Brasil, no que se refere à pauta sobre Filantropia.

Estavam presentes na reunião, representando toda a diretoria da ANEC: Ir. Paulo Fossatti, Ir. Adair Sberga, Pe. Roberto Duarte e Prof. Francisco Morales. ⊗

ANEC promove reunião com diretoria nacional, conselho consultivo e colaboradores

A diretoria nacional, o conselho consultivo e os colaboradores da ANEC reuniram-se no dia 21 e 22 de fevereiro deste ano na Congregação dos Religiosos da Assunção de Nossa Senhora – Casa de Retiros Assunção, em Brasília. Dentre as pautas da reunião, constou: orçamento 2017 e contribuição associativa; apresentação da ANEC (estrutura e organização); estrutura e modelo de gestão dos escritórios nacional e estaduais e contribuição dos conselhos estaduais.

Na ocasião foi apresentado o novo projeto em parceria com a ANEC, o Google For Education, que é uma solução tecnológica desenvolvida para facilitar a vida de professores e alunos dentro e fora das salas de aula, a qualquer hora e a partir de qualquer dispositivo móvel conectado à internet.

O projeto da ANEC com a parceria Google For Education da Nuvem Mestra está começando por Brasília, pelo escritório central. A Google está disponibilizando todas as ferramentas que ajudam e diminuem os custos da gestão e facilitam a comunicação entre todos os setores. O projeto será oferecido para todos os escritórios estaduais com as mesmas ferramentas por meio das quais todos irão se comunicar sem precisar de telefone ou de videoconferência. A Google disponibiliza esse recurso com mais facilidade para a ANEC de todo Brasil.

De acordo com Tony dos Santos, da Google For Education, a novidade que vai agradar a todos é que todas as associadas, colégios e faculdades poderão utilizar esse recurso gratuitamente porque são ferramentas fundamentais para alunos com muitas utilizações pedagógicas, para Tecnologia da Informação (TI), com muitas ferramentas de controle e segurança e para os setores administrativos das escolas. As instituições que se interessarem por esse projeto podem procurar o Walter Zancanaro, representante de Brasília, que irá auxiliá-los com todas as informações necessárias.

Ainda no mesmo dia foram apresentadas as ações da ANEC, a avaliação do ano de 2016 e as perspectivas para 2017. As últimas atualizações do FONIF e também as políticas de comunicação da instituição. O primeiro dia de encontro foi finalizado com um jantar.

O segundo dia de encontro com os colaboradores das filiais da ANEC começou com um momento de espiritualidade. Em seguida aconteceram apresentações realizadas pelos gestores de algumas empresas, novas parceiras da ANEC.

A IsCool App foi apresentada pelo idealizador, Ramin Shams e o desenvolvedor do produto Gleidson Pestana, que explicou sobre o aplicativo, suas funções e a comunicação inteligente entre pais, filhos e colégio, a qual oferece uma experiência prática e produtiva. Foi apresentado também o novo sistema de gestão da ANEC, o CIGAM, que é um *software* que melhora a gestão das empresas, automatizando os processos e integrando as atividades de vendas, finanças, contabilidade, fiscal, estoque, compras, recursos humanos, produção e logística. Ele cria uma base de dados operacional e gerencial confiável, que facilita diferentes departamentos trabalharem sincronizados, evitando perda de informação, eliminando retrabalhos e reduzindo custos. Marcela Barros, consultora de relacionamento da International School, também se pronunciou e falou um pouco da parceria com a ANEC e dos novos projetos.

Ainda durante o dia, os colaboradores tiveram uma formação em "Gestão: competências e habilidades" com o professor Renaldo Vieira, que frisou a importância de identificar e gerir perfis profissionais que proporcionem maior retorno a um negócio, identificando os pontos de excelência e as oportunidades de melhoria, suprindo lacunas e agregando conhecimento. "A formação em gestão é essencial para qualquer atividade porque são ferramentas de trabalho. É a forma de dominar uma certa rotina com uso adequado de metodologia. Ajuda na educação de uma forma geral que é o que disciplina", frisou.

Antes de finalizar o dia, os colaboradores da ANEC ainda receberam treinamento para uso do novo formulário e ficaram por dentro do relatório social, da contratação de prestador de serviço e também do recadastramento das associadas. ⊗

Colaboradores receberam formação em "Gestão: competências e habilidades"

Reunião do Conselho da CIEC em Aruba

De 19 a 22 de fevereiro deste ano, Ir. Marli Araújo da Silva esteve presente na reunião do Conselho da Confederação Interamericana de Educação Católica (CIEC), em Aruba, representando a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil. Durante o evento, Ir. Marli apresentou as ações da ANEC. Nesse encontro, estiveram presentes também Phillipe Richard, da OIEC, e Monsenhor Luiz Antônio, ordinário das ilhas Caribenhas.

No dia 21 de fevereiro, aconteceu a eleição do novo secretário geral da CIEC e do novo Conselho. A eleição foi disputada por três candidatos: Oscar Armando Perez Sayago, Hermana Gloria Patrícia e Maria Nubia Marín Nieto. Foi eleito pelo conselho da CIEC como novo secretário geral, Oscar Armando Perez Sayago (2017- 2020). ⊗

Ir. Marli Araújo na apresentação da ANEC

Conselho Estadual da ANEC, Dom Luiz e deputado Helder Salomão

ANEC participa de reunião para tratar da Reforma da Previdência Social

O Conselho Estadual da ANEC, no Espírito Santo, participou de reunião, no dia 02 de março deste ano, com Dom Luiz Mancilha Vilela, Arcebispo Metropolitano de Vitória; e com o deputado Federal Helder Salomão – PT/ES; para tratar dos impactos da reforma da Previdência Social, especialmente da proposta de extinção da filantropia.

O deputado mostrou-se sensível à questão, prometendo votar pela derrubada do projeto e colocando-se à disposição para qualquer ação no convencimento de outros deputados e senadores. ⊗

Modelo de Gestão ANEC é apresentado na Costa Rica

Na tarde do dia 7 de março deste ano, o presidente da ANEC, Prof. Dr. Paulo Fossatti, fsc, apresentou o Modelo de Gestão ANEC para reitores Lassallistas da América Latina e Caribe. Na ocasião, estavam presentes reitores e assessores internacionais de 21 Universidades Lassalistas. Fossatti apresentou o Modelo ANEC com enfoque no seu trabalho em rede, seu planejamento estratégico a partir dos eixos: institucional; acadêmico; gestão; pastoral e político.

No encontro os participantes puderam dialogar com o presidente da ANEC sobre os principais desafios da Associação na atualidade para cumprir sua missão institucional. ⊗

Apresentação dos eixos: institucional; acadêmico; gestão; pastoral e político

ANEC sugere mudanças na Medida Provisória 746/2016

Documento com sugestões sobre a reforma do ensino médio foi entregue ao senador Pedro Chaves

Por Telma Martes,
Jornalista ANEC

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), com o objetivo de colaborar com as discussões acerca da Medida Provisória nº 746, de 2016, apresentou no final do ano passado documento com algumas reflexões sobre a MP, feitas pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído por técnicos, professores e pesquisadores das instituições associadas. O documento foi entregue ao autor e relator do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 34/2016, senador Pedro Chaves (PSC-MS) para que junto com a comissão mista analisasse as sugestões apresentadas pelo GT, o qual teve como propósito indicar potenciais melhorias à MP.

A ANEC acredita que o modelo atual proposto ao ensino médio não atende e nem prepara bem o aluno para os desafios da contemporaneidade. Ela bem sabe que a reforma é importante e urgente, porém, defende a necessidade de ser amplamente debatida, pois é preciso profunda reflexão e uma escuta sistemática dos interlocutores envolvidos nessa questão. E como etapa final da educação básica, o ensino médio requer uma reforma educacional cuidadora e bem fundamentada, com a participação ativa da sociedade, de especialistas, dos alunos e familiares.

O grupo de especialistas formado pela Associação identificou vários pontos que precisariam de esclarecimentos. Como, por exemplo, alguns artigos e alterações previstas na MP que não são explícitas no texto e que podem proporcionar ambiguidade na interpretação e, por consequência, não alcançar o intuito de melhoria da qualidade da educação no segmento em questão. Apesar das alterações feitas com objetividade no conteúdo de muitos artigos e parágrafos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei n.º 9.394, de dezembro de 1996, a MP deixa lacunas, o que possibilita regulamentação *posteriori* de elementos omissos ou não definidos claramente, sugerindo assim diferentes interpretações, conforme justificativa dada pelo grupo descrita no documento.

Um dos primeiros pontos que o GT apontou para reflexão foi a escola em tempo integral, pois para a expansão dos números de horas no ambiente escolar são necessárias adequações estruturais e de contingente humano. A população brasileira enfrenta falta de vagas em escolas públicas, mesmo com turmas nos três turnos. Sobre a ampliação das horas, o senador Pedro Chaves, afirmou que existe um plano para tal meta e este será feito gradativamente, haja vista ser uma meta importante e exequível. Para tornar esse processo possível, o parlamentar acrescentou um dispositivo em que todas as escolas serão obrigadas a oferecer 1.000h anuais. Três mil horas é a duração do curso médio que será feito gradativamente no prazo de cinco anos, com isso haverá aumento de 25% na carga horária do aluno.

Ainda sobre esse tema, o GT sugeriu e reforçou a necessidade da construção e ampliação de espaços físicos e da contratação de profissionais para que o aumento da carga horária seja possível.

Outro ponto de reflexão foram os conteúdos trabalhados no ensino médio no que se refere à opcionalidade de algumas disciplinas. Sobre os aspectos relativos à garantia da integralidade do ensino com um currículo fragmentado, já que a MP determinou que algumas disciplinas se tornarão opcionais, o

Não se pode passar por cima de questões fundamentais se o país quer mudança na educação

senador Pedro Chaves defendeu o item e afirmou que a grande vantagem desse currículo está exatamente nessa flexibilidade, por meio da qual o aluno terá uma parte do itinerário, que é o informativo, completamente ajustável, em que ele próprio elege quais disciplinas quer estudar.

Ainda a respeito desse item, o grupo apresentou como opção de melhoria a manutenção de todas as áreas do conhecimento, entretanto com ampla revisão dos conteúdos, para assim serem mais trabalhados e aprofundados, de maneira que estejam vinculados às necessidades reais dos jovens. Com análise e sugestões de professores de todo o país, de ordem prática e pedagógica dos conteúdos mantidos.

Entre outros aspectos observados em relação a conteúdos opcionais, o GT preocupou-se também com o destino dado aos profissionais dessas áreas que se tornarão optativas e apontou como possibilidade o surgimento de mais desemprego, agravando assim um problema social já existente. Chaves acredita que será exatamente o contrário, pois um dos itinerários é a formação profissional. Para ele, muitos alunos do ensino médio irão optar por essa formação já que é a grande demanda do mercado, principalmente porque o país está à espera, a curto prazo, da retomada do desenvolvimento econômico. E, esse profissional, para o senador, será essencial para isso. "Será aumentada a empregabilidade e teremos ótimos profissionais com condições de preencher essas vagas que hoje a indústria sente dificuldades de contratação por falta de qualificação" (sic), disse Chaves.

Outra questão pensada pelo GT foi o fato de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda não ter sido aprovada, o que poderá, segundo ele, impactar negativamente nos processos de compreensão, discussão e definição dos itinerários formativos.

Dentre outros pontos, para o GT os itinerários formativos geram uma série de questionamentos, como o que de fato caracteriza esses itinerários em cada área de conhecimento? O senador explicou que tais itinerários ensejam ao aluno a escolha de acordo com a flexibilidade daquilo que vai ao encontro do que ele pretende fazer. "Por exemplo, um aluno que escolhe cursar direito, é obvio que irá optar pelas ciências sociais aplicadas, nas quais terá disciplinas coerentes com o curso. Esse aluno não fará matérias que não têm nada a ver com o que irá exercer, como física, química etc", explicou Chaves.

Quanto a garantir para o aluno maior segurança ao optar por determinado itinerário formativo, Chaves afirmou que toda escola possivelmente terá um gestor, um orientador que mostrará as expectativas e perspectivas de cada curso, mas que o aluno terá total liberdade na escolha. Disse, ainda, que no caso de baixa ou alta adesão a escola irá se adequar. Segundo ele, essa adaptação é muito comum e ocorre não somente no ensino médio, mas também nas universidades quando existe demanda maior em determinado curso. "Onde tem que abrir mais turmas, abrem-se mais salas e aqueles de menor demanda, abrem-se menos salas. Isso é natural, a demanda vai definir quais tipos de instalações, o número delas e o espaço a ser preenchido", explicou o senador, que não vê dificuldades nessa questão.

Um dos últimos pontos observados pelo GT foi a formação de professores. Para eles repensar a organização e estruturação curricular do ensino médio, como dito anteriormente, é urgente, mas é preciso garantir os avanços já

alcançados pela LDB, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere à formação dos profissionais da educação básica em nível superior. O grupo afirma que a MP retrocede nesse quesito ao abrir a possibilidade de atuação de profissionais com notório saber, reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, com permissão para ministrar conteúdos de áreas afins à formação deles. No documento, o GT pondera que não se pode passar por cima de questões fundamentais se o país quer mudança na educação.

Sobre essa observação, o senador Pedro Chaves afirmou que a própria LDB prevê notório saber e na MP o notório saber é em caso excepcional, e será aplicado apenas no caso de formação profissional. "É obvio que iremos dar a oportunidade aqueles que comprove e que possuam conhecimento suficiente, não só prático, mas teórico, mostrando que é indispensável a sua presença. Sempre cito os casos de um mecânico ou de um soldador que tenha qualificação de dez, quinze anos, trabalhando na área e ele pode perfeitamente colaborar na qualificação desses técnicos. Vamos aproveitar, por exemplo, os profissionais formados em engenharia para dar física e matemática. Profissionais que são do Instituto Militar de Engenharia (IME), estrutura militar do Exército, os militares, oficias reformados, todos esses terão uma formação pedagógica mínima e certamente serão excelentes professores, pois já possuem esse talento natural, têm formação, conteúdo comprovado e com essa formação pedagógica eles estarão aptos para o mercado de trabalho", explicou o senador.

O texto apresentado ao relator para apreciação tratou de uma preocupação da ANEC acerca da qualidade do ensino de forma sistematizada para o aprimoramento da MP. A Associação, na oportunidade, colocou-se à disposição para contribuir ainda mais com uma educação de qualidade para o país.

Após a entrega do documento, o senador Pedro Chaves apresentou dias depois novo relatório no qual propôs arte e educação física como disciplinas obrigatórias. Na ocasião, o parlamentar afirmou que optou por retomar a obrigatoriedade do ensino dessas disciplinas por acreditar que a formação integral do ser humano exige o entendimento de várias dimensões, dentre elas a corporeidade, o movimento e a fruição e isso não pode ser desconsiderado.

Além disso, Chaves ampliou a carga horária do ensino médio de 50% para 60% e este deverá incluir as disciplinas da BNCC. Ressalte-se que a Base ainda está em fase de construção pelo Ministério da Educação (MEC) e que a reforma do ensino será ofertada com as disciplinas designadas pela BNCC juntamente com os itinerários formativos a serem escolhidos pelo próprio aluno.

Ainda na nova redação da MP, assim como dito já na matéria, o senador propôs uma meta intermediária da ampliação da carga horária de, pelo menos, 1000 horas em todas as escolas de ensino médio no país no prazo máximo de cinco anos. Foi atualizada também a nomenclatura no que se refere às disciplinas ofertadas dentre as que os alunos poderão escolher como linguagens e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e formação técnica profissional.

Após muitas discussões acerca da MP, no dia 13 de dezembro do ano passado, o Plenário da Câmara dos Deputados, aprovou a Medida Provisória nº 746/16. Já no dia 8 de fevereiro deste ano, o Senado Federal aprovou sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 34/2016. E no dia 16 do mesmo mês, o Presidente da República Michel Temer sancionou a lei, em cerimônia no Palácio do Planalto. Até o fechamento da revista não tinha sido anunciado se haveriam vetos. ⊗

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DE MANTENEDORAS

BRASÍLIA/DF - 2017

Gestão Educacional no Século XXI

Desafios e Perspectivas

Dias 25 e 26 de abril
Brasília/DF

Informações e Inscrições:
www.anec.org.br/seminariomantenedoras

Data: Dias 25 e 26 de abril de 2017 | Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro
Setor Habitacional Dom Bosco (SHDB), Ql 32, Conjunto 1, Bloco A, Lago Sul – Setor da Ermida Dom Bosco, Brasília/DF

Inscrições somente pelo site - Valores: Associadas ANEC: R$ 450,00 | Não Associado: R$ 900,00 (até 01/04/2017)
A partir do dia 02/04/2017 até 20/04/2017: R$ 500,00 (associados ANEC) | R$ 1000,00 (não-associados)

Patrocínio Ouro:

INTERNATIONAL SCHOOL

Life INTERCÂMBIOS

Patrocínio Prata:

AS INFORMÁTICA

FTD EDUCAÇÃO

PIMPÃO

Crédito: Divulgação Sagrada Família

Reunião de abertura das aulas no Sagrada Família em 2016. Da esquerda para a direita: coordenadora Thais Rodrigues, Ir. Maria de Fátima, Sandra Lara, Tania Mara, Marli das Graças, Silvania Silva e Rosilene da Silva

O valor da experiência

Programa de Educação Financeira aposta em atividades práticas e estratégias lúdicas para mudar comportamento

Ana Luíza Marinho
Jornalista Oficina das Finanças

As pessoas sabem que o mosquito da dengue se reproduz em água parada, mas todos os anos milhões de reais são destinados a campanhas para reforçar a mensagem. A informação não parece ser suficiente para que a maioria das pessoas adote comportamentos adequados. Quando o assunto é educação financeira, essa afirmação também é válida: as pessoas sabem o que devem fazer e, ainda assim, repetem uma série de equívocos. E o que as escolas podem fazer para estimular melhores condutas no uso do dinheiro desde a infância? O primeiro passo é saber que aulas teóricas tendem a não ser efetivas. O segundo é oferecer estímulos para fazer essas pessoas pensarem.

O exercício do pensar é fundamental, pois uma mudança de comportamento está vinculada a mudanças de padrão mental. Quanto mais jovens, maiores as chances de os estudantes assimilarem padrões positivos, que favoreçam melhores escolhas.

Nesse sentido, que tal iniciar as aulas com exercícios ou atividades práticas? A princípio, parece esquisito repassar uma tarefa aos estudantes antes de qualquer explicação do professor, mas cerca de 45 mil alunos têm vivenciado esse formato de aula com bons resultados. A proposta é aproveitar a bagagem que cada um tem como ponto de partida para uma discussão em sala de aula que amplie o tema em vez de reduzi-lo a conclusões preestabelecidas. Além disso, ao iniciar as aulas com exercícios, o aluno é incentivado a pensar, e esse é um ponto determinante no processo de aprendizagem.

O professor, nesse contexto, atua como mediador e conta com suporte pedagógico para não conduzir as atividades de acordo com as próprias crenças, trazendo conclusões sobre o que é certo ou errado. Isso significa que tudo é aceitável em relação aos comportamentos

financeiros? De forma alguma. Por detrás desse material, há estrutura e método criado com objetivo de desenvolver hábitos para se sustentar hoje e no futuro.

Na visão da coordenadora Thais Faria Rodrigues, que coordenou, em 2016, o Programa de Educação Financeira no Colégio Sagrada Família em Brasília, esse formato permite que os docentes também aprendam. Com dois anos de experiência nesse projeto, ela afirma que os resultados passaram a ser mais efetivos a partir do momento em que os professores receberam direcionamento pedagógico. "No início, as aulas ficavam muito por conta do estudante, e o professor pouco se posicionava, até porque sabia que tinha de assumir postura neutra, sem julgar as respostas dos alunos" – relata a coordenadora."Com o tempo, a escola passou a utilizar as dicas e os materiais disponíveis na plataforma de ensino, e hoje a equipe docente apresenta mais ideias e perguntas para enriquecer o debate, além de realizar atividades extras."

Exemplos ela tem de sobra: a professora Rosana Daoud, do 5º ano, aproveitou uma atividade do livro em que os alunos devem acompanhar o relógio de medição de energia da escola e ampliou a experiência.

- Levou a conta de energia da escola para que todos soubessem o valor e apresentassem sugestões não apenas para reduzi-lo, mas também para dar opções de outras destinações para o dinheiro, caso conseguissem economizar.

- Apresentou uma estatística do consumo de energia ao longo dos meses, mostrando que é possível explorar essa atividade em aulas sobre porcentagem, por exemplo.

- Abordou a questão do impacto ambiental vinculado ao consumo de energia, mostrando que é possível sensibilizar a turma de diferentes formas e abordagens.

O engajamento dos estudantes foi nítido, e a escola passou a contar com a colaboração de muitos fiscais mirins para evitar desperdício. E é esta a proposta: provocar experiências que estimulem comportamentos financeiros sustentáveis, com responsabilidade social e ambiental.

Se dinheiro é um assunto chato na visão de muitos adultos, para essas crianças esses momentos são divertidos. "A dificuldade que nós encontramos é porque todo mundo quer falar e a aula de 50 minutos nem sempre é suficiente para todos serem ouvidos" – comenta a coordenadora Thaís Rodrigues. Na prática, quando os alunos falam de suas vivências, eles interagem mais.

Interdisciplinaridade

Ao contrário do que muitos pensam, educação financeira não é assunto restrito à matemática e muito menos à matemática financeira. No Sagrada Família, uma atividade envolveu folclore e consumo. Foram criados jogos e objetos temáticos, mostrando que os brinquedos nem sempre precisam ser comprados em loja. No Colégio Dom Bosco, uma atividade semelhante explorou artesanato e empreendedorismo. Há professores de português que fazem a atividade do livro e aproveitam o tema para trabalhar produção textual. Professores de química ou de ciências exploram cadeias produtivas falando de aspectos físicos, químicos, financeiros e ambientais. Há espaço até mesmo para professores de história, filosofia ou geografia. O professor de história Anderson Camelo já trabalhou com o assunto e tem boa visão da experiência: "Quando você inicia as atividades em sala, a coisa toma outra dinâmica, e a experiência familiar é trazida para discussão".

Flexibilidade

O material tem 16 atividades que podem ser exploradas de diferentes formas: atividade regular, com um mesmo professor, ao longo de todo o ano; dividida entre professores de diferentes disciplinas; em um único mês ou em um bimestre ou semestre, entre outros formatos possíveis. A definição dependerá do planejamento da equipe. Em algumas escolas, por exemplo, o programa inicia no segundo semestre.

As atividades são comuns a todos os anos e a todas as séries, contudo sua aplicação é progressiva, ou seja, há um aprofundamento dos temas ao longo dos anos. As escolas também podem utilizar ferramentas pedagógicas que tornam o tema mais atrativo e o aprendizado mais lúdico.

O resultado desse trabalho tem sido medido pelo Laboratório de Psicologia Social da Universidade de Brasília (UnB) – uma parceria que tem sido útil não apenas para o programa, mas também para os pesquisadores, como relata o coordenador das pesquisas, Prof. Dr. Fabio Iglesias: "Nós aqui no laboratório trabalhamos com mudanças de comportamento, e uma das áreas de aplicação de todo nosso esforço de mudar comportamento é a área financeira. Com essa parceria, temos oportunidade de acompanhar a implementação daquilo que na teoria nós desenvolvemos, os conceitos que devem ser utilizados para garantir eficácia para haver uma melhor gestão das finanças no ambiente escolar ou mesmo no ambiente familiar", relata o professor. Essa parceria envolve, sobretudo, os instrumentos de pesquisa, que são aplicados anualmente nas escolas.

A expectativa é de que, ao longo dos anos, novas gerações possam se beneficiar desse processo e conquistar uma relação sustentável com o dinheiro: com ética, cidadania, empreendedorismo, responsabilidade social e ambiental. ⊗

Crise e mercado de saúde no Brasil. Como as instituições de ensino podem oferecer benefícios e reter talentos

Além de se preocuparem com as dificuldades referentes à crise econômica e financeira no Brasil, instituições de ensino também devem lidar com a rotatividade e retenção de seus profissionais

Thiago Lopes de Souza Pinto,
Diretor da ThinkCare Consultoria

Nos últimos anos as instituições de ensino vêm se deparando com um cenário de instabilidade econômica que impacta não só em sua organização educacional e em seus alunos, mas também na qualidade de vida e no engajamento de seus profissionais.

Uma das tendências utilizadas pelas empresas, na motivação dos colaboradores, são os pacotes de benefícios oferecidos. Eles têm se mostrado essenciais na retenção e captação de talentos.

Não é nenhuma novidade que a rotatividade de funcionários consome boa parte da verba destinada a treinamentos, manutenção e outros fins das empresas. O desafio constante para diminuir este *turnover* é encontrar novas soluções em recursos humanos, e umas dessas alternativas está nos benefícios oferecidos aos funcionários.

Quando entramos no assunto benefícios ao funcionário, muitas instituições de ensino afirmam que oferecer os seguros saúde, odontológico e vida, como benefício empregatício onera muito a folha de pagamento e tem um impacto financeiro muito alto, porém esta afirmativa não está correta!

Com o sistema público de saúde cada vez mais defasado e não atendendo as necessidades da população, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostra-se cada vez mais preocupada em transferir mais responsabilidade para a saúde privada, principalmente por meio do rol de cobertura – uma lista de procedimentos (exames, cirurgias etc.) que são cobertos pelas operadoras de planos de saúde – obrigando essas empresas a oferecer a seus clientes o que há de mais moderno na medicina no país.

Além disso, a saúde no Brasil vem passando por uma grande transformação nos últimos anos, com a entrada de capital estrangeiro na área hospitalar e de operadoras, aquisição de hospitais por parte destas e constante busca por mudanças nos modelos de relacionamento entre médicos, hospitais e laboratórios. Tudo isso favorece o crescimento dessa área, tornando as empresas que atuam nesse setor cada vez mais competitivas, ainda mais acessíveis e com amplas opções de serviços que se adequam as necessidades e verbas de seus clientes.

Mas, afinal, como uma instituição de ensino pode somar o melhor dos dois mundos, oferecendo um pacote de benefícios atrativo a seus funcionários para reter e atrair talentos, e que se encaixe dentro do seu orçamento sem prejudicar suas finanças e projetos?

Atualmente, existem no mercado consultorias especializadas na contratação e gestão desse tipo de benefício, e que além de assessorar as instituições de ensino, têm o papel de entender a necessidade da instituição e apresentar a melhor solução, atendendo às suas necessidades.

De acordo com Roberta Zerbini, diretora executiva da Auros Consultoria e Gestão de Benefícios, "o mercado de planos de saúde no Brasil possui hoje 793 operadoras diferentes registradas na ANS (dados de set/2016), e é preciso saber escolher aquela que realmente atenda aos anseios da empresa, visando um contrato de longo prazo e, principalmente que seja sustentável. A pior coisa que pode acontecer é a empresa ter que trocar de plano todo ano, substituindo médicos e toda a rede de atendimento. Não é bom para ninguém, aumenta a inflação do setor, dificulta a negociação com a operadora de saúde e gera um desgaste com os funcionários" diz Zerbini.

É muito importante que essa consultoria seja especializada nesse segmento, e tenha conhecimento na área de benefícios. Somente com uma boa gestão do plano junto à operadora é que a instituição conseguirá ter reajustes controlados e uma melhor qualidade de atendimento para seus funcionários.

Mais do que oferecer pacotes atrativos, é preciso encontrar uma consultoria parceira e estratégica, que entenda as necessidades das instituições e ofereça produtos e serviços sustentáveis, para que este tipo de ação se estenda a longo prazo sem prejudicar seu crescimento e desenvolvimento. ⊗

O mercado de planos de saúde no Brasil possui hoje 793 operadoras diferentes registradas na ANS (dados de set/2016), e é preciso saber escolher aquela que realmente atenda aos anseios da empresa

eSocial – impactos e riscos nas instituições de ensino, do ponto de vista da gestão

Aliomar Oliveira,
Sócio-diretor da Kyryon Consulting

Se você atua na direção ou reitoria da sua instituição, ou ainda na TI ou no RH, deveria ler este artigo! Nos últimos meses você provavelmente tenha ouvido a frase "em breve o sistema (de RH) estará atualizado para o eSocial". A sua instituição está preparada para o eSocial? A má notícia é: não! Então, vamos entender o porquê.

Comecemos com uma rápida equalização de conceitos: o que é o eSocial? É um complemento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) com foco na relação entre trabalhadores e empregadores, funcionando como um grande repositório digital que vai registrar eletronicamente todos os eventos derivados dessa relação, como: contratação, férias, acidentes, licenças, promoções, trocas de setor, faltas, horas extras, pagamentos, demissão etc. Ele também deverá substituir as demais obrigações acessórias (SEFIP, GFIP, CAGED, RAIS, entre outras). Logo, enviar informações inconsistentes para o eSocial, implicará geração de informações erradas para essas obrigações.

Atualizar o sistema de RH, para que fique compatível com o eSocial, apenas vai garantir que sua instituição entregue eletronicamente as informações que são objeto do monitoramento do eSocial. O problema é que, essa atualização do sistema, por si só, não assegura que se cumpram as mais de 2.000 regras de validação distribuídas em 45 "Eventos" do Manual do eSocial versão 2.2. Ou seja, mesmo com o sistema atualizado, a instituição poderá correr o risco de receber pesadas "multas eletrônicas".

Todavia, há um lado positivo: o eSocial não deve ser visto como "uma máquina para controlar tempos e emitir multas de forma eletrônica"; ele também trará benefícios aos empregadores. Como todos os eventos da relação empregado-empregador estarão sendo informados eletronicamente ao Governo, com o passar do tempo, as empresas não necessitarão guardar cópias físicas desses documentos e comprovantes.

A fim de facilitar o entendimento dos passos para realmente atender o eSocial, façamos uma analogia com um curso de graduação.

Interdisciplinaridade

Antes de iniciar um curso, precisamos entender o seu currículo. Para isso, vamos aos três eixos básicos da normativa do eSocial:

- Eventos iniciais são aqueles que tratam dos cadastros da empresa e dos colaboradores. Serão os primeiros a ser transmitidos eletronicamente ao Governo e são pré-requisitos para "entrar" no eSocial.
- Eventos periódicos são os vinculados à pagadoria; aqueles que constam na folha de pagamento e devem ser informados ao Governo após o processamento dessa folha.
- Eventos não periódicos são todos os demais, que ocorrem extemporaneamente, e devem ser comunicados na sequência em que acontecem, tais como os eventos relativos às contratações e demissões, saúde e segurança do

trabalho, afastamentos etc.

As Disciplinas Básicas

Assim como as disciplinas de matemática são pré-requisitos para o bom entendimento das demais disciplinas de um curso da área de exatas, o sistema de RH precisa estar compatível com o eSocial para que a instituição possa adequar-se aos requisitos desse. De forma prática, isso significa que o sistema precisa ter os mais de 300 novos "campos", no banco de dados e nas telas, e também gerar os arquivos de envio do eSocial, os tais "XML".

As Primeiras Disciplinas Específicas

As disciplinas de cálculo costumam ser os primeiros martírios dos alunos das exatas; no caso do eSocial, esses se dão na validação do Cadastro de Colaboradores, que tem duas nuances: 1) a validação de nome, CPF e NIS, junto aos cadastros da Receita Federal e do Ministério do Trabalho, o que pode demandar a ida do colaborador a uma agência da Caixa e; 2) a coleta e atualização de todos os demais dados cadastrais.

Essa etapa é complementada por uma tarefa mais fácil, que é a de organizar os dados que o eSocial requer sobre a instituição.

As Disciplinas Desafiadoras

Depois das primeiras disciplinas de cálculo, aparecem outras de complexidade maior; no caso do eSocial, trata-se dos ajustes a serem feitos nos tempos e processos. O desafio, então, é garantir que os "eventos" sejam comunicados dentro dos prazos exigidos e – muito importante – na sequência correta. Ou seja, depois da entrada do eSocial não poderá mais existir um "papelzinho com data retroativa". Aqui há uma potencial mudança de cultura e/ou de práticas organizacionais: os registros e controles que ainda são realizados em planilhas e *e-mail* – em especial os processos de Saúde e Segurança do Trabalho – são muito suscetíveis a falhas e esquecimentos, o que no eSocial são sinônimos de perda de prazo e multas.

Preparando o TCC

Quando você terminou de escrever seu TCC, você o revisou apenas uma vez antes de o entregar? Creio que não! Quando a instituição instala um sistema de folha de pagamento, cujo impacto das mudanças é bem menor que o do eSocial, é quase uma regra rodar dois meses em "paralelo" antes de desativar o sistema antigo. Então, porque você correria o risco de tentar "acertar de primeira" com o eSocial? Mesmo com o

apoio de especialistas, é prudente que se reserve dois meses para executar tudo como se já estivesse valendo o período de cumprimento das regras do eSocial. Assim, haverá tempo para revisar, identificar inconsistências e ajustá-las. Deixar para o Governo descobrir uma necessidade de ajuste vai sair bem mais caro do que investir em prevenção e revisão. Os cadastros da empresa e dos colaboradores têm que estar 100% corretos; os eventos periódicos (derivados da folha) têm que ser gerados de forma consistente no seu todo e os não periódicos têm que ser comunicados na sequência e nos prazos corretos. O que não é pouca coisa!

Em função disso, uma estratégia interessante é utilizar algum mecanismo que vá além das validações internas dos sistemas de RH e verifique as informações antes de enviá-las eletronicamente ao Governo. Uma alternativa é utilizar o "Simulador eSocial + Fácil", da Kyryon (www.kyryon.com.br), que se propõe a reproduzir 100% das validações do Manual do eSocial, instrumentalizando o RH para localizar rapidamente a inconsistência e poder tomar ações no sentido de evitar que o problema volte a ocorrer. Em suma, esse simulador funciona como a "revisão do orientador" antes de encarar a "banca" que, nesse caso, é o Governo.

A Banca do TCC

Atenção! A banca já tem data definida. Tudo deve estar pronto em dezembro de 2017, pois, a partir de janeiro de 2018, as empresas (mantenedoras) que faturaram mais de R$ 78 milhões em 2016 precisam informar eletronicamente as obrigações do eSocial. Se considerarmos o tempo necessário para cumprir todo o "currículo" apresentado, é "saudável" que se tenha um planejamento detalhado, com ações em curso ainda em abril de 2017.

"O eSocial não deve ser visto como "uma máquina para controlar tempos e emitir multas de forma eletrônica"

Riscos e Consequências

Ao fim e ao cabo, o eSocial vai monitorar o intervalo entre a data que ocorreu determinado evento e o dia em que ele foi informado eletronicamente ao Governo. Ou seja, não basta fazer "a coisa certa", como manda a CLT, é necessário também informar a sequência e os prazos exigidos pelo eSocial.

Importante frisar ainda que as informações prestadas deverão estar consistentes "no todo", e o todo é na raiz do CNPJ. Ou seja, se uma mantida tiver dados inconsistentes, coloca em risco toda a mantenedora, podendo inviabilizar uma "negativa" para, por exemplo, renovação do CEBAS.

Espero ter conseguido alertar as associadas da ANEC sobre o contexto e a relevância do eSocial. Se esse tema for simplificado, tratado como uma questão meramente de "atualização de sistema", provavelmente fará com que a instituição descubra da maneira mais difícil – pelas multas – que subestimou o eSocial. A Kyryon está atenta ao eSocial desde 2013 e, em função disso, desenvolveu tecnologia e serviços para tornar a adequação ao eSocial mais fácil e, principalmente, segura. ⊗

HUMUS-EAD

Sua oportunidade de crescer
em apenas um clique!

Cursos 100% em vídeo, com material de apoio e certificados

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PRÁTICA

PROFESSOR Gestor — O NOVO PAPEL DOCENTE —

CAPTAÇÃO E RETENÇÃO DE ALUNOS NO Ensino Superior
Ideias Práticas com o Padrão 3As

Captação, Retenção e Saúde Financeira para Escolas

GESTÃO EFICAZ DA SECRETARIA ACADÊMICA

Captação de Alunos: Como Criar e Vender sua Proposta de Valor

Combate à Inadimplência Educacional

Relacionamento e Geração de Vínculo para Retenção de Alunos

Gestão de Custos e Orçamentos em Escolas: Melhorando suas Margens de Rentabilidade

Acesse agora mesmo e
matricule-se pelo site

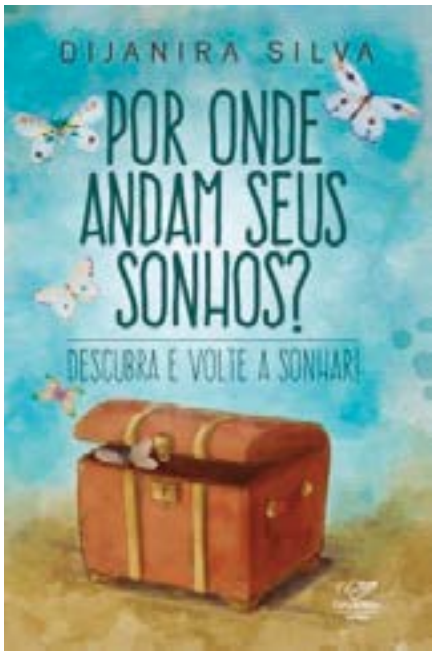
www.humusead.com.br

Os associados da ANEC possuem desconto especial de 15%. Aproveite!
Cupom promocional: ANEC-2017

Gente bem diferente (Edição Renovada)

A obra é narrada em primeira pessoa, por dois narradores que se alternam: Andreia e Rodrigo. Os dois compartilham suas descobertas sobre a própria família, "gente bem diferente", mas que parece bem normal. Para os dois, todos têm uma identidade secreta: princesa, a avó; pirata, o avô; fada, a mãe; gênio ou gigante, o pai. Andreia e Rodrigo demonstram grande familiaridade com a Literatura Infantil universal, fazendo referências a Branca de Neve, A princesa e a ervilha, A Bela e a Fera, A Bela Adormecida e Peter Pan. Divertida e poética, a obra chama atenção para as mudanças nos papéis sociais da mulher, do homem e do idoso, além de sugerir a magia e o encanto que podem existir nos pequenos atos do cotidiano.

Autor: Ana Maria Machado
Número de páginas: 40
Editora: FTD



Por onde anda teus sonhos?

Este livro propõe ao leitor uma jornada ao baú de lembranças, convidando-o a abrir esse baú com cuidado, recolher seus sonhos, desde os infantis até os mais recentes, trazer tudo para fora com cuidado e começar a revê-los um por um. Guiado pela narrativa da autora Dijanira Silva, que partilha um pouquinho da sua história, para ajudá -lo a dar um impulso à sua própria. Nada nem ninguém têm mais poder sobre seus sonhos do que você mesmo. Portanto, pegue-os de volta, segure-os com firmeza e não dê a ninguém o direito de destruí-los.

Autor: Dijanira Silva
Número de páginas: 232
Editora: Canção Nova

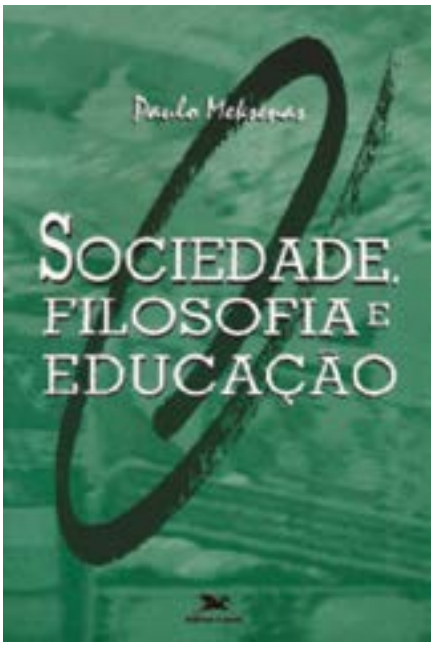
Equilíbrio instável

Os autores falam da separação mediante a imagem de algo em "equilíbrio instável", uma corda bamba na qual os ex-cônjuges e os filhos caminham, vacilando diante das dificuldades, escolhas e dilemas vividos entre pessoas que não fazem mais parte de uma só família, mas permanecem dividindo direitos e obrigações.

Para mostrar como a separação influencia a vida dos filhos, os autores dão voz a seis entrevistados - crianças que viveram tal situação e hoje, adultos, conseguem verbalizar como se sentiram, o que funcionou ou não no caso deles, como superaram os momentos difíceis e as questões cotidianas na infância e adolescência. Além deles, o leitor também segue a história de Marco e Sara, também eles filhos de pais separados, que estão prestes a se casar e dar início à própria família - um elemento interessante, que demonstra que a instituição do casamento é importante e ainda sobrevive.

Sem expressar juízos de valor, os autores procuram deixar claro que um filho tem necessidade de seu pai e de sua mãe; que independentemente das causas da separação, enquanto pais, os dois são merecedores do amor filial; que é importante superar os conflitos e permitir a convivência tranquila, preferencialmente sem dias e horários previamente estipulados, mas sempre que houver a necessidade de estar com um ou com outro; que as crianças necessitam ser ouvidas e esclarecidas sobre o futuro; que os demais familiares têm um papel importante a cumprir - o de oferecer apoio aos pais e às crianças, sem julgar nem tecer comentários acerca do caráter ou do comportamento dos envolvidos.

Autores: Ennio Pasinetti e Mariella Bombardieri
Número de páginas: 152
Editora: Paulinas



Sociedade, filosofia e educação

A partir da constatação de que vivemos numa época de profundas contradições, o autor propõe uma série de reflexões sobre educação, indivíduo, linguagem, ciências humanas e cotidiano, articulando Filosofia, Sociologia e Educação. Uma breve panorâmica sobre Hegel, Marx, Foucault, Marcuse e Vigotsky, focaliza a maneira provocativa como esses autores abordaram tais questões, cada um em sua época.

Autor: Paulo Meksenas
Número de páginas: 96
Editora: Edições Loyola

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 II www.ftd.com.br

FTD
EDUCAÇÃO
EDUCAR BEM É PENSAR ALÉM.

De acordo com a Campanha da Fraternidade 2017 e com a proposta apresentada para este ano, como dar ênfase à diversidade de cada bioma e assim criar relações respeitosas com a vida e a cultura dos povos que nelas habitam, especialmente à luz do Evangelho?

Por Telma Martes, Jornalista ANEC

Ir. Paulo Fossatti
Diretor-Presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC

Creio que o primeiro passo é criar condições para refletir sobre nosso modelo antropológico. Ou seja, que tipo de pessoa estamos promovendo, formando, educando? Tal reflexão certamente nos levará a um maior entendimento e a uma maior ação sensibilizadora com a vida no planeta Terra, nossa casa comum.

É preciso ainda superar uma pedagogia do saber para chegar a uma pedagogia do cuidado integral e integrador da vida humana e da diversidade de vida no planeta. Essa cultura que sabe muito e cuida pouco precisa ser superada.

Uma educação e formação continuadas para uma nova ecologia na qual a vida é amada e respeitada em todas as suas manifestações faz-se urgente e necessária. Para tal, cada pessoa é chamada a ser uma voz profética a serviço da ecologia, do meio ambiente e da dignidade humana.

A retomada do documento *Laudato Si*, do Papa Francisco, certamente nos ajudará a educar para um novo modelo de desenvolvimento econômico combatendo o modelo depredatório, capitalista, que nos mandou "explorar" a terra.

Para além de ações ou projetos isolados, é preciso definir políticas governamentais e sociais de preservação de nossos biomas. Tal defesa não deve ser vista como imposição legal, mas como um modo de o ser humano reconhecer-se e posicionar-se no mundo, numa relação de harmonia e cuidado com a biodiversidade e a sociodiversidade.

Cardeal Sérgio da Rocha
Arcebispo de Brasília e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

A primeira atitude deveria ser contemplar e admirar a beleza dos biomas, na sua diversidade, vivenciando a palavra de Jesus que nos convida a olhar os lírios dos campos e os pássaros do céu. Essa postura integra a "conversão ecológica", proposta pelo Papa Francisco, na sua encíclica *Laudato Si,* e nos ajuda a superar a tendência comum de usufruir e depredar a natureza, reconhecendo os biomas como obra do Criador e "Casa Comum".

A segunda atitude refere-se aos povos originários. Esperamos que esta Campanha da Fraternidade ajude a valorizá-los, a defender sua vida e seus territórios, e a respeitar sua cultura, de modo que eles possam contribuir para preservar os biomas.

Outra postura a ser trabalhada, especialmente nas escolas, comunidades eclesiais e meios de comunicação social, é o conhecimento sobre os biomas brasileiros. É preciso superar o desconhecimento e a indiferença, incluindo essa temática na formação oferecida. Ao mesmo tempo, a vigilância permanente para não permitir a destruição dos biomas e dos povos originários exige denúncia profética.

Por fim, é fundamental desenvolver a ética do cuidado da "casa comum" com iniciativas de caráter pessoal, comunitário e social. Para cuidar e guardar com responsabilidade os biomas e defender os povos originários, é preciso cultivar ações pessoais e espontâneas, mas, sobretudo, iniciativas comunitárias e o compromisso dos órgãos públicos.

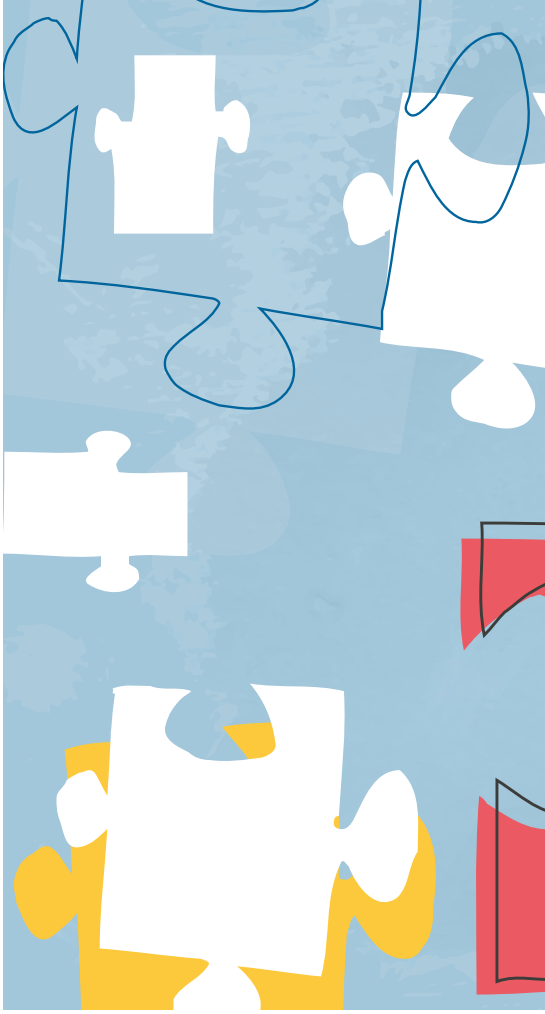
Irmã Maria Inês V. Ribeiro, mad
Presidente Nacional da Conferências dos Religiosos do Brasil - CRB

A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) reconhece que há uma grave crise socioambiental que assola a Terra, subjugando a maioria dos seres humanos e a natureza. Por isso, está afinada com o Papa, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a Conferência Latino-americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas (CLAR). Defender a vida é imperativo, não é opção, seja qual for a frente de missão das religiosas e dos religiosos.

A CRB Nacional apoia inteiramente o Papa Francisco na bela campanha em favor da vida do Planeta. No *site* da Conferência e na Convergência, revista da CRB para a Vida Religiosa Consagrada, são publicados muitos textos sobre o tema, com base no Papa. Ela caminha integrada à Igreja. Há um órgão da CRB, Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC), que caminha inteirado à Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), entidade da CNBB. Ambos fazem trabalhos em favor da vida.

A CRB também caminha com a Conferência Latino-americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas. O horizonte inspirador da CLAR para o atual triênio dialoga com a Laudato Si', tendo como um dos objetivos específicos "Ecologia integral – cuidados da casa comum". A CRB ainda traz como uma de suas prioridades as relações respeitosas com a vida, "assumindo a defesa da vida onde está mais ameaçada, em compromisso com os movimentos sociais, o processo democrático, a justiça social, as fronteiras existenciais, o diálogo intercultural e inter--religioso e a ecologia integral".

À luz do Evangelho, cuidar da criação divina é a opção preferencial da Vida Religiosa Consagrada.



Escola e mudança organizacional – um desafio de sobrevivência

Jorge Alberto Torreão Dáu,
Diretor Administrativo-Financeiro; Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro

A escola enfrenta diversos desafios decorrentes de: regulamentação pelo Governo, restringindo seu modo de atuação; mudanças demográficas e sociais, que afetam o público a que atendem e o tipo de serviço prestado; evolução tecnológica, que impõe a necessidade de respostas rápidas e possui um efeito multiplicador sem precedentes; e, no caso específico de instituições filantrópicas, um aumento da concorrência com escolas "de mercado" por recursos e clientes. Soma-se a esses a percepção ainda arraigada na sociedade, nos alunos e em muitos profissionais de educação de que sua única preocupação é a sala de aula, numa perspectiva isolada, impedindo-os de efetivar a intercessão do olhar pedagógico com outras dimensões da escola – comunitária, familiar e negocial.

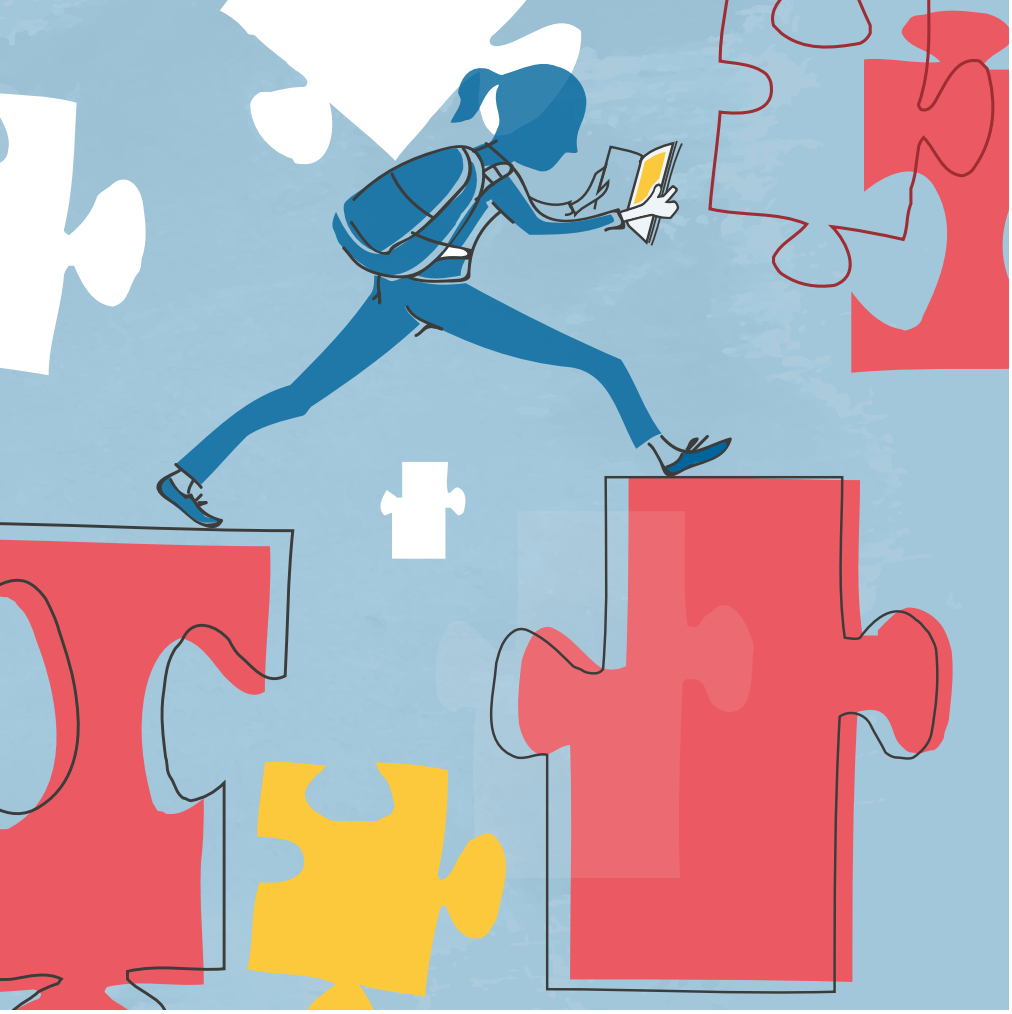
Como, pois, sensibilizar as equipes das escolas para a necessidade de definir e efetuar as mudanças necessárias para se tornarem mais efetivas e produtivas? Muitas vezes, isso leva a passar de um estilo de administração familiar para profissional e, consequentemente, à transformação da cultura organizacional, enfrentando a resistência daqueles que dizem que "as coisas funcionam". Torna-se necessário implementar novos sistemas (ERP), redes sociais… – e processos, de modo a permanecer competitivo, e a controlar o uso e a eficiência dos recursos da instituição.

> *As oportunidades, ou necessidades, indicam se a missão de uma organização do Terceiro Setor faz ou não sentido*

As considerações a seguir, embora aplicáveis a escolas em geral, são mais pertinentes a organizações sem fins lucrativos.

"A organização sem fins lucrativos existe para trazer mudanças a indivíduos e à sociedade [e, portanto], uma declaração de missão tem de ser operacional, caso contrário não passa de boas intenções"[1]. Isso significa que toda organização do Terceiro Setor deveria ser gerenciada de um ponto de vista operacional, iluminada por "oportunidades, competência, e compromisso"[2]. As oportunidades, ou necessidades, indicam se a missão de uma organização do Terceiro Setor faz ou não sentido.

[1] [2] Drucker, Peter Ferdinand. *Managing the non-profit organization: practices and principles*. Kindle Edition.



No caso de escolas, a centralidade da aprendizagem pressupõe que quaisquer outros instrumentos – mudanças curriculares, estruturas organizacionais e apoios de políticas de educação – estejam a serviço desse objetivo maior

A competência está relacionada ao que a organização pode fazer bem, e deve corresponder às oportunidades. E o compromisso reflete as crenças por trás da missão declarada. Em termos operacionais, para converter boas intenções em resultados é necessário gerenciar a *performance*, para melhorar o que já se faz bem e, além disso, inovar. De acordo com Eisenberg[3], ao longo da evolução da filantropia, foi percebida a necessidade de maior eficiência e de maior foco nos limites de atuação; falhou-se em priorizar o recrutamento de sangue novo. A necessidade de mudança também é constante, mais ainda atualmente, em que "organizações sem fins lucrativos defrontam-se com uma nova realidade – não apenas economicamente, mas demograficamente, tecnologicamente e socialmente"[4].

Esses desafios testam a liderança das organizações do Terceiro Setor, acostumadas a um ambiente menos estressante e desafiador. O estilo e as necessidades atuais são muito mais próximos daqueles encontrados em organizações que objetivam o lucro, mas sem deixar de lado suas características específicas. "Organizações sem fins lucrativos precisam dessa capacidade de liderança adaptativa mais do que nunca. Navegar através da convergência de todas essas tendências em evolução e suas muitas permutações vai requerer uma intensa curiosidade e desejo de aprender, a habilidade de trabalhar como parte de um grupo diversificado e de liderar como parte de uma equipe, e abertura para testar novas ideias e desafiar o status quo. Também vai requerer o reconhecimento futurista de que o mundo está mudando diariamente, e as ferramentas, estratégias e abordagens que funcionam hoje podem ser irrelevantes em cinco anos, cinco meses ou mesmo cinco semanas"[5].

Assim, assumindo a necessidade de constante adaptação para enfrentar desafios presentes e futuros, o modelo escolhido para gerenciar o processo de mudança, de acordo com McGuire[6], deveria ser antecipatório e incremental (tático) e não de reorientação. Este último seria necessário apenas se a organização enfrentasse ou antecipasse grandes desafios ou mudanças no ambiente de negócios. De modo a conduzir um processo de mudança, entretanto, é importante diagnosticar a situação da instituição de maneira sistemática. Supondo que um processo de planejamento estratégico já tenha ocorrido na

[3] Couto, Richard A. *Political and civic leadership: a reference handbook* – chapter 53 – Eisenberg, Pablo – **Philanthropy**. Sage Publications, Inc. – 2010.

[4] [5] Gowdy, Heather, Alex Hildebrand, David La Piana, and Melissa Mendes Campos. *Convergence: How Five Trends Will Reshape the Social Sector*. The James Irvine Foundation, 2009. www.lapiana.org/downloads/Convergence_Report_2009.pdf.

[6] McGuire, S. (forthcoming). *Managing Change in Nonprofit Organizations*. Draft pre-publication manuscript, 2008.

organização, uma avaliação de processos deveria ser conduzida, a fim de:

- Julgar os programas e serviços oferecidos;

- Melhorar a efetividade dos programas;

- Prover informações para as decisões gerenciais.

De acordo com Boccalandro[7], "a avaliação de processos é tão importante quanto a avaliação de resultados. E, em termos de cronologia, vem primeiro". E, embora sugira que táticas participativas sejam consideradas, caso resultados de curto prazo sejam necessários, pode-se optar por técnicas científicas, para auditar a eficiência e a excelência dos serviços oferecidos. Em função das condições específicas da organização, pode-se decidir em relação a alguns pressupostos:

- Contratar consultores externos para avaliar departamentos ou processos sobre os quais não se tem uma visão clara;

- Aplicar o processo de diagnóstico globalmente, ou realizar um piloto que venha a ser, futuramente, aplicado ao resto da organização;

- Definir as etapas do processo, que devem ser pelo menos duas: ações imediatas, para lidar com questões urgentes que venham a ser identificadas, e planejamento de longo prazo;

No caso de escolas, a centralidade da aprendizagem pressupõe que quaisquer outros instrumentos – mudanças curriculares, estruturas organizacionais e apoios de políticas de educação – estejam a serviço desse objetivo maior. Assim, é importante qualificar professores e adaptar modelos organizacionais (aprendizagem profissional e sistêmica) a uma multiplicidade de modelos e condições que inviabiliza a utilização de "pacotes" prontos.

Nunca é demais recordar que, ao buscar um processo de mudança, é preciso traçar uma estratégia com caminhos paralelos

Nunca é demais recordar que, ao buscar um processo de mudança, é preciso traçar uma estratégia com caminhos paralelos: manter o funcionamento da organização do modo mais eficiente possível; e diagnosticar a situação da organização.

Para alcançar sucesso, os processos de mudança precisam ser assumidos e patrocinados pela direção geral da instituição, que deve:

- Estabelecer objetivos claros e padrões tendo por base a missão e a visão da instituição;

- "[Re]construir a organização em torno da informação e da comunicação em vez de na hierarquia"[8];

- "Criar um clima de confiança e candor [e] promover uma cultura de divergência às claras"[9];

- Educar todos os níveis da organização a usar ferramentas de orçamento e gestão;

- Persistir na estratégia definida de modo consistente, exceto se avaliações intermediárias indicarem o contrário.

Esses processos de mudança devem ser continuamente monitorados através de instrumentos de avaliação de resultados participativos, "em que o avaliador trabalha de modo colaborativo com a equipe [da organização sem fins lucrativos], os membros do conselho, e beneficiários para desenvolver um plano de avaliação e conduzi-la" [10]. Assim, em um ciclo contínuo, as instituições escolares têm como evoluir e competir, sem abrir mão de sua excelência, em sintonia com as novas condições decorrentes de mudanças políticas, sociais, regulatórias e econômicas. ⊗

[7] [8] [10] Boccalandro, Bea. *Measuring Whether Social Sector Programs Work: A Vision for Nonprofit Leader Success*. Pre-publication draft. December, 2009.
[9] Sonnenfeld, J. *What Makes Great Boards Great*. Harvard Business Review, September 2002.

Consultoria **Especializada** em Instituições de **Ensino**

Tecnologia & Conhecimento

www.kyryon.com.br

KYRYON Consulting

sten

Metodologias alternativas de ensino: essa geração não quer nada com nada?

Prof. Dr. Mauro Fantini Nogueira Martins,
Docente do Curso de Biomedicina e coordenador do projeto Narizes de Plantão, no Centro Universitário São Camilo

É meio da manhã de quarta-feira e um professor, vestindo jaleco branco e segurando alguns pacotes de provas, entra na sala dos professores. Ele se senta junto a outros colegas e, visivelmente frustrado, narra sua mais recente experiência em sala de aula.

"Eu falei tudo sobre a estrutura dos anticorpos, comentei sobre a função dos linfócitos e expliquei detalhadamente o que é processo inflamatório. Aí eu pergunto tudo isso na prova e os caras erram!"

Para mim é uma decepção quando algo que deveria estar claro para uma turma de alunos não está. Eu provavelmente já devo ter dito algo similar ao discurso do nosso professor fictício. Acredito que a frustração faz parte de qualquer processo de aprendizagem com o qual há um comprometimento mínimo, um desejo de atingir um objetivo. Do mesmo jeito que uma criança aprendendo a andar cai muitas vezes, reclama e chora, um professor que está aprendendo a ser professor (estamos sempre, não?), também tem seus momentos decepcionantes de queda. Normal.

O problema está no veredito do professor, que já ouvi muitas vezes: "Aí eu pergunto tudo isso na prova e os caras erram! Essa geração não quer nada com nada".

"Essa geração não quer nada com nada" é prima da famosa "no meu tempo não era assim". Aquele questionável saudosismo enviesado por memórias de fidelidade duvidosa. Será que no

passado os alunos, ainda seres humanos como os de hoje, eram tão diferentes assim? Como esse não é o ponto principal do meu argumento, vamos dizer que sim, só para facilitar.

Minha principal reflexão aqui é que se "essa geração não quer nada com nada", bem, então não há nada para ser feito, certo? O professor é de uma geração, melhor, os alunos são de outra, pior, e assim permanecemos. Um finge que ensina e o outro finge que aprende, parecido com a passagem do jogador Vampeta pelo Flamengo (eles fingem que pagam e eu finjo que jogo).

Eu discordo. Acredito que uma aula pouco produtiva ou uma avaliação com resultado abaixo (ou diferente) do esperado não podem ser simplesmente explicadas pelo desinteresse de uma geração e ponto final. O que enxergo como saudável é pensar: "essa geração não se interessou por aquilo que eu trouxe, do jeito que eu trouxe".

Além de professor universitário, também trabalho como palhaço no hospital. Podem parecer atividades bem distintas, mas a similaridade é enorme, principalmente a respeito de um objetivo essencial tanto para o palhaço como para o professor: conexão com o outro.

Nem sempre quando entro em um quarto de hospital acontecem coisas incríveis e prazerosas. Estamos em um hospital, pessoas estão sofrendo, angustiadas, com inúmeras dúvidas sobre o futuro. Um palhaço não necessariamente é aquilo que o paciente mais quer ver naquele momento, mas algo ele quer. Algo ele quer. Algo o interessa, algo o move, algo o motiva. Amor, saúde, pertencimento, dinheiro, competição, brincadeira, poesia. Para cada pessoa é diferente, mas esse algo existe, caso contrário a pessoa já morreu. O trabalho do palhaço, então, é mapear a situação, encontrar esse algo e, a partir disso, brincar.

Sendo assim, quando não temos tanta conexão em um quarto de hospital – "aquele quarto não rolou", dizemos – sempre o palhaço reflete: eu falhei em encontrar o tal do algo. A mágica que eu levei, a música que eu toquei, a piada que eu contei... nada disso era o que o paciente queria. Talvez ele quisesse o silêncio e eu não percebi.

Por isso, mais do que comparar aulas expositivas com metodologias ativas, ou práticas com teóricas, minha provocação neste texto é: professor, quais são as alternativas a você mesmo?

Na sala de aula é a mesma coisa. O jeito com que eu falei sobre o anticorpo, o tempo que levei para comentar a função dos linfócitos, o nível de detalhamento do processo inflamatório... talvez o aluno não queira nada disso. Não que ele tenha algo contra o anticorpo em si, mas sim contra o método escolhido para abordar o tema.

Por isso, quando ouço falar sobre metodologias alternativas de ensino, sempre ouço com otimismo. O "alternativo" me sugere um desvio ao jeito planejado, esperado, enraizado, me sugere ações derivadas de crises e frustrações e acho isso ótimo! É um sinal de progresso, seja qual for exatamente o alternativo.

Atualmente, na minha atividade de professor universitário, não trabalho com um modelo único de aula. Algumas aulas são simulações de congressos científicos, outras são discussões em roda. Dou uma avaliação em que os alunos vêm fantasiados e participam de um tribunal, outra em que eles precisam criar uma narrativa do ponto de vista de um protozoário e outra em que eles precisam bolar memes de Facebook sobre imunologia. Algumas dessas atividades eu adaptei a partir de experiências que eu tive, outras criei do zero. Mas o que mais me importa é que quando comecei a trabalhar como professor, eu não fazia nenhuma dessas práticas. Eu apenas repetia os modelos de aula que me foram ensinados na escola e faculdade. Modelos que faziam sentido para a geração dos meus professores, mas não necessariamente para a minha. Assim, todos esses exemplos que eu citei são metodologias alternativas.

Quem define o que é uma metodologia alternativa? "Alternativas" segundo quem? Segundo eu mesmo, oras! São alternativas ao caminho que comecei a trilhar como docente e que surgiram a partir de crises e fracassos que tive no passado.

Por isso, mais do que comparar aulas expositivas com metodologias ativas, ou práticas com teóricas, minha provocação neste texto é: professor, quais são as alternativas a você mesmo? Será que alguma das suas próprias alternativas não é capaz de dialogar com mais proximidade com seus alunos?

Afinal, seja de que geração você ou seu aluno for, todos queremos algo. ⊗

Teste de recuperabilidade nos ativos das instituições

Régis Monteiro Ferreira,
Diretor das empresas R&R Auditoria e Consultoria, Value Gestão de Negócios Ltda. e Value Gestão Contábil Ltda.

É indiscutível a importância da informação como matéria-prima do processo de decisão devendo deve ser estruturada de maneira lógica para que possa atender eficientemente às necessidades de seus usuários, bem como incorporar conceitos, políticas e procedimentos que motivem e estimulem o gestor a tomar as decisões para a instituição. Entretanto, muitos estudos também apontam fraquezas e insuficiências da informação contábil e ressaltam que um dos principais problemas está relacionado com a defasagem dos valores contábeis de ativos mensurados e reconhecidos com base nos seus valores históricos.

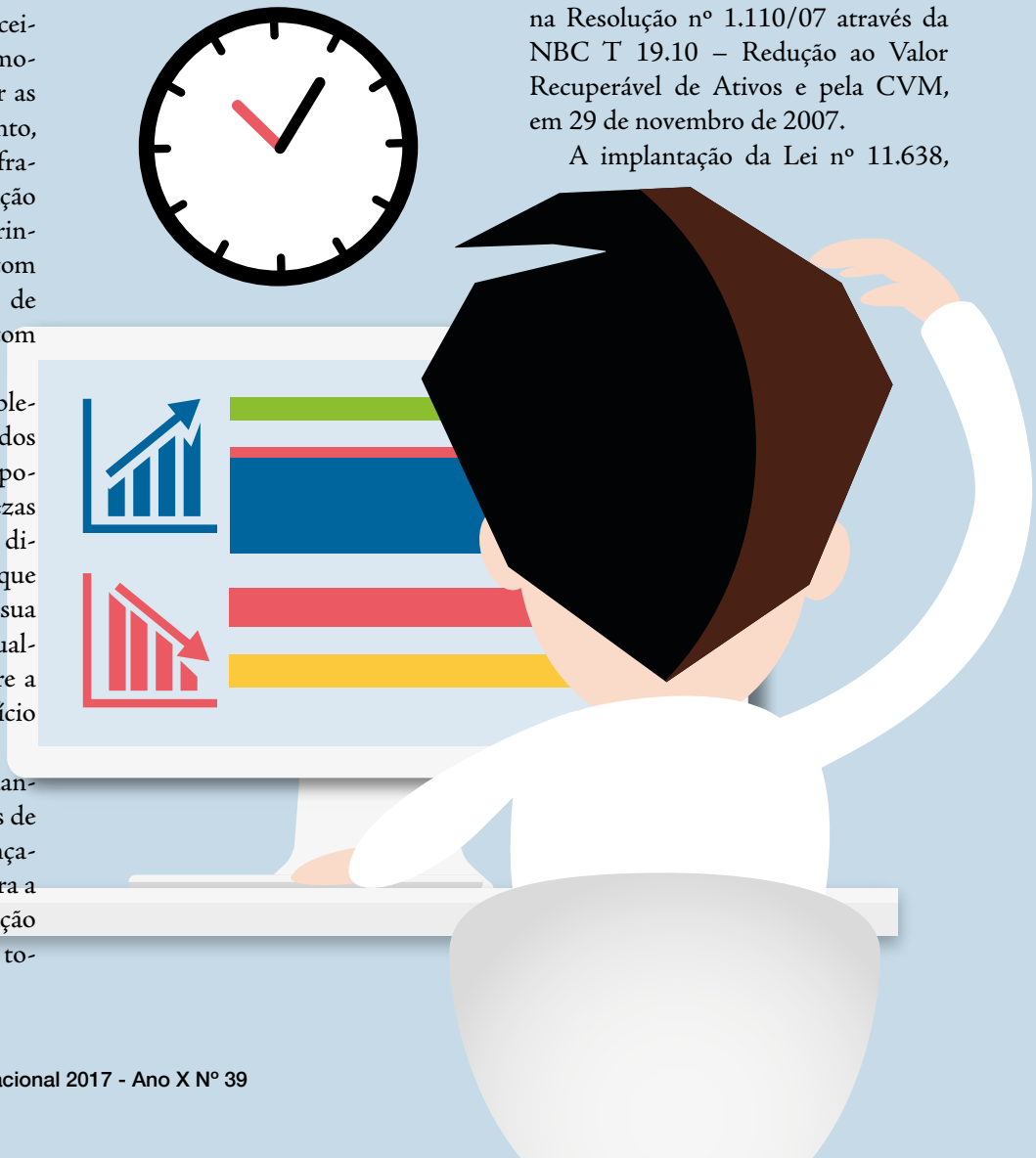
Além do destaque para o problema de defasagem dos ativos avaliados com base nos valores históricos, "podemos" acrescentar à lista de fraquezas e insuficiências da contabilidade a dificuldade de fornecer informações que descrevam os ativos com base na sua capacidade de gerar valor ou em qualquer outra descrição que demonstre a sua expectativa de geração de benefício econômico futuro.

No entanto, no Brasil, as mudanças ocorridas nas normas brasileiras de contabilidade na última década avançaram em importantes proporções para a melhoria da qualidade da informação contábil e da sua utilidade para os tomadores de decisão.

Esse processo avançou com a publicação da Instrução nº 457 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de julho de 2007, "que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)".

Em seguida, o Pronunciamento Técnico nº 01 do Código de Pronunciamentos Contábeis (CPC) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos – em convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do IASB, em 14 de setembro de 2007, aprovada pela Deliberação nº 527 da CVM de 1º de novembro de 2007 e pelo Conselho Federal de Contabilidade na Resolução nº 1.110/07 através da NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e pela CVM, em 29 de novembro de 2007.

A implantação da Lei nº 11.638,



de 2007, e da Lei nº 11.941, de 2009, que alterou e revogou dispositivos das Leis nos 6.404 e 6.385, ambas de 1976, e estendeu às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, também teve um papel preponderante nesse contexto. Tais mudanças se concretizaram com o (CPC) adotando o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do IASB como base para o Pronunciamento Básico da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pela Deliberação nº 539 da CVM, de 14 de março de 2008, e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.121/08, mediante a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das demonstrações Contábeis, de 28 de março de 2008. Na sequência, podemos destacar a edição da NBC TG 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, da NBC TG 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, da NBC TG 43 – Adoção Inicial das NBC Ts convergidas em 2009 e para aplicação na contabilidade de grandes empresas a partir de 2010 e a NBC TG 1000 para aplicação para pequenas e médias empresas a partir de 2013.

Até o momento, foram convertidos em normas brasileiras de contabilidade 43 pronunciamentos (do 00 a 46) do CFC mais o NBC TG 1000 para Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (com glossário de termos) e muitas interpretações técnicas e algumas regulamentações específicas como ITG 2001 (EFPC), ITG 2002 (terceiro setor) e ITG 2003 (desportiva).

Neste cenário, gostaríamos de destacar duas normas que no contexto da evolução da contabilidade na última década contribuem para que demonstrações contábeis melhorem o nível de informação para o usuário: *fair value* (valor justo) e *Impairment Test* (Teste de Recuperabilidade dos Ativos).

Os estudos de Iudícibus e Martins (2006) destacam que o *fair value* teve sua origem a partir da utilização do método de partidas dobradas que favorecia a utilização do custo histórico, que, apesar de todas as variáveis econômicas vividas pelos diversos países, em épocas distintas, foi sendo adaptado, chegando ao custo histórico corrigido. Os autores mencionam que alguns teóricos defendiam o uso do custo corrente de reposição, por ser mais adequado para fins gerenciais que o último, pois esse, aperfeiçoado pela aplicação de coeficientes de variação geral dos preços, possibilitava a comparação de balanços com datas distintas, em uma moeda única. Por fim, comentam que "o *enforcement* do valor justo dá um enorme salto sobre as formas tradicionais de avaliação, passando por cima das alternativas mais conhecidas, a fim de aportar no outro lado do rio".

> *O objetivo da NBC TG 01 é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda*

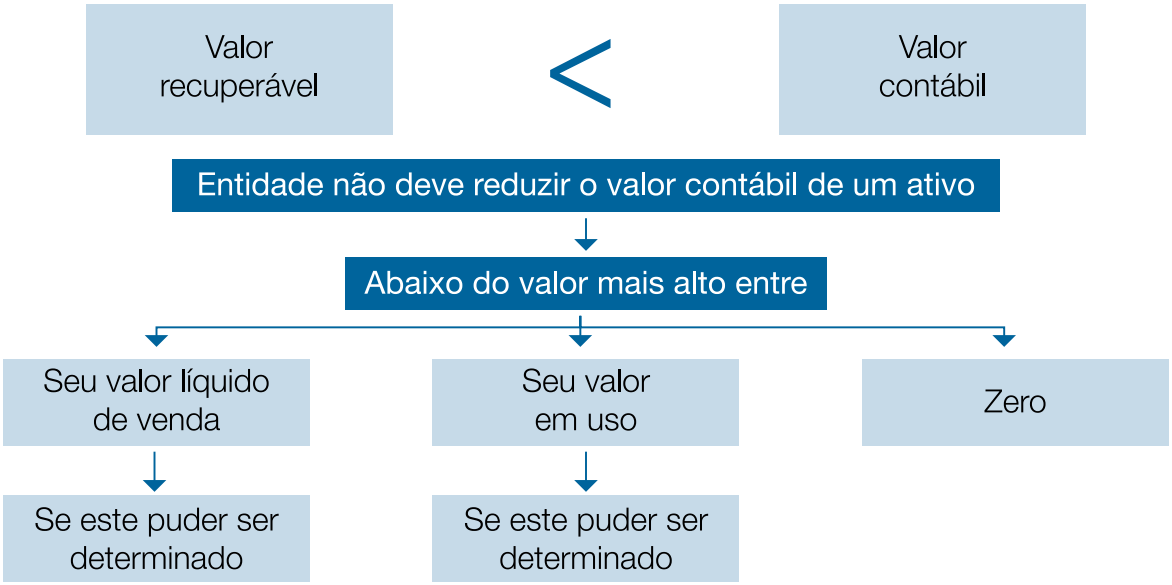
A definição do *fair value* pela NBC TG 01, é similar às definições do FASB e do IASB, qual seja, "o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória". Em relação à evidenciação do *fair value*, o CPC esclarece que devem ser observados, dentre outros requerimentos, o valor justo na data e as técnicas de *valuation* utilizada, junto com o detalhamento de eventuais mudanças nas técnicas, com o intuito de apresentarem transparência relativa às metodologias aplicadas.

Já a definição do *Impairment Test*, também encontrada na NBC TG 01, preocupa-se com o momento em que os ativos estiverem mensurados e contabilizados no valor de mercado, ou quando a expectativa de benefício futuro está abaixo do previsto, e ressalta que neste caso deve ser realizado o teste de *impairment*. O propósito do teste de *impairment* é demonstrar a variação do valor, apontando para o resultado inesperado desse ativo no fluxo de caixa, verificando a possível redução no valor recuperável dos ativos.

O objetivo da NBC TG 01 é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda e, caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas (ajuste para perdas por desvalorização).

Ressaltamos que a Lei nº 6.404/76, em seu art. 183, parágrafo 3º, determina que a instituição periodicamente realize o *impairment* em seus ativos:

> *A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado*



e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009) I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638,de 2007); II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638,de 2007).

Segundo a NBC TG 01, a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação de desvalorização, a instituição deve estimar o valor recuperável do ativo.

O item 63 da norma ainda diz que: "Depois do reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão do ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual (se houver), em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente".

O esquema acima (ver gráfico) demonstra o momento em que deve ser reconhecido o impairment na contabilidade, no caso em que o valor recuperável seja menor que o valor contábil do ativo registrado na contabilidade e evidencia ainda a metodologia que deverá ser utilizada para a definição do valor justo (valor líquido de venda x valor em uso).

Portanto, a aplicação do *Impairment Test* para verificação da perda do ativo é obrigatória e de extrema importância para avaliar o resultado de uma organização, sendo que a determinação do fair value, dos ativos da mesma, com o intuito de aplicar o teste de recuperação de ativos, é um fator essencial para delimitar a posição financeira da entidade no mercado global e mensurar os resultados dos seus ativos incluindo os ativos intangíveis e os do *goodwill*.

Em nossos trabalhos no terceiro setor observamos que uma das principais fragilidades encontradas nas demonstrações contábeis das instituições está normalmente relacionada à aplicação do *Impairment Test* – Teste de Recuperabilidade dos Ativos (NBC TG 01). Apesar de as instituições entenderem que devem aplicar o *Impairment* para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, a incipiência da norma gera muitas dúvidas e o benefício de sua aplicação fica comprometido levando as instituições a ignorarem a necessidade. Outros fatores que impedem o cumprimento das normas pelas instituições podem estar relacionados à especialização para o desenvolvimento dos trabalhos ou aos custos para a execução dos testes.

Ressaltamos que a não aplicação do *impairment* fere aos princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil e podem levar a opinião de auditoria modificada com ressalva ou adversa, principalmente nos casos em que o patrimônio das instituições tem uma alta representatividade no seu ativo. ⊗

Alunos e professores aprendendo a se sustentar financeiramente hoje e no futuro

Um programa completo que leva, para a sala de aula, experiências capazes de estimular o desenvolvimento de habilidades para o uso sustentável do dinheiro com responsabilidade social e ambiental. Sua escola tem condições especiais por ser associada à ANEC. Aproveite e estimule habilidades essenciais para uma vida autônoma e próspera. ***Ainda dá tempo de iniciar em 2017. Entre em contato!***

Os livros são a forma de acesso dos alunos e das escolas ao Programa

Aplicação ao longo do ano ou em projetos específicos

Atividades interdisciplinares mediadas por professores de diferentes disciplinas

Acompanhamento pelo Laboratório de Psicologia Social da Universidade de Brasília

editora oficina

61 3051.1285
oficinadasfinancas.com.br

oficina das Finanças

Comprometidos com a Paz!

Quando, também na escola, se dialoga sobre as religiões

Ascânio João (Chico) Sedrez,
Diretor do Marista Glória; Rede de Colégios do Grupo Marista

Temos percebido uma crescente preocupação acerca do papel social da escola e da educação que acontece neste espaço-tempo.

Numa perspectiva de sociedade apassivada pelos grandes meios de comunicação social, seria mais fácil imaginar a escolarização como processo de adaptação ou preparação a um modelo de convivência sem autorias, sem decisões, sem questionamentos...

Usa-se, até, a pretensa possibilidade de neutralidade para o conhecimento científico como ideal a ser buscado por todos os que atuam com as novas gerações, ao longo da educação básica.

Contudo, além de todo conhecimento humano ser marcado pelos tempos, pelas culturas, crenças e possibilidades reais, – por exemplo, o geocentrismo baseado nas empíricas observações da humanidade durante a maior parte da história – reconhece-se, explicitamente, esse conhecimento como precário, sujeito a revisões, relativo às condições de determinado momento científico, cultural e, inclusive, ideológico.

No que toca tão intimamente a vida das pessoas como as suas crenças religiosas – significados últimos de seu existir, seus valores mais profundos, suas convicções e sentido do viver –, lidamos com um cenário ainda mais complexo. Seria mais fácil vincular a escola e sua função pública a uma obrigação de não se tratar ali assuntos relacionados às convicções pessoais e familiares. Aos que advogam uma interpretação restrita à ideia da laicidade da escola, especialmente a escola mantida diretamente pelos órgãos federativos, parece fácil justificar a ausência das discussões sobre religião, sobre as tradições religiosas e o necessário diálogo entre elas.

O discurso de muitos reduz a questão das religiões ao foro íntimo das pessoas, defendendo que as construções culturais que chamamos de tradições

religiosas não tenham nenhum papel na sociedade e na real possibilidade/urgência de vivermos em paz.

Meu posicionamento como educador, tanto na questão geral da falaciosa neutralidade do conhecimento quanto na pretendida ausência das questões religiosas, é claro e transparente: a escola, a mantida diretamente pelo Estado ou por outras entidades da sociedade, deve ser espaço-tempo de troca, diálogo, construção de conhecimentos, abertura ao diverso, discussão, de debate, de ampliação de horizontes. Será sempre, por seus professores, alunos, especialistas em educação, pessoal de apoio, famílias e comunidade do território, instância social apropriada para a discussão, para a respeitosa convivência da diferença, para a desafiadora tarefa de aprender e dialogar com o novo.

Nessa perspectiva e enfocando mais diretamente o assunto que este pequeno texto quer suscitar, gostaria de recordar a postura do Papa Francisco e uma de suas falas. Suas atitudes de abertura e de cotidiana provocação do diálogo entre as religiões tiveram uma enfática confirmação em vídeo divulgado no início do ano de 2016: http://bit.ly/2nemePH

Gostaria de destacar alguns aspectos deste posicionamento do Papa Francisco como inspiração direta para a nossa responsabilidade, também no âmbito da educação.

1 - **"A maioria dos habitantes do planeta declara-se crente. Isto deveria ser motivo para o diálogo entre as religiões"**. É imperioso reconhecer essa evidência: as crenças religiosas, mais ou menos institucionalizadas, caracterizam a vida das comunidades, dos povos e das pessoas ao longo da história. A relevância da temática pode ser amplamente justificada pelas questões antropológicas implicadas. Mesmo considerando os que não se enquadram institucionalmente, a busca humana por plenitude, superação, felicidade pode ser chamada, genericamente, por busca espiritual. O 'anseio pelo mais' qualifica a existência humana e pode ser objeto das interações humanas, também na escola. Não custa lembrar que todos aqueles que se dizem sem crença alguma tem, nesta perspectiva, também o seu conjunto de valores e, por isso, são convidados a esse diálogo pela riqueza de seu posicionamento.

2 - **"Muitos pensam de modo diferente, sentem de modo diferente, procuram Deus ou encontram Deus de muitos modos. Todos somos filhos de Deus"**. Há entre nós muitos que usam a palavra "deus" com letra minúscula quando nos referimos às religiões dos outros, variando a letra maiúscula quando se conhece a experiência religiosa dessa pessoa ou comunidade e se acredita muito próxima da nossa concepção. O Papa Francisco, em nenhum momento, imagina que Deus seja uma prerrogativa do nosso grupo ou do Cristianismo. Deus se faz presente na vida de todos os povos e de modos que só Ele para ter tamanha riqueza e diversidade. Respeitar profundamente as pessoas por sua condição e dignidade humana e como buscadores de Deus é pressuposto para a acolhida generosa e para o diálogo que transforma e aproxima.

O 'anseio pelo mais' qualifica a existência humana e pode ser objeto das interações humanas, também na escola

3 - **"Que o diálogo sincero entre homens e mulheres de diferentes religiões produza frutos de paz e de justiça"**. A escola e o espaço curricular do ensino religioso são territórios absolutamente favoráveis para esse encontro dialógico. Não se pode conceber a educação como formação dentro de uma perspectiva fechada, consolidação do gueto que se protege e tem medo das perspectivas e tradições que lhe são desconhecidas. O conhecimento que se constrói com informações profundas sobre as várias tradições religiosas, que dá voz e vez para a diferença de crenças e concepções do viver, trará uma sólida base para uma sociedade fundada em valores de paz. Sem medo do outro diferente temos melhores condições para um mundo reconciliado e sem guerra, principalmente as que se dizem justificar na religião.

Em síntese, o Papa Francisco nos convoca ao diálogo, à vida em harmonia na diferença, ao encontro com o outro, caminho único para o encontro com o Outro. As religiões não podem ser geradoras de distância, de desavença, de violência e de guerra.

Nossas escolas e comunidades podem ser novos areópagos nos quais se gesta um mundo novo, a Civilização do Amor. O desafio está lançado. ⊗

Autonomia para voar

Aleluia Heringer Lisboa Teixeira,
Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Diretora do Colégio Santo Agostinho – Unidade Contagem/MG; Articulista do Pensar a Educação em Pauta da Faculdade de Educação – UFMG.

Nunca se falou tanto em autonomia, não pela sua abundância, mas, sim, pela percepção de sua ausência. Há um "procura-se" do sujeito autônomo. Não é nosso propósito discutir esse conceito, mas os seus efeitos no espaço escolar. Para Paulo Freire (1997:121), a autonomia "consiste no amadurecimento dos seres para si, que, como autêntico vir a ser, não ocorre em data marcada". Essa construção está centrada em "experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade".

Na perspectiva da educação, o que se pretende alcançar é a autonomia do estudante, sujeito da aprendizagem, como aquele que toma as decisões baseadas nas informações disponíveis. Além dessa perspectiva apenas individual, é desejável que ele se assuma como "ser social e histórico, pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos", complementa Freire (p. 46).

A conquista da autonomia não é proporcional ao avanço da idade. Não é uma qualidade que aflora naturalmente. Podemos nos deparar com um adulto dependente e também com uma criança que demonstra autonomia em relação às obrigações e decisões de acordo com sua idade. Ensina-se a autonomia. Aprende-se a ser autônomo, daí a responsabilidade dos adultos que cercam a criança ou o jovem.

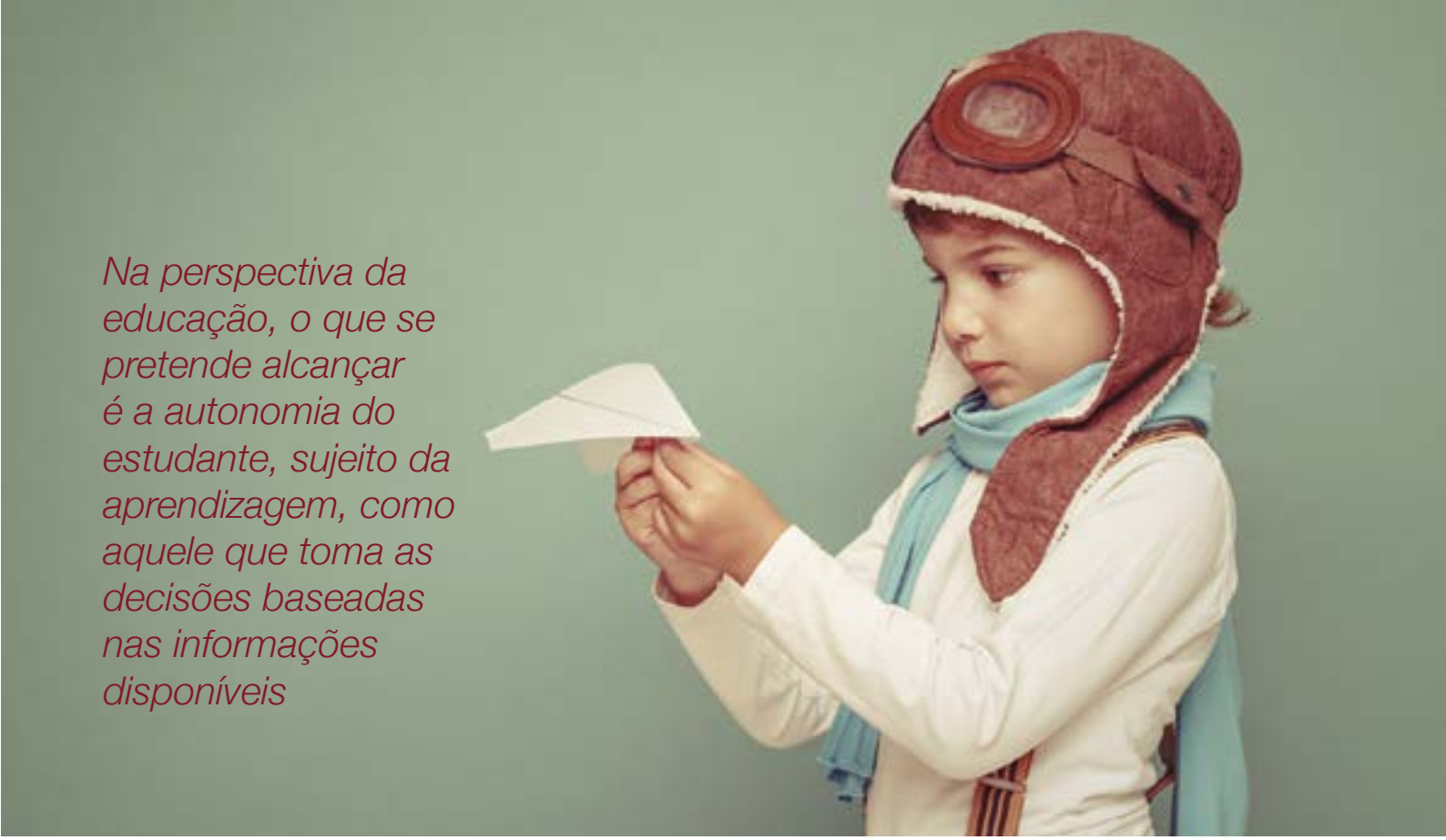
É preciso que os adultos responsáveis (família, professores etc.) iniciem e apostem no voo dessa criança e desse jovem e para isto é necessário que minimizem a "presença salvadora" na vida deles. Caso a criança tenha sempre seus desejos imediatamente satisfeitos, sem que haja uma contrapartida, sua potência de autonomia irá se atrofiar.

Ressalto dois pontos importantes. O primeiro é o senso da própria limitação e dos condicionantes externos que ensinam que não se pode ter tudo e nem fazer tudo que se deseja. Sustentar o limite, muitas vezes na forma da negativa de algum impulso e desejo, é sinal de cuidado. Isso requer, além da clareza em relação a esse não, paciência, resistência física, psicológica e também muito amor. Nesse contexto, o indivíduo pode elaborar suas frustrações e limitações, sejam elas cognitivas, econômicas, familiar, temporais, históricas etc.

Como adultos, precisamos afastarmo-nos um pouco para propiciar às crianças e aos jovens esses difíceis e saudáveis encontros consigo mesmo. É importante distanciarmo-nos para que o erro, a impotência, a dor ou o conflito apareçam e que a oportunidade de exercitar a solução venha à tona.

O segundo ponto é a responsabilidade de cada um pelas próprias escolhas, desde a mais tenra idade. Pode ser por uma coisa banal, como negociar meia hora a mais de brincadeira em troca de uma atividade prevista para a rotina do dia. Isso não é simples como deveria. Muitas vezes, vemos adultos sem resistência e que cedem ao primeiro sinal de birra. Ao cedermos, atrasamos o caminho em direção à autonomia.

Diferentemente do ambiente familiar, quase tudo na escola é "obrigatório" e comunitário. Para viabilizar a experiência coletiva, temos os "deveres" ou as regras em comum. "Na escola adotamos uma conduta mais firme e mais estruturada do que as da vida habitual", diz



Na perspectiva da educação, o que se pretende alcançar é a autonomia do estudante, sujeito da aprendizagem, como aquele que toma as decisões baseadas nas informações disponíveis

George Snyders (2003). As regras pretendem uma imparcialidade que não depende das preferências e das afinidades de cada aluno. Nessa perspectiva, esse autor sugere que a obrigação escolar é "forçar a..."; mas que há aí uma ajuda dos educadores para a superação "das hesitações inconsistentes, frouxidão nas atitudes e nos desejos" (p. 105).

São muitos os momentos em que o estudante precisa retomar, refazer e rever. "Pense mais um pouco", costuma dizer o professor. Dessa forma, o estudante, vai progredindo, exatamente por causa disso. Se não existisse a obrigação, as delimitações, com certeza, a criança e o jovem fariam corpo mole. Daí a importância de incitar o estudante

> *a ir ao máximo de suas forças, ao limite das suas possibilidades, ao extremo de si mesmo; transcender o nível habitual e seu desleixo por demais sossegado. Alegria de enfrentar resistências, de vencê-las, pelo menos em parte, de progredir em determinado campo e também alegria de enfrentar a si mesmo e de progredir no autodomínio com a convicção de que, se a luta fosse facultativa, não se teria ido até esse ponto (SNYDERS, 1993:106)*

A proposta de Snyders convoca a presença do sujeito estudante. O excesso de interferência do adulto retira dos estudantes a oportunidade da construção de sua autonomia. Imersos na ideia de organização e domínio da situação, nós professores jogamos no lixo a parte feia do processo de aprendizagem da autonomia: os erros e os malfeitos das tentativas. Esses resíduos são fundamentais, sem eles o bonito não irá aparecer. A postura do professor, desde a primeira infância, é fundamental.

A ideia do professor facilitador precisa ser revista. Professor não facilita nada. Professor coloca os desafios na medida certa. Isso possibilita pequenos voos diários. Pequenos, mas proporcionais à idade. Como? Provocando, por exemplo, a turma com perguntas que fazem pensar, que desafiam a inteligência. A princípio, os alunos podem reagir: "ele não me dá a resposta", "ele não faz por mim". O professor que favorece a autonomia não faz *para*, mas está *ao lado de*. Ao contrário de fazer, ele diz: "Vá! Você dá conta. Tente novamente! Refaça o que não ficou bom".

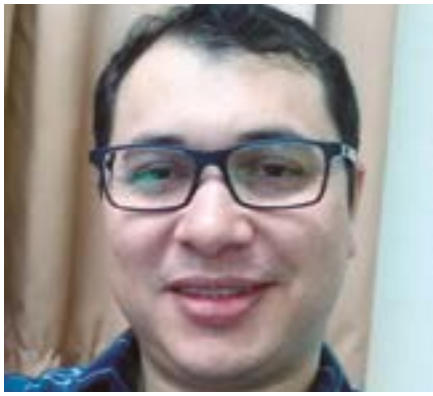
Concluo esta reflexão com a imagem inspiradora do voo da águia. Por uma questão de proteção, seu ninho é feito em despenhadeiros. O ninho não é de todo macio. Tem pontas que, inicialmente, são amaciadas por uma cobertura de folhas ou com o que a ave encontra na natureza. Quando percebe que está chegando o momento de o filhote voar, a águia começa, aos poucos, a retirar aquilo que cria o conforto e que o acomoda. Um dia, porém, ela pega o filhote e o lança no ar. Por vezes, o pequeno ser não dá conta do voo e a águia, então, o ajuda antes que ele caia no chão. Isso acontece várias vezes até que ele aprenda a voar. Quanta sabedoria! Que saibamos criar os devidos incômodos, dar as devidas distâncias para, enfim, assistir ao voo dos nossos estudantes. ⊗

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 2. ed.São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SNYEDERS, Georges. *Alunos Felizes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Educação como acontecimento ético



Prof. Marcos Alexandre Alves,
Professor do Curso de Filosofia e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens do Centro Universitário Franciscano – Unifra

Educar é retirar-se, abrir tempo e espaço para que o outro possa chegar e existir. O que significa dizer que a educação é um "acontecimento ético"?

A relação educativa é um encontro entre duas pessoas concretas, com nome e sobrenome, que se relacionam face a face: se falam, se escutam, se ajudam. Encontros podem ser de diferentes tipos. Ora, como saber o que distingue uma relação educativa de outros modos de relação? O que caracteriza a educação?

A resposta a essas questões implica pensar que o que faz com que a educação seja de fato aquilo que ela se propõe é a ética. Com isso, não se quer dizer que somente ela, obviamente existem outros elementos que a constituem. O que se afirma, é que a ética está sempre presente na relação educativa. Sem ética não há educação, há apenas domesticação de cérebros. Isto é, sem ética não há como distinguir relações totalitárias das demais. É a ética que baliza e dá parâmetros para que uma relação possa ser chamada de educativa. Nesse contexto cabe perguntar: o que é a ética?

Diante dessa questão, o primeiro aspecto que se deve levar em conta é que é bastante complexo definir a ética. Existem distintas correntes, linhas, posturas e modos de conceituá-la. Pretende-se aqui mostrar que diferentemente de algumas afirmações em filosofia da educação, a ética não é um objetivo que se alcança por meio da ação educativa, mas é o seu elemento constitutivo. Aquilo que torna possível que a educação siga sendo educação e não doutrinamento ou adestramento é, precisamente, a ética. Porém, não se pode confundir ética e moral. A moral é um código, um referencial normativo próprio de uma cultura concreta, em um determinado momento de sua história. Por sua vez, em contrapartida, a ética não tem nada a ver com códigos,

nem com normas. A ética é a resposta à interpelação que o outro nos dirige, é uma resposta a *posteriori*, que sempre se dá em uma situação concreta, é uma resposta que nunca se pode estabelecer por antecipação, e que não pode ser programada. Numa palavra, a ética é uma resposta sensível e acolhedora de outrem.

Facilmente constata-se, na atualidade, que o tema da diversidade faz parte das discussões pedagógicas, fala-se muito em aprender a tolerar as diferenças. Mas, há um tipo de relação de tolerância da diferença que acaba convertendo-se em indiferença. O importante, do ponto de vista ético, não é que o outro seja tolerado como diferente, mas que tipo de relação se estabelece com essa diferença. A ética começa quando o sujeito é capaz de ser "deferente" (cuidadoso) para com o outro. Na medida em que se procura estabelecer uma aproximação entre educação e ética, comprova-se que a educação é uma relação com o outro que, por sua condição, necessita ser atendido, acolhido, cuidado. Antes de tudo, o encontro educativo precisa ser traduzido em uma relação de hospitalidade com o outro. Mas, o que significa um "acontecimento ético"?

Inicialmente, faz-se necessário distinguir "fatos" de "acontecimentos". Cada dia ocorrem diversos fatos no mundo. E as pessoas não têm consciência, nem memória desses milhões de fatos que se passam com elas mesmas e no mundo. A vida segue independente deles. Já o acontecimento é um tipo de fato que pode formar e/ou transformar. O acontecimento é transformador, mas também pode ser deformador, porque tanto pode levar ao êxito ou fracasso.

Desse modo, o que faz com que a educação seja um "acontecimento ético" é que com ela nada volta a ser como antes. Há um antes e um depois de cada encontro, de cada olhar, de cada momento. Ainda que muito disso seja esquecido depois, o sujeito fica transformado pelo encontro educativo. E isso é gratuito, é dom. Ou seja, a educação como um acontecimento ético não é um intercâmbio, pois não depende da reciprocidade; quem a oferece deve dá-la sem querer nada em troca. Uma relação do tipo: "eu lhe dou e depois você me dá", não é ética, é econômica! Imagina se essa lógica fosse transferida para as relações familiares ou escolares.

Propor uma concepção de educação como um acontecimento ético é defender, sobretudo, a prática educativa como configuração de uma identidade, de um "si mesmo" que nunca é de todo "ele mesmo"

A questão da paternidade preocupa, pois, infelizmente, há muitos pais que exigem de seus filhos a devolução de tudo o que lhes deram. Nesse mesmo sentido, a maneira como a avaliação é vivida nas escolas, é um pedido de "devolução do que foi oferecido" anteriormente. A saber, essa maneira de avaliar não se conecta com a perspectiva da educação como acontecimento ético. Em contrapartida, defende-se que todos os encontros são únicos, insubstituíveis, incomparáveis. Não há o que devolver e nem porque solicitar que o outro devolva bem o que lhe foi dado. A cada dia que se vê o filho ou que se entra na sala de aula e se observa os estudantes, tem-se um encontro distinto. Quando se tem a sensação de que a relação com a pessoa amada (filho, estudante, amigo, companheiro...) é a mesma cada dia, e não há nada novo, já não há ética, nem vida. A repetição sem novidade é a morte, ainda que novidade sem repetição seja impossível.

Propor uma concepção de educação como um acontecimento ético é defender, sobretudo, a prática educativa como configuração de uma identidade, de um "si mesmo" que nunca é de todo "ele mesmo". Nesse sentido, pode-se dizer que um dos imperativos pedagógicos fundamentais é "chegar a ser quem não é". Na perspectiva de que a educação seja vivida como um acontecimento ético, ela transforma também o educador. Ou seja, o educador deve atreve-se a ser outro, a transformar-se! Um professor que não tenha esta coragem não pode ser um bom educador. Um educador exageradamente seguro de seus conhecimentos, valores e princípios, não é capaz de colocá-los em discussão e esta atitude caracteriza um líder totalitário.

Portanto, a educação precisa ser entendida como processo de formação tanto de quem educa quanto de quem é educado. Nós, professores, enquanto profissionais da educação, precisamos ter ou desenvolver a consciência da importância de se investir permanentemente na formação continuada e estarmos sempre abertos ao novo. Quando o professor é também aprendiz, a educação assume sua dimensão transformadora e impõe um compromisso ético de seguir continuamente aprendendo, pois se vive em um mundo em que todo o sentido passa pela interpretação. ⊗

O caminho da responsabilidade social passa pela educação - parte 1

Antônio de Assis Ribeiro (Pe. Bira) - SDB, Sacerdote Salesiano, Formado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília, graduado em teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma e mestre em teologia moral pela Accademia Alfonsiana de Roma (Univeridade Lateranense); membro da diretoria da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus, vice-provincial dos Salesianos na Amazônia

Como é possível viabilizar um processo de transformação social no qual todos nos sintamos mais corresponsáveis pela felicidade dos outros? Como incentivar na sociedade a promoção de valores éticos como base do respeito pelos direitos naturais derivados da dignidade humana? Como formar uma consciência moral profundamente sensível em nossos alunos?

Essas são questões sérias e suas respostas são complexas! É por isso mesmo que devemos refleti-las! Os educadores talvez sejam os profissionais mais profundamente chamados a fazer essa reflexão e se empenharem por experiências educativas possíveis.

Sejam quais forem as respostas aos males da sociedade, com modos diversos e meios variados, todas elas convergirão para a educação. Acreditamos que o único modo capaz de provocar uma profunda transformação da «mentalidade de uma sociedade» é a educação. É de dentro da pessoa que brota a verdadeira mudança de atitude!

Para isso, necessitamos promover uma educação moral profunda, capaz de atingir a pessoa no seu núcleo mais íntimo, a sua consciência; uma educação que promova processos de crescimento humano através da assimilação de valores, exercício de virtudes e atitudes concretas e saudáveis! Mas para isso, o que é necessário? Quais desafios devem ser encarados?

Educar para a promoção do ser pessoa: amor a si!

A consciência de responsabilidade social pressupõe, antes de tudo, a vivência da responsabilidade pessoal, ou seja, para consigo mesmo. O próprio Jesus Cristo quando fala do amor ao próximo fala do amor a si como condição para podermos amar os outros. O ir ao encontro do outro exige que já tenhamos nos encontrado conosco mesmos.

A sentença de Jesus é incondicional: «Ame o próximo como a si mesmo» (Mt 12,31; 22,39). Ora, quem é violento consigo mesmo, também é violento com os outros; quem é severo, implacável e rígido consigo mesmo, também não será capaz de atitudes de perdão e ternura com os outros. Quem é frio e calculista, insensível e negligente consigo mesmo ou diante do próprio

mal, poderá apiedar-se diante dos males alheios?

A escola verdadeiramente séria é aquela que, através do processo de formação e informação, estimula seus educandos a fazer a experiência de um profundo mergulho na natureza humana. A primeira missão da escola e da família, aliadas inseparáveis, é estimular o desenvolvimento da consciência o ser gente! Enquanto o ser humano não reconhecer a própria grandeza e dignidade, a educação estará incompleta!

Ser pessoa humana é descobrir-se e reconhecer-se como ser «único», «original», «irrepetível». Daí deveria brotar a alegria da irrepetibilidade de um pensar, sentir e agir! Dessa descoberta e reconhecimento da beleza de si, ornada de talentos e «ferramentas» como a liberdade, a inteligência, a vontade, os sentidos etc. brota o sentido a missão de dar sentido para a própria vida e acolhida para a vida dos outros. Todo ser humano é uma riqueza, um potencial, uma esperança, um dom divino.

Educar para a solidariedade: promoção da alteridade!

A responsabilidade social é zelo pela «alteridade!». Segundo o filósofo Emanuel Levinás[1] , a mais desafiante forma de conhecimento é o «conhecimento do outro» que acontece através da relação e, pensar em relação é responsabilizar-se pelo outro. Já não basta o frio "penso, logo existo" cartesiano, mas "cuido, logo existo". A ética do cuidado é ética da responsabilidade pelo outro. Dessa consciência de relação deriva uma diferenciada relação com os outros, pautada por valores, como a responsabilidade, o cuidado incondicional pelo outro, o diálogo, a escuta, a diaconia (serviço) etc.

Isso é fruto da consciência de «ser-para-o-outro», que gera um dizer «não» à dominação, à violência, à escravidão, à corrupção, à discriminação e a tudo aquilo que reduz o outro na sua dignidade. Tudo isso passa pela educação da mente e do coração!

A qualidade da nossa relação com o outro (alteridade!) está intimamente relacionada ao significado do outro para nós! O outro vale, independentemente de ser «útil a mim», de «ser meu amigo», de ser «meu irmão», ou de ter esta ou aquela responsabilidade, de estar neste ou naquele estado moral.

A responsabilidade social é consequência de uma educação voltada para a alteridade que promove em cada pessoa o desejo de ser «útil» ao próximo, de ser voluntário, de ser servidor, de ser gratuito, de fazer-se oblação, de experimentar renúncias e fazer sacrifícios por amor ao outro. A imaturidade humana de muitos «adultos», incapazes

A responsabilidade social é consequência de uma educação voltada para a alteridade que promove em cada pessoa o desejo de ser útil ao próximo

[1] Cf. LEVINAS, Emmanuel. Entre nós. Petrópolis, Vozes, 1997;_____Ética e infinito. Lisboa, Edições 70, 1982.

de doação, de «ser para os outros» e de «estar com os outros» é produto da ausência de uma formação humana que lhes proporcionasse a saída da própria infância sócio-afetiva.

Educar para a responsabilidade cidadã

Um indivíduo socialmente responsável é capaz de assumir responsabilidades pessoais e sociais testemunhando zelo e atitudes éticas. A responsabilidade cidadã é o exercício zeloso pelo cumprimento dos deveres do honesto cidadão; é uma tarefa que implica a promoção de valores que despertem nos indivíduos o «sentimento de pertença» em relação aos bens tangíveis e intangíveis (materiais) da sociedade (valores morais, religiosos e culturais da sociedade). Ainda encontramos muita gente que lida com as «coisas públicas» como coisa de ninguém! Na realidade o que é «público», é nosso, portanto também «meu» somos «acionistas» com direitos e deveres e, por isso, deveríamos sempre nos sentir corresponsáveis. Educar para a cidadania é preciso!

Essa consciência é um projeto que deverá ser desenvolvido, amadurecido, potencializado dentro do contexto do desenvolvimento integral do ser pessoa na qual a escola tem uma grave responsabilidade envolvendo todos os seus educadores. É uma aprendizagem que exige projeto, acompanhamento, sensibilidade pedagógica, zelo, cuidado.

A responsabilidade cidadã é muito ampla; do «sentimento de pertença à sociedade», brota o convite à participação na vida política assumindo responsabilidades públicas, exigindo direito, formulando políticas públicas saudáveis, participando de movimentos, associações, promovendo e tutelando os direitos humanos, etc. ⊗

A primeira missão da escola e da família, aliadas inseparáveis, é estimular o desenvolvimento da consciência o ser gente!

**Continua na próxima edição! Acompanhe!*

Referências

ADORNO, Theodor. *Prismas – crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.

ARDUINI, Juvenal. *Educação antropogenética, in* Vida Pastoral 199 (março-abril 1998) 11-16.

_____. *Antropologia: ousar para reinventar a humanidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições, 70. 1991.

BAUMAN, Zigmunt. *Ética pós-moderna*, São Paulo: Paulus, 1997.

_____ *Modernidade Líquida*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BINGEMER, M. Clara. *Alteridade e Vulnerabilidade*, São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BAUMAN, Zigmunt. O mal estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CNBB. *Ética: pessoa e sociedade*, Documentos da CNBB 50, São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

Italiano 78, 1997.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GASTALDI, Italo. *Educar e evangelizar na pós-modernidade*, São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1994.

GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade: ética e educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial, Edições Paulinas*, São Paulo, 1992.

LASCH, Christopher. *A Cultura do Narcisismo*, Rio de Janeiro: lmago, I983.

LEVINAS, Emanuel. *Etica Come Filosofia Prima*, Milano: Guerini, 1991.

LOLONGUIERES, C. *Educar a los valores para el año 2000*, Bruselas: OIEC, 1983.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

OTTO, Apel. *Estudos de Moral moderna*, Petrópolis: Vozes ,1994.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. São Paulo: José Olympio, 2005.

VATTIMO, Gianni. *O Fim da Modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Lisboa: Presença, 1987.

WEIL, Pierre. *A mudança de sentido e o sentido da mudança*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1985.

A SOLUÇÃO Bilíngue PARA SUA ESCOLA

O Programa Bilíngue da International School é implementado na sua escola para os seus alunos a partir de 1 ano de idade até o Ensino Fundamental II.

Baseado em uma metodologia europeia, ensina o idioma através de outras disciplinas. E é claro, de uma maneira lúdica e muito divertida!

JÁ ESTAMOS PRESENTES EM QUASE TODO o país! MAIS DE 90 escolas E 20 mil ALUNOS.

QUE TAL MUDARMOS a educação brasileira JUNTOS?

+55 11 5083.6677

www.internationalschool.global

facebook.com/internationalschool.oficial

INTERNATIONAL SCHOOL

Os desafios da juventude nas escolas em que é proibido pensar

Ana Carolina Soares,
Integrante da PJE-PB, estudante de Licenciatura em Ciências Sociais na UFPB. Membra do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física & Esporte e Lazer da Paraíba – LEPEL/PB e assessora da PJE da Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Tamandaré.

Muitos têm sido os problemas enfrentados no âmbito educacional nos últimos anos, para citar alguns bastante recorrentes, podemos falar sobre o alto índice de evasão escolar, o desinteresse dos alunos, a falta de professores, o baixo desempenho dos alunos nos exames de avaliação da educação, entre muitos outros problemas que compõem o cenário da educação no país.

Os problemas anteriormente citados não são novidades para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo. Esses problemas, além de persistirem, parecem ser intensificados cada vez mais. Muitas vezes, soluções de cima para baixo são propostas, em grande medida, inspiradas a partir de recortes grosseiros de sistemas educacionais dos países de primeiro mundo. Práticas e propostas pedagógicas são propagadas como soluções milagrosas, no entanto, ao serem apresentadas, ocultam o cerne do sucesso dos modelos educacionais dos países mais desenvolvidos, que é justamente a prioridade de investimento em educação e a valorização da carreira docente.

A realidade da educação brasileira está longe dos padrões desses países que têm um ensino de qualidade. Dessa forma, para se pensar em propostas, precisamos antes de mais nada definir a educação como uma prioridade para investimento, aproximando-nos do percentual de investimento do Produto Interno Bruto (PIB) de países de referência em educação de qualidade. Posteriormente, pensar de maneira ampla e democrática o que queremos da educação.

O que fazer diante de um cenário em que um governo pretende, por meio de Medida Provisória (MP), remover da grade do ensino médio disciplinas como filosofia, sociologia, artes e educação física? Disciplinas estas que buscam incentivar os estudantes a pensarem e refletirem sobre a realidade na qual estão inseridos, formando cidadãos protagonistas capazes de reivindicar seus direitos na construção de um país melhor.

O que se vê é que a intenção não é formar cidadãos críticos, pois a MP 746/2016 chega com uma demanda que vem na contramão dos avanços educacionais, pois ela está carregada de grandes equívocos, de proposições que não acompanham os debates mais contemporâneos da educação brasileira. A preocupação é notória quando a medida tenta retirar disciplinas e silenciar processos em andamento que visam trazer reflexões acerca da problemática que permeia o país.

Em nenhum momento sociedade e especialistas educacionais foram

consultados sobre essa reforma e nenhum dos seus apelos foram escutados. A única coisa que feita diante de inúmeras críticas, foi a substituição de alguns termos por outros, mas, que na verdade, não muda em nada seu objetivo que é, em grande medida, mão de obra para o mercado de trabalho.

Isso fica claro com a campanha que o governo vem difundindo de forma massiva na grande mídia. Olhando pela propaganda a reforma vislumbra um ensino médio com "autonomia" de escolha por parte dos jovens, antecipando ainda mais para o ensino médio a formação profissional. Sabemos que o ensino médio precisa de reforma, mas é preciso atentar-se para quais.

Para um avanço efetivo da educação brasileira, é preciso começar a analisar a educação desde a base, repensando os currículos, trazendo conteúdos mais significativos para a vida social, valorizar o lúdico e a convivência, é preciso se estudar o que gosta, mas também ser exposto a diversidade de conteúdos.

Como vemos há inúmeras questões a serem pensadas, refletidas, debatidas e analisadas antes de apontarmos um caminho norteador. Mas, sem cidadãos críticos capazes de refletir sobre esse tema (e os demais que surgem a cada dia no país), seremos uma sociedade que se sujeita a aceitar tudo calada e no final paga as contas sem saber com o que gastou ou sem ter usufruído de nada. O que querem é nos calar, mas não nos calaremos. Não pagaremos a conta sem questionar. Não aceitaremos imposições. A reforma é sem dúvida algo primordial, desde que seja de qualidade e priorize os estudantes, sem excluir ninguém.

Quando a educação for pensada de forma qualitativa para atender a todos e todas, poderemos sonhar com um país igualitário e livre. ⊗

"Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes."
Paulo Freire

Repensando o marco estatutário das organizações religiosas

Dr. Hugo Sarubbi Cysneiros de Oliveira,
Advogado da ANEC, da CRB e da CNBB.

Tem sido cada vez comum ouvir indagações sobre a necessidade e/ou obrigatoriedade da constituição do que comumente se chama "estatuto religioso". Notadamente, tal inquietude surge no seio do corpo diretivo de entidades dedicadas a atividades socioassistenciais, que paralelamente mantêm forte vinculação com seus propósitos canônicos.

Evidentemente, pensar em propor – por meio de um brevíssimo ensaio – uma solução padrão para todos os casos ora pendentes, ante as infinitas especificidades de cada uma das organizações que porventura se sintam em tal dilema, seria um atentado à razão. Assim, o motivo fundamental deste artigo é chamar a atenção para alguns aspectos que precisam ser lembrados pelos gestores, até mesmo a fim de que se reforce a constatação de que não há "fórmulas" para as operações de cisão, incorporação, fusão, transformação etc.

É certo que, seja para fins de formação e animação da vida consagrada, para o exercício da missão apostólica, para a instalação de escolas, para a exploração de atividades de viés econômico (prestação de serviços e/ou venda de bens), algumas organizações optaram pela constituição de entidades associativas e respectivas filiais, de modo a não enxergar no formato organizacional religioso uma opção paralela e complementar.

Assim, o que pode ser considerada a formalidade canônica limita-se à ereção do respectivo instituto de vida consagrada ou sociedade de vida apostólica, nos termos do respectivo decreto fundacional.

O fato é que há fundamentais diferenças entre as características e os propósitos das organizações religiosas e das associações civis, tanto que – não por casualidade – a norma civil brasileira, nos termos do art. 44, IV do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e nos termos dos §§1º e 2º do art. 3º do Decreto n º 7.107, de 10 de fevereiro de 2010 (conhecido como Acordo Brasil-Santa Sé), confere a cada uma delas *status* jurídicos distintos.

Assim, mesmo que ambas as figuras mantenham a coincidente característica da não busca pelo lucro (vez que o superávit operacional não é distribuído entre os controladores sócios ou acionistas), o fato é que a diferença entre as organizações religiosas e as demais pessoas jurídicas de direito privado é a motivação dos membros que a constituem: o atendimento a um chamado de ordem sobrenatural e metafísico (religioso, afinal), consoante a adoção de uma determinada missão apostólica, seja amparada por um determinado carisma proposto a um vida religiosa, seja por meio da estrutura diocesana, tudo com base nas respectivas constituições e diretório.

Adicionalmente, para além das suas motivações e finalidades, as associações e as organizações religiosas encontram nas exigências legais para a formalização de seus estatutos uma diferença fundamental, basicamente atinente à liberdade de estruturação da entidade.

Diz o Código Civil no parágrafo primeiro do art. 44 que "São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes

reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.".

No mesmo sentido, ao tratar das organizações religiosas – chamadas neste turno de instituições eclesiásticas – o Acordo Brasil-Santa Sé no art. 3º atesta que "§ 1º. A Igreja Católica pode livremente criar, modificar ou extinguir todas as Instituições Eclesiásticas mencionadas no *caput* deste artigo." e que "§ 2º. A personalidade jurídica das Instituições Eclesiásticas será reconhecida pela República Federativa do Brasil mediante a inscrição no respectivo registro do ato de criação, nos termos da legislação brasileira, vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro do ato de criação, devendo também ser averbadas todas as alterações por que passar o ato.".

Assim, considerando o reconhecimento que o Estado brasileiro dá à existência de organizações religiosas, e, mais ainda, às formas específicas de organizações religiosas católicas (instituições eclesiásticas), consoante o direito canônico, imperioso é concluir que essas podem adotar a organização, a estruturação interna e o funcionamento que melhor lhe convier, sem que haja a necessidade de submissão ao que dita os artigos 53 e seguintes do Código Civil.

Não estando submetida às regras do art. 54 do Código Civil (uma vez que não adotaria o formato associativo), é importante notar que o documento estatutário religioso da congregação dispensaria normas referentes a requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos membros, seus direitos e deveres, etc. Tais regras são típicas de associações civis e das relações havidas entre associadas, em alguns casos até de instituições certificadas beneficentes de assistência social (o que certamente não seria o caso da organização religiosa, mesmo sendo possível a esta ser portadora da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS).

Por outro lado, mesmo ante as evidências da adequação da forma religiosa (e não associativa) a ser adotada pelas entidades, uma dúvida justa persiste: poderia uma organização religiosa desempenhar oficialmente uma atividade que vai além da estritamente pastoral?

Tal questionamento é absolutamente razoável quando se imagina que uma instituição da Igreja necessita valer-se de outras atividades – que não a estritamente religiosa – como meio de levantamento de recursos: venda de publicações, vestuário, objetos litúrgicos em geral, prestação de alguns serviços como hospedagem etc.

A diferença entre as organizações religiosas e as demais pessoas jurídicas de direito privado é a motivação dos membros que a constituem

Ocorre que, em apertada síntese, pelo sistema de registro de CNPJ anterior, a uma organização religiosa (quando do registro primário ou da modificação do seu CNPJ perante a Receita Federal) não era possível incluir Códigos de Atividades Econômicas Secundárias (CNAEs), que não o estritamente voltado à religião. Assim, tornava-se impossível inscrever junto ao CNPJ de ditas instituições as atividades acessórias que obviamente representam uma parte da fonte de receita das entidades: venda de livros, vestuário, estacionamento, hospedagem, organização de eventos, entre outras, como já ilustrado. Essa foi, inclusive, a razão que motivou muitas entidades da Igreja (dioceses, inclusive) a adotar o formato associativo.

No início de 2015, felizmente, a Secretaria de Receita Federal do Brasil anunciou a modificação do Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (PGD-CNPJ), o que significa dizer que as organizações religiosas podem agora desempenhar quaisquer atividades econômicas, a exemplo do que sempre foi permitido às associações, criando os CNAEs das atividades econômicas secundárias.

Um outro ponto a ser objeto de reflexão diz respeito à possibilidade de se remunerar religiosas e religiosos, seja por desempenharem típicas funções laborais (como professores, coordenadores, entre outros), seja pelas suas funções diretivas estatutárias (tanto na associação quanto na organização religiosa). Recentes modificações na lei que trata do regime tributário federal e na lei que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social vão nessa linha.

Basicamente, as regras agora são as seguintes: (i) os diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício podem ser remunerados; (ii) os dirigentes estatutários podem ser remunerados, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal; (iii) o total pago a título de remuneração desses dirigentes estatutários deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido no item 'ii'; e (iv) o disposto nos itens anteriores não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha

A burocracia, o corre-corre e a pressão por relatórios, certificados, pareceres e atas, por vezes, são capazes de tornar coadjuvante o que deveria ser o protagonista da vida dessas organizações: o mister sagrado

vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho.

Assim, certo é que religiosos podem ser remunerados nas hipóteses acima, o que não compromete sob nenhuma hipótese o voto de pobreza, uma vez que o destino dos rendimentos será o mesmo que outros ativos (aposentadorias, doações, herança) seguem: são convertidos em favor da entidade/comunidade.

Pari passu, já sob a ótica das despesas, a legislação brasileira claramente prega que gastos pessoais com religiosos devem ocorrer dentro de um escopo jurídico próprio para tanto (organizações religiosas). Emblemáticos são os parágrafos 13 e 14 do artigo 22, da Lei nº 8.212/91: "§13. Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta Lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado." e "§14. Para efeito de interpretação do § 13 deste artigo: I - os critérios informadores dos valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional aos ministros de confissão religiosa, membros de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não são taxativos e sim exemplificativos; e II - os valores despendidos, ainda que pagos de forma e montante diferenciados, em pecúnia ou a título de ajuda de custo de moradia, transporte, formação educacional, vinculados exclusivamente à atividade religiosa não configuram remuneração direta ou indireta."

Enfim, todos os apontamentos anteriores vão em direções confluentes: melhores práticas de governança, adoção dos mais nítidos critérios de transparência, aplicação de parâmetros contábeis que melhor reflitam os diferentes vieses das organizações, tudo em busca da mitigação de problemas com os órgãos de controle.

Mais ainda: é salutar e é justo que religiosas e religiosos não se sintam tão distantes da realidade canônica. A burocracia, o corre-corre e a pressão por relatórios, certificados, pareceres e atas, por vezes, são capazes de tornar coadjuvante o que deveria ser o protagonista da vida dessas organizações: o mister sagrado.

Assim, as reflexões aqui propostas sugerem um processo de discernimento quanto às possíveis (mas não obrigatórias) medidas de reorganização do marco institucional das organizações religiosas, ante a convivência ao lado das associações civis também constituídas, sendo certo que eventuais providências carecem de decisões serenas e sempre colegiadas. ⊗

3 dicas para aumentar a produtividade de sua empresa em 2017

1 TECNOLOGIA REDUZ TEMPO

Invista em tecnologias que otimizam o tempo do seu operacional. Isto possibilita que seus colaboradores tenham mais tempo para resultados em seu negócio.

2 ORIENTE E MOTIVE

Defina, oriente e motive responsáveis. Colaboradores focados e direcionados executam melhor suas tarefas e trabalham com mais satisfação.

3 AUTOMATIZE PROCESSOS

Automatize os seus processos através de sistemas. Isso propicia maior agilidade no acompanhamento da produção e na comunicação entre cliente e fornecedor, resultando em eficiência operacional, redução de custos e ganhos de produtividade em toda a cadeia.

Conte com a Cigam para colocar estas dicas em prática e aumentar a sua produtividade em 2017.

Soluções especializadas e do tamanho de sua empresa: Associações | Indústrias | Grandes Lojas e Redes | Lojas e Franquias | Serviços TI e Telecom | Projetos | Agronegócio | Distribuição | Postos de Combustíveis | Luto

Veja cases em cada um destes segmentos em: www.cigam.com.br/cases

Solução completa em Gestão

5000 Clientes

99,98% Retenção de Clientes

80 Unidades de atendimento em todo Brasil

800 Profissionais

30mil horas/ano de treinamento **Universidade Corporativa CIGAM**

Ser Humano Top Business | magic | AMANHÃ | IT MÍDIA

CIGAM SOFTWARE DE GESTÃO

ERP | CRM | RH | PDV | BPM | MOBILE | BI

/erpcigam • www.cigam.com.br • 0800.377.2442 • (61) 3435-4611 • cigam@cigam.com.br

bett educar

10 - 13 MAIO 2017
SÃO PAULO EXPO

INOVAÇÃO: NOVOS HORIZONTES PARA A EDUCAÇÃO

Referência na transferência de conhecimento e fiel à missão de unir pessoas, práticas e tecnologias para propiciar o desenvolvimento dos educadores, maximizando a aprendizagem dos alunos, o **Congresso Bett Educar 2017** já definiu sua grade de apresentações e palestrantes para este ano:

Augusto Cury

Trio Ciência em Show

Dividido em cinco eixos, o **Congresso Bett Educar** contará com cases e debates sobre práticas inovadoras, focados em:

- **Práticas de Sala de Aula**
- **Formação de Professores**
- **Aprendizagem**
- **Gestão da Escola de hoje**
- **Políticas Educacionais**

Mario Sergio Cortella

Leo Fraiman

Inscreva-se!

Acesse **bettbrasileducar.com.br/congresso**, confira a grade de apresentações e descubra os palestrantes confirmados.

Se pretende levar um grupo para o **Congresso Bett Educar 2017**, entre em contato conosco pelo telefone **(11) 3372-7272**, ou escreva para **contato@bettbrasileducar.com.br** e consulte as condições especiais para grupos.

10% Desconto para associados ANEC: **BETTANEC10**

NOVIDADES

bett EDUP
Fórum de Lideranças de Educação Particular

Fórum de Lideranças de Educação Particular

bett IES
Encontro de Instituições do Ensino Superior

Encontro de Instituições do Ensino Superior

Espaço do Saber

Palestras focadas na gestão das escolas privadas e no ensino superior

Para mais informações:
contato@bettbrasileducar.com.br
+55 11 3372-7272

Baixe o APP

A INOVAÇÃO IRÁ TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO E VOCÊ PODE ACOMPANHAR ESTA MUDANÇA BEM DE PERTO.

Como a maior Feira e Congresso de educação e tecnologia da América Latina, a Bett Educar é a combinação do que há de melhor em produtos e serviços para educação com uma seleção de congressos e seminários internacionais, junção que faz do evento a oportunidade perfeita para fazer networking e encontrar novidades do setor.

Credencie-se gratuitamente pelo site para visitar o evento!

bettbrasileducar.com.br

dale.ag

REVISTA OFICIAL

PARCEIROS DE CONTEÚDO

CHANCELA

PARCEIROS

REALIZAÇÃO

A PARCERIA ENTRE ESCOLAS E PAIS É INDISPENSÁVEL

Apenas 30% dos pais brasileiros participam da rotina escolar dos filhos

Por Telma Martes, Jornalista ANEC

Muito se fala no bom desenvolvimento do aluno quando existe uma boa relação e/ou parceria entre pais e escolas, contudo, é possível perceber que esse elo ainda não é unanimidade nas instituições de ensino brasileiras. Infelizmente, no nosso país, a participação ativa dos pais nas escolas está longe de ser uma realidade. Conforme indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 64% dos pais dos países que compõe a Organização são atuantes na rotina escolar dos filhos, enquanto no Brasil esse percentual costuma variar entre apenas 20 e 30%, ou seja, um número muito pequeno para algo de extrema importância.

O resultado em boa parte é justificado pelo baixo grau de escolaridade dos pais que não tiveram a oportunidade de permanecer nas escolas e assim não criaram hábitos de estudos de maneira a passá-los para a geração futura. Em 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa sobre os assuntos prioritários para o brasileiro, e foi constatado que a "Melhoria dos Serviços de Saúde" seguido por "Educação de Qualidade" estão em primeiro lugar como prioridades. Porém, foi apurado que apesar desse apontamento, existem divergências com a realidade brasileira em relação à mundial, pois na prática o brasileiro dá mais prioridade à proteção contra o crime e a violência.

Em uma recente entrevista realizada pela Rede Gazeta, o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, afirmou que a população brasileira está longe de se preocupar com a educação e que esse assunto não faz parte das conversas familiares. Na oportunidade, Henrique disse que a família acredita que a educação e a qualidade dela é um tema e um problema a ser discutido somente pela escola, sendo essa responsabilidade deles. Acrescentou, ainda, que apesar da raiz desse problema ser a desigualdade social, acontece também nos grupos menos favorecidos, pois muitos pais responsabilizam as instituições quando os filhos têm baixo desempenho escolar.

Para a coordenadora pedagógica do Colégio Arquidiocesano de Curitiba (CAC), Márcia Simone Gulin, as causas mais comuns que justificam o distanciamento dos pais das escolas estão relacionadas à correria do dia a dia. Segundo ela, o ritmo de vida acelerado, duplas jornadas de trabalho, além da estrutura familiar que vem mudando ao longo do tempo, são fatores que contribuem para esse distanciamento. A coordenadora acredita que a equipe gestora e a pedagógica têm o papel de planejar e viabilizar estratégias eficientes para trazer as famílias para momentos significativos dentro da escola, como faz o colégio em que trabalha, o qual realiza, dentre outras atividades, reuniões formativas (palestras educativas e apresentações dos alunos) e informativas (sobre o dia a dia da escola), almoços em família e reuniões individuais.

O palestrante e mestre em educação, prof. Almir Vicentini, acredita

que além da falta de tempo, o desconhecimento sobre como lidar com as situações que fazem parte da formação do aluno acabam por distanciar os pais dessa rotina. Ele afirma que em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, as famílias têm delegado às escolas a educação e a escolarização. Porém, é preciso que as instituições expliquem que a educação, com seus valores, crenças e costumes devem ser objeto de formação familiar, ou seja, a escola não pode e nem deve interferir nessas questões. "A escola, no projeto político-pedagógico necessita explicar às famílias o que pretende atingir e de que forma", disse Vicentini.

A escola, segundo o mestre em educação, precisa resgatar a participação dos pais com estratégias que sinalizam que as escolhas e os caminhos a serem percorridos pelos filhos são oriundos de momentos de trocas, de expectativas entre educadores, educandos e familiares. Como em tudo na vida, é preciso criar hábitos, as famílias ainda acreditam que a escola é responsável pela formação dos filhos, afinal elas alegam que pagam mensalidades para tal.

O palestrante explica ainda que se a escola convidar os pais para momentos que não sejam, exclusivamente, para falar de notas, desempenho ou atos disciplinares de seus filhos, com certeza, essas famílias começarão a comparecer e a opinar sobre determinados anseios. Além disso, será um grande momento de formação para assuntos que incomodam o dia a dia dos pais em relação a como lidar com os filhos. "Nos primeiros encontros, talvez, a presença seja pequena, mas a insistência, o hábito e a certeza que a escola se tornará parceira fará com que as famílias assumam nova postura", acredita Vicentini.

Ele também ressalta que existe a necessidade de trabalhar as competências socioeconômicas. "Se pretendemos, como escola e família, reconectar o aluno à nova visão do mundo onde vive, devemos passar pelo desenvolvimento dessas competências", disse. Quando tal intenção faz parte do projeto pedagógico da escola, esse processo aprimora e incentiva para que aprendam a colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável, entre outros.

Vicentini afirma ainda que as competências aliadas a uma abordagem pedagógica eficiente podem ajudar na elaboração de práticas consideradas mais justas e eficazes. Se a escola acredita ser um modismo a preocupação com o desenvolvimento dessas características como objetivo da educação, continuará tendo alunos indisciplinados e pouco inspirados. As competências, para ele, precisam ser entendidas como um processo de formação integral e não simplesmente restritas à transmissão de conteúdo. Para que o propósito de práticas mais justas e eficazes seja alcançado, a inclusão de competências socioemocionais na educação precisa ser intencional.

Recentemente foi divulgada uma pesquisa internacional a qual revelou que o brasileiro é campeão em mau comportamento na sala de aula. De acordo com o relatório feito pela OCDE, dos 34 países participantes do Talis em 2008 e 2013, os professores brasileiros são os que mais gastam tempo tentando manter a ordem na sala de aula. A média internacional em ambos os anos citados esteve entre 13%. No Brasil esse número é de 18% em 2008 e 20% em 2013.

No Brasil 60% dos professores, conforme a pesquisa, relatam que mais de 10% dos alunos têm problema de mau comportamento. No Japão, o número de professores com esse tipo de reclamação é de apenas 13%. Segundo o relatório, esse tipo de ocorrência é generalizado, acontece tanto nas instituições de ensino públicas quanto privadas.

Para a coordenadora pedagógica do CAC, essa é uma questão polêmica e de grande importância para estudo e reflexão das duas partes: família e escola. "Quando ambas falam a mesma linguagem, o maior beneficiado é o aluno. Bom senso é a palavra de ordem. Procurar conhecer o contexto familiar do aluno, aproximar responsáveis da equipe pedagógica e sempre lembrar que trabalhamos com vidas, faz toda a diferença. Muitas vezes o mau comportamento está relacionado a um conflito que pode ser amenizado se a família e a escola derem as mãos. Cada um ciente do seu papel e responsabilidade, comprometidos com esses fatores, pode-se virar este jogo", disse Gulin.

Ela acredita também que mais do que ajudar os filhos nas tarefas de casa, cabe aos pais o discernimento de se fazerem presentes na vida escolar do filho, de maneira a conhecer os professores, os colegas, a rotina e ainda participar dela. " A vida moderna é exaustiva, isso é fato, mas sair da área de conforto, da rotina, do comodismo é imprescindível. Portanto, família e escola precisam constantemente rever o papel de cada uma e buscar alternativas para atender à demanda do mundo atual, cientes de que temos o mesmo objetivo: o sucesso dos nossos filhos... de nossos alunos", disse Gulin.

Como profissional, a coordenadora ressalta que a família e a escola, ao falarem a mesma língua, ao dividirem as responsabilidades e os objetivos, impulsionam o aluno a se tornar autor da própria história. Essa parceria permite o desenvolvimento de jovens seguros e com valores. Como mãe, ela afirma que se preocupa na hora de escolher uma escola, pois sabe que a procura se dá da melhor forma e na busca daquelas que serão uma extensão dos lares de cada um. A integração entre escola e família, segundo ela, tem despertado o interesse e o estudo dos pesquisadores da atualidade. "É impossível falar de um trabalho qualitativo na escola, se esta não estiver em um envolvimento de proximidade com a realidade social e familiar dos alunos", acrescentou.

NO BRASIL 60% DOS PROFESSORES, CONFORME A PESQUISA, RELATAM QUE MAIS DE 10% DOS ALUNOS TÊM PROBLEMA DE MAU COMPORTAMENTO

É possível perceber em diversas instituições de ensino o empenho e a disposição para fazer essa aproximação, pois o ganho é para todos. Muitas experiências podem ser compartilhadas, como no Colégio Arquidiocesano de Curitiba, no qual a coordenadora trabalha. Lá existe o projeto "Encontro das famílias na escola" cujo objetivo é proporcionar aos pais uma formação pautada nas seguintes dimensões filosóficas da instituição: intelectual, espiritual, comunitária e humano-afetiva.

O encontro acontece todos os domingos, de março a novembro, e a programação é dividida em três momentos. No primeiro é realizada uma apresentação lítero-musical, em seguida, o projeto interdisciplinar, o qual aborda temas atuais. No palco, o teatro e a dança sensibilizam a plateia e traduzem o trabalho realizado pelos alunos nas dimensões intelectual e humano-afetiva. No segundo momento, pautado na dimensão espiritual, é realizada a celebração da Santa Missa na intenção das famílias, seguida pela novena de São José (padroeiro da mantenedora). O terceiro e último momento é da confraternização, em que é servido um almoço realizado no bosque do colégio, com foco na dimensão comunitária.

O projeto, que já é antigo, foi interrompido por motivos de manutenção predial, porém reativado em 2006, e costuma reunir cerca de 130 alunos e 60 pais.

Dentre os resultados observados pela instituição estão a proximidade, integração e parceria entre a comunidade escolar, uma vez que professores e funcionários também participam, melhora significativa nas relações interpessoais, além da organizacional favorável na formação dos alunos e melhoria no rendimento escolar.

A tecnologia também pode ser uma boa aliada dessas mudanças de atitude, pois no mercado já existem aplicativos que auxiliam a escola na aproximação com os pais. As pessoas estão cada vez mais acessíveis e inseridas a essas modernidades.

A School Picture, há mais de 30 anos no mercado escolar, desenvolveu recentemente um aplicativo chamado Iscool App que tem como objetivo organizar de forma inteligente a comunicação entre pais, filhos e colégios de maneira prática e produtiva. O presidente da School Picture, Ramin Shams, conta que ao procurar as escolas para saber como era o processo de comunicação delas com os pais, percebeu que tinham grandes dificuldades nessa interação, nos envios de recados ou informações. A partir dessa pesquisa de campo, surgiu a

MAIS DO QUE AJUDAR OS FILHOS NAS TAREFAS DE CASA, CABE AOS PAIS O DISCERNIMENTO DE SE FAZEREM PRESENTES NA VIDA ESCOLAR DO FILHO

ideia desse aplicativo para assim aproximar o pai da rotina escolar, em que seria possível aos pais terem acesso ao que o filho estuda e faz em sala de aula, e tantas outras atividades. Shams declara que, nos poucos meses em que essa tecnologia está inserida nas escolas, já foram percebidos resultados satisfatórios. O número de visualizações cresceu em mais de 90% no que se refere aos recados enviados pelo aplicativo para menos de 30% de visualizações de *e-mails* utilizados anteriormente.

Shams afirma que é importantíssimo as escolas aderirem à tecnologia, pois se hoje uma escola não possui esse tipo de mecanismo que a atualidade impõe, a instituição não terá uma comunicação eficiente com os pais e assim não conseguirá melhorar o processo de educação que almeja. "As escolas são produtoras de conteúdo de educação humana, as famílias precisam acompanhar essa educação. A comunicação via aplicativo, que eu considero uma ponte de transmissão de comunicados das escolas aos pais é eficiente, pois auxilia na melhoria da educação, na interação dos pais com os filhos/alunos, tornando-os mais conscientes e participativos", disse Shams.

Complementando o que disse o presidente da School Picture, o diretor comercial, Luís Garcia, acredita que a tecnologia referente aos aplicativos são caminhos que não têm mais volta. Para ele, os *e-mails*, os computadores estão ficando obsoletos, pois carregamos nos *smartphones* tudo o que precisamos para termos informações e elas precisam ser confiáveis e rápidas. "A expressão 'engajamento entre família e escola' é uma das forças que o aplicativo traz, já que podem ser feitas enquetes, notícias são auditadas, e assim por diante. A comunicação fica restrita à comunidade daquela escola", conclui Garcia.

Como podem ver, existem diversos meios para que a participação dos responsáveis seja diária, pois há vários mecanismos para que esse relacionamento entre pais e escolas seja viável para ambos. Basta a instituição de ensino propor o meio mais acessível e fazer com que essa cultura de responsabilizar somente a escola na educação do aluno mude, uma vez que são bem claros os resultados positivos quando a família tem participação ativa na vida escolar dos filhos.

Ao pensar nessas questões, em junho do ano passado, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2.322/15, do Deputado Ricardo Izar (PSD-SP), que obriga as instituições de ensino a realizarem duas reuniões a cada semestre entre os professores e os pais dos alunos para avaliação dos resultados. Além disso, os pais serão dispensados do trabalho sem prejuízo nos salários para participação nas reuniões. Essa dispensa limita-se a oito horas por semestre. O PL, que até o fechamento desta edição estava em tramitação – já em caráter conclusivo –, e ainda seria analisado pelas Comissões de Seguridade Social e Família; Educação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, tem como objetivo contribuir para a promoção do acompanhamento efetivo e sistemático familiar da vida escolar dos filhos. ⊗

Conheça os parceiros da ANEC em 2017

A ANEC tem a alegria de apresentar as empresas parceiras para o ano de 2017. Nosso objetivo é trazer até você, associada, a oportunidade de acessar produtos e serviços diferenciados e inovadores a um preço diferenciado de mercado.

Lembramos que antes de uma empresa se concretizar como parceira da ANEC, ela é submetida a um processo de análise no qual avaliamos o histórico, o perfil, a qualidade e a pertinência do produto ou serviço prestado. O consumo corporativo é uma tática de gestão atual e moderna que traz para seus participantes vários benefícios, entre eles, a geração de economia processual e econômica.

Essa prática já tem ajudado muitas instituições do nosso grupo, o que ajuda a consolidar, cada vez mais, nossa Associação. E não vamos parar por aí... A ANEC continuará selecionando e negociando com outras empresas. Nosso interesse é aumentar o portfólio de produtos e serviços, melhorar a qualidade e gerar economia para as associadas. Estamos trabalhando para você, associada, e em breve teremos mais novidades. Conheça, abaixo, a lista dos Parceiros 2017 da ANEC

3A Coaching
Autoconsciência, Atitude e Ação

AS INFORMÁTICA
UM NOVO CONCEITO EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL

AUROS
Gestão de benefícios

bibliotheca® + 3M
the best of both worlds

Bom Jesus EDITORA

Britannica Digital Learning

CARMA

CIGAM
SOFTWARE DE GESTÃO

decifra
EDITORA

DIFERENCIAL

editora edebê

EDIÇÕES CNBB

Edições Loyola
Jesuítas

FTD EDUCAÇÃO

EDITORA VOZES

FLATUR
VIAGENS E EVENTOS

FRM® Sistemas

Google for Education

HUMUS
Desenvolvendo Gestores de Sucesso

HUNGRY APPS

Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

iLAPE
www.ilape.edu.br

INTERNATIONAL SCHOOL

KYRYON Consulting

life INTERCÂMBIOS

oficina das Finanças
Práticas para a sua sustentabilidade financeira

Paulinas

PIMPÃO

S7 study

School PictUre®
Um momento. Um click. Uma história!

sm

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

Sede Nacional
Endereço: SCLN Quadra 102 Bloco C
Sala 102 - Brasília/DF
Tel.: 61 3533-5050 | anec@anec.org.br
www.anec.org.br

Crédito: Assessoria de Comunicação EIC

Pais caracterizados para a história

Pais vão para a escola contar histórias para filhos e colegas

Oficina orientou sobre impostação de voz, escolha e criação de material e adequação da história à faixa etária

Por Cristine Medeiros,
Jornalista da Escola Franciscana Imaculada Conceição

"Pais contadores de histórias". Assim foi batizado o projeto desenvolvido junto às famílias da educação infantil da Escola Franciscana Imaculada Conceição (EIC), de Dourados (MS). Por meio de uma oficina ministrada às famílias no Dia do Livro Infantil (18 de abril), a contadora de histórias e professora de teatro Rejani Betoni Vendramini e sua auxiliar, Rudiane Bottan, apresentaram um novo universo da literatura infantil aos pais, para que eles mudem a relação deles e dos filhos com as histórias tradicionalmente lidas antes da criança dormir.

A especialista levou os pais a sua própria infância por meio de uma técnica de regressão mental, apresentou acessórios que podem ajudar na tarefa proposta – desde os comercializados até a técnica de pintar copos descartáveis para transformá-los em personagens – e expôs parte do acervo da biblioteca literária da escola, indicando o tipo de livro que se encaixa no interesse de crianças de diferentes idades. Rejani ainda deu dicas de impostação de voz, o que torna a leitura mais interessante aos pequenos.

Descontração e participação marcaram a oficina

"Como não ouvi histórias quando era criança, fica mais difícil para mim. Ainda não estou pronto para ser um contador de histórias, mas a escola vai me ajudar", disse Wilian Romeira, com o filho nos braços. Ele reconhece a importância da literatura na vida do filho e diz que vai mudá-lo desde já, uma vez que está disposto a transformá-lo em leitor.

Camila Tavares da Silva Zampieri, que já foi aluna da EIC, classificou como fantástica essa iniciativa da educação infantil. Para ela, os filhos esperam que os pais esqueçam sua rotina quando chegam em casa à noite. Ela reconhece, ainda, o quanto é importante a família estender a vivência do "mundo de fantasia" apresentada às crianças na escola. "Assim, você cria um vínculo muito maior com seu filho, com a escola e com você mesma. Você se descobre, volta ao seu tempo de infância, ensina seu filho a ter a infância dele num mundo que hoje está saturado, que deixa a fantasia das crianças de lado e as faz o verem como ele realmente é", considera ela.

Quando a família lê, dá o exemplo, a criança desde pequena vai aprendendo a importância da literatura

Prática

Como resultado do trabalho, a contação da história da "Chapeuzinho Vermelho" foi realizada por 11 pais de alunos. Assim, houve a integração dos familiares ao ambiente escolar e o envolvimento deles nessa fase de formação da criança. "É nesta faixa etária que formamos os leitores e é muito importante a participação da família nesse processo de formação", disse Rejani. A atividade ainda contribui para que os alunos se tornem bons escritores e interpretem textos com autonomia. "Os pais e os professores são os modelos mais presentes na vida de uma criança. Oportunizando momentos em que os pais possam ler um livro para a turma de seu filho, estamos fazendo com que a criança perceba a importância dessa experiência na sociedade em que vivemos", disse Rosane Torquetti, coordenadora da educação infantil.

A avaliação do projeto é positiva. Elizete Filipe, que é professora de língua portuguesa, portanto bem próxima desse universo, fez a seguinte análise: "achei legal essa interação com outros pais. Assim, a história se torna muito mais interessante do que com uma pessoa, sozinha, contando. É uma iniciativa importantíssima porque quando a família lê, dá o exemplo, a criança desde pequena vai aprendendo a importância da literatura". Por parte da coordenadora, o resultado também agradou: "Estou orgulhosa desses grupos, vi neles uma vontade de fazer a diferença na educação dos filhos, além de compartilhar um momento que, segundo eles, 'não têm preço!'. Acredito que os grupos permanecerão trabalhando e se dedicando cada vez mais", avalia Rejani.

Colégio Marista de Criciúma desenvolve projetos de sustentabilidade

"Maristas para a Sustentabilidade" foi premiado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas do município

Por Lívia Lima

Em uma bicicleta instalada no pátio do Colégio Marista de Criciúma, os alunos pedalam e produzem energia elétrica, aprendendo sobre fontes renováveis e não poluentes de energia. A Eletrobike faz parte do projeto "Maristas para a Sustentabilidade", vencedor em 2016 na Categoria Educação do Prêmio Mérito Lojista Oreste Vidal da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL).

A bicicleta, acionada a um dínamo, gera energia elétrica quando utilizada pelas crianças da educação infantil. Um grupo de estudantes do ensino médio participou da instalação da bicicleta e apresentou os resultados do experimento na VII Semana de Ciência e Tecnologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

Inicialmente, os alunos dos 1º anos do ensino fundamental participaram de uma palestra com a laboratorista do colégio sobre fontes de energia e a importância da economia e de alternativas renováveis. "Todos os projetos são iniciados com palestras de conscientização e acompanhados de perto pelas crianças. A cada ano, uma nova turma assume o projeto, dando continuidade às ações implementadas, levando esses gestos para casa e estendendo para a comunidade, passando adiante a ideia de que juntos podem fazer a diferença para reduzir os impactos e melhorar o meio em que vivemos", relata Cláudia Kochhann, coordenadora psicopedagógica do Colégio Marista.

Além da Eletrobike, fazem parte do projeto "Maristas para a sustentabilidade" o "Minhoeco", uma composteira mantida a partir dos resíduos orgânicos dos lanches das crianças, que produz o adubo utilizado nas hortas do colégio; e a "Chuva de Ideias", uma cisterna instalada na casinha do parque da educação infantil que capta água da chuva, também utilizada na horta, e na limpeza das calçadas do entorno do colégio.

"O Colégio Marista tem assumido, por meio de projetos e experiências de aprendizagem, um compromisso em que a consciência planetária está inserida no processo de escolarização. Por meio dessa dimensão, busca-se desenvolver e vislumbrar uma educação que vise a construção de uma ecopedagogia, ou seja, uma pedagogia da Terra, em que nossos alunos sejam pessoas cuidadoras da vida no Planeta", afirma Cláudia.

Além das ações específicas do "Maristas para a sustentabilidade", em outros projetos também se discute formas de cuidado e preservação do meio ambiente. No "Circuito Projeto de Vida" por exemplo, alunos do 9º ano do ensino fundamental produziram e venderam sabão a partir de óleo usado reciclável e a renda arrecadada foi destinada para a Casa Guido, organização que atende crianças com câncer.

O Circuito Projeto de Vida é um projeto do Grupo Marista desenvolvido com o objetivo de estimular que

Alunos realizam atividades em composteira implantada no Colégio Marista de Cricíuma

os jovens projetem sua vida para além do vestibular, da profissão e do senso comum. "O Circuito é uma oportunidade para que os jovens se permitam projetar sua vida de forma não linear, integral e com propósito. Em um mundo com tantas possibilidades e escolhas diárias, é necessário ir além do vestibular, da profissão e do senso comum. Além de preparar para os conteúdos curriculares, a intenção é preparar para a vida", afirma José Carlos Pereira, diretor-geral do Colégio Marista Criciúma.

O projeto é realizado em atividades extracurriculares realizadas com as turmas do 9º ano do ensino fundamental, que participam de rodas de conversas com a mediação de professores e utilizam como referência o material de apoio disponível no site (www.circuitoprojetodevida.com.br), abordando temas como afeto, amizade, carreira, consumo, família, futuro, dentre outros.

Segundo o professor de química e física, Michael de Bona, a partir das discussões sobre sustentabilidade e solidariedade, os grupos resolveram desenvolver uma atividade prática e tiveram a ideia de produzir o sabão de óleo de cozinha e, aliaram a experiência com uma ação solidária. "Os alunos se motivaram e o empenho deles superou nossas expectativas. Com o Circuito Projeto de Vida os jovens desenvolveram o protagonismo e o empreendedorismo, aliados aos valores e à solidariedade", acredita o professor. ⊗

O Circuito é uma oportunidade para que os jovens se permitam projetar sua vida de forma não linear, integral e com propósito

Projeto: uso consciente e responsável da internet 2016

Serviço de Orientação Educacional do Ensino Fundamental II orienta alunos sobre o uso da internet

Prof.ª Janaina Kátia de Lima Cortinhas,
Serviço de Orientação Educacional (SOE) – Ensino Fundamental II; Colégio Puríssimo Coração de Maria – Rio Claro/SP

A internet pode ser uma ferramenta excepcional para que as crianças e os adolescentes aprendam, pesquisem, conversem com os amigos e familiares ou, simplesmente, explorem o conteúdo disponível on-line. Entretanto, a web também pode ser uma ameaça para eles.

Com a intenção de orientar os alunos, o Serviço de Orientação Educacional (SOE) do Ensino Fundamental II, reiniciou o projeto "Uso consciente da internet", dando continuidade ao trabalho iniciado em 2015 e, neste ano, desenvolvendo a atividade com os alunos do 4º ao 9º ano do ensino fundamental.

Esse projeto tem por objetivo debater o uso da internet com responsabilidade, refletir sobre as "pegadas" que se deixa nas redes sociais e expor as possíveis consequências do uso excessivo da rede.

Os estudantes participaram de palestras e debates com temas relacionados à postagem de conteúdos nas redes sociais, às leis que regulamentam os casos de *bullying* e *cyberbullying* (Lei nº 13.185/15) e os aspectos que envolvem agressores, vítimas e espectadores, além de violência digital e exposição nas mídias sociais, uso e abuso do tempo de acesso à internet, "netqueta" (uso de regras de etiqueta nas redes sociais) e, também, assistiram a vídeos informativos sobre situações que, por exemplo, se caracterizam como *sexting* (postagens de conteúdos nus ou sensuais), trocando experiências e dicas sobre o assunto e participando de discussões e reflexões a respeito das atitudes pessoais de cada um na rede.

> *Apesar de todos os benefícios oferecidos pela web, é necessário estar atento em relação à segurança do usuário*

O uso da internet começa cada vez mais cedo na faixa escolar citada, além disso alunos a utilizam, diariamente, para auxílio nos estudos e, principalmente, para navegar em redes sociais, acessar jogos e para entretenimento.

Apesar de todos os benefícios oferecidos pela *web*, é necessário estar atento em relação à segurança do usuário, que pode ser exposto a situações como *cyberbullying*, pedofilia e pornografia infantil, bem como a diversos outros tipos de crimes eletrônicos.

Assim como os pais desde cedo orientam os filhos para não conversarem com estranhos, olharem para os dois lados ao atravessar a rua e não aceitarem nenhum objeto de desconhecidos, eles também devem conscientizá-los acerca dos riscos e perigos do uso indiscriminado da internet. A melhor prevenção, neste caso, é a informação.

O projeto tem o caráter de sempre estimular os alunos a utilizarem as redes sociais de forma ética e responsável, além de terem ciência dos perigos existentes em relação às novas tecnologias.

A conscientização por parte da escola é indispensável, no entanto para que a segurança desses estudantes seja realmente garantida, a supervisão dos pais é de extrema importância. "Os principais riscos dos acessos às mídias sociais são muito semelhantes com os do mundo real. A internet trouxe os perigos da rua para dentro de casa. A atual geração de

Nós devemos manter a nossa privacidade na internet, não devemos compartilhar dados nem informações pessoais com pessoas que não conhecemos

Turma do 6º ano

pais e educadores é a última que conheceu o mundo sem a influência da internet. Orientar as crianças e adolescentes sobre o uso ético e cidadão da rede é um desafio! No entanto, esta responsabilidade deve ser dividida entre pais e escola", comenta a professora Janaina Kátia de Lima Cortinhas, responsável pelo projeto.

Pesquisa realizada em 2015, com alunos do 6º ao 9º ano do Colégio Puríssimo, apontou que 82% dos estudantes utilizam as redes sociais. Por isso, a urgência em se debater os temas citados.

Algumas dicas para os pais protegerem seus filhos:

- Acompanhem os perfis deles nas redes sociais;
- Os oriente sobre suas conversas e atividades no celular;
- Controlem o tempo de exposição on-line;
- Informem-nos que as publicações de fotos na web só devem ocorrer com a permissão da pessoa fotografada;
- Atualizem os programas instalados no computador com as versões mais recentes;
- Instalem e mantenham atualizados, os mecanismos de segurança, como antivírus e *firewall* e configure o "Controle para pais".

Depoimentos de alunos

O aluno Gustavo Botter, do 8º ano 1M já entendeu o recado e tem uma ótima medida para evitar problemas. "Nós que somos crianças não podemos ficar mexendo na internet sem que os nossos pais saibam, pois nós podemos entrar em *sites* com conteúdos que não são para nossa idade, e também adicionar pessoas estranhas e contar coisas que são pessoais", comenta.

Débora Galvani Marcopito, do 6º ano 1T, comenta que falar de *bullying* e *cyberbullying* na escola é muito importante para que essas situações não aconteçam no dia a dia. "Nós somos todos iguais, nós temos os mesmos direitos, por isso todo mundo merece e precisa ser respeitado".

Ingrid Murbach Reginatto, do 4º ano 2 M, comenta sobre importância de manter o sigilo na internet: "não devemos nunca mandar, ou postar em redes sociais, informações pessoais. Também não devemos compartilhar senhas com amigos, após uma briga, ou discussão, eles podem fazer algo que nos comprometam", comenta.

Já a aluna Natália Valente Sitolini, do 4º ano 1, dá uma dica sobre o compartilhamento de fotos: "não devemos compartilhar fotos pessoais, que nos identifiquem, e nunca mandar fotos com roupas insinuantes ou sensuais", ressalta.

Enrico Sciamana Jardim, do 4º 3 M, fala da importância de manter a privacidade: "nós devemos manter a nossa privacidade na internet, não devemos compartilhar dados nem informações pessoais com pessoas que não conhecemos; também não devemos mostrar, ou postar o lugar onde estamos, com quem estamos. E sempre que algo sair do controle devemos falar com os nossos pais sobre o assunto."

O aluno do 9º 1 M, Emanuel Franco, conta que com o debate percebeu o quanto o celular influencia em sua vida. "Ás vezes, a gente acha que essas coisas só acontecem de longe, que nunca vai ser com a gente, e a palestra conscientizou e nos fez conhecer muitas práticas ruins na internet. Se eu pudesse aconselhar alguém diria para que aproveitasse melhor o tempo com a família e os amigos, não ficasse só no celular", comenta.

SIRIS 2016

Simulação transforma alunos em delegados da ONU e os transporta para cenários históricos dentro da escola

Natasha Franco,
Assessora de Comunicação

A Simulação Interna de Relações Internacionais do Sagrado (SIRIS) é uma atividade que transforma os alunos do ensino médio do Colégio Sagrado Coração de Maria do Rio de Janeiro (CSCM-RJ) em delegados de Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) durante sua realização. A proposta da simulação é reconstruir com os estudantes o cenário de negociações e discussões de foros diplomáticos nacionais e internacionais.

Trata-se de uma vivência próxima à realidade de diplomatas e chefes de Estado ao redor do mundo. Em 2016, aconteceu a II edição da SIRIS, cujo tema "Comitê Especial das Nações Unidas contra o *Apartheid*" transportou os jovens para o ano de 1967. Ao todo, cerca de 20 duplas participaram da atividade, além de antigos alunos do CSCM-RJ, tidos como diretores na representação. A proposta e o formato do projeto foram elaborados pelos alunos do Grêmio Estudantil, no ano passado, quando aconteceu a primeira edição da atividade no colégio. No momento em que os estudantes se inscrevem na simulação, escolhem o país que desejam representar.

De acordo com o resultado da SIRIS 2016, deve ser criado um fórum para averiguar a situação dos direitos humanos na África do Sul, em relação ao *Apartheid*, o qual periodicamente será revisado e submetido ao conselho de segurança, com o objetivo de saber se houve algum tipo de avanço ou não. Caso não tenha acontecido nenhum adiantamento, em pelo menos três anos, o conselho será acionado novamente para tomar alguma medida mais urgente, no sentido de embargos econômicos ou militares.

Luís Felipe Barbosa, ex-aluno do CSCM-RJ e estudante de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi um dos diretores que compuseram a mesa. Ele explicou que a implicação foi um tipo de recomendação para que os delegados possam iniciar o processo de finalização das leis que validam o *Apartheid*. "São, sobretudo, preceitos que delimitam o acesso à população não branca e a lei de passes. Casamento inter-racial que também é proibido, precisa cair. Se tudo der certo, a tendência é que somente as legislações, sobre diferentes assuntos, serão revisadas, mas esses são alguns dos principais ponto que precisam ser verificados".

A aluna Alice, da 3ª série do ensino médio, representou a Índia. Para ela, o resultado da simulação foi bastante positivo. "Tudo o que o meu país queria, nós conseguimos. Nós alcançamos os objetivos da nossa política externa. O aluno Daniel Pequeno, da 1ª série, do mesmo segmento, enviado pela delegação da Tanzânia, igualmente, acredita que a conclusão traz benefícios. "Nesse comitê nós atingimos objetivos que

Alunos do CSCM-RJ, simulam o Comitê Especial das Nações Unidas contra o Apartheid (1967), na SIRIS 2016

satisfizeram a delegação africana, que lutava arduamente contra o *Apartheid*."

Além disso, Daniel disse ser um admirador do projeto. "É a segunda edição da SIRIS que eu participo e penso ser de extrema importância para o meu desenvolvimento acadêmico. Foi uma ótima oportunidade para estudar o tema, o *Apartheid*, tão recorrente nos vestibulares e no ENEM". O ex-aluno Luís Felipe, explicou porque, mesmo já cursando faculdade, continua participando da SIRIS. "Melhora muito a minha capacidade de expressão, de lógica e, principalmente, a capacidade argumentativa que é exercitada paulatinamente dentro dos comitês".

A coordenadora educacional do segmento, Giselle Camargo, afirmou que a atividade tem como finalidade o aprimoramento acadêmico dos alunos, desenvolvido e aplicado de maneira que os jovens demonstrem interesse em participar e investigar. "Trata-se de um complemento para a formação acadêmica deles. Eles absorvem ainda

mais informações e conteúdos das áreas de História, Política Internacional, Economia e Saúde. Com a simulação, os alunos precisam estudar o posicionamento dos países para poder defender seus interesses, conforme cenário sociopolítico mundial da época avaliada".

Para o aluno Rafael Neves, da 1ª série, a SIRIS propicia o conhecimento de assuntos relevantes. "No debate do ano passado, fomos transportados para 1976, época da Guerra Fria. Eu nunca pesquisaria sobre a guerra civil angolana, mas dentro do comitê eu tomei as dores dos angolanos. Os Estados Unidos e a União Soviética, naquele período, prezavam por seus próprios interesses. O nosso país era a Suécia, que foi a primeira nação ocidental a mandar ajuda humanitária para a Angola. Saber disso me fez tomar uma postura de prezar mais pelos povos, independentemente da nação. A simulação me faz conhecer outros horizontes e formar novas opiniões".

Grupo do CSCM-RJ, que compõe a chamada Delegação Sacreca, tem demonstrado alto desempenho nos modelos de comitês diplomáticos em que atua fora da escola. Em 2015, a Delegação Sacreca, com o estande da Bulgária, conquistou o 1º lugar no PUC MIRIN – Modelo Intercolegial de Relações Internacionais, realizado no *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Com o apoio do Consulado Honorário da República da Bulgária no Rio de Janeiro, os alunos apresentaram uma exposição repleta de informações culturais, econômicas e políticas sobre o país. Essa edição contou com 280 estudantes do ensino médio de colégios de todo o Brasil.

Na edição PUC MIRIN 2016, que teve como tema a IV Cúpula das Américas, Douglas Cirino, da 1ª série do ensino médio do CSCM-RJ, ganhou menção honrosa representando o Suriname. Trata-se de um prêmio destinado aos estudantes que apresentam melhor desempenho durante as discussões, avaliado pelos diretores do comitê. "Fiz um trabalho de *lobby* em parceria com outras delegações, como Bolívia, Argentina, EUA e Paraguai. Consegui aprovar cláusulas benéficas ao desenvolvimento interno do Suriname, como o gabinete de auxílio de desenvolvimento interno e o Tratado Pan-Americano. O gabinete dividiria as diversas nações das Américas em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. As desenvolvidas investiriam, por meio da iniciativa público-privada, nos países subdesenvolvidos. Por exemplo, os Estados Unidos apoiando financeiramente a Bolívia para desenvolvimento do mercado interno e socioeconômico da região".

Crédito: Divulgação

"É a segunda edição da SIRIS que eu participo e penso ser de extrema importância para o meu desenvolvimento acadêmico. Foi uma ótima oportunidade para estudar o tema, o Apartheid." Daniel, estudante da 1 º série

Outra participação dos estudantes do ensino médio do CSCM-RJ em simulações aconteceu entre os dias 12 e 15 de novembro, na 14ª ONU Jr., evento realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com modelo reconhecido pela própria ONU. Dessa vez, quem ganhou menção honrosa foi o aluno Daniel Pequeno, por apresentar conhecimento elevado da constituição da Organização Mundial da Saúde e auxiliar as outras delegações sobre questões jurídicas a respeito do assunto. "Eu tinha estudado bastante a carta e percebi colocações errôneas durante o debate. Pude então corrigir e orientar os colegas participantes. A partir daí a simulação tomou novos rumos, condizentes com as diretrizes do comitê. Acredito que eu tenha me destacado por isso", explicou o aluno, que deseja cursar Direito.

Foi na própria escola que o aluno Jorge Lopes, da 1ª série, participou pela primeira vez de uma simulação. A partir daí, tomou gosto e inscreveu-se na PUC MIRIN e ONU Jr. Para ele, a prática incentiva o desenvolvimento da oratória, uma vez que é preciso expor uma ideia capaz de envolver os demais participantes. "Eu penso que se trata de um exercício que trabalha, além dos conhecimentos, a retórica e a maturidade. Hoje, há pessoas que têm objetivos muito positivos mas não sabem colocar sua opinião. Na simulação, você precisa saber colocar sua opinião em um grupo que pensa de forma plural e, ainda, compreender a opinião do outro para decidir utilizá-la em seu favor ou não. Isso é liderança". ⊗

Alimentação adequada deve começar na infância

Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, de Videira, oferece oficinas e educação nutricional aos alunos

Por Tatiane Cristina Biava Dalla Costa,
Nutricionista (CRN 10 4678)

A formação dos hábitos alimentares inicia-se na infância e vai sofrendo diversas influências até a fase adulta. Durante o período pré-escolar e escolar, as crianças passam por uma significativa mudança de padrão alimentar. Nessa fase, a criança já participa das atividades familiares como também das refeições dos adultos. Recebe o mesmo alimento que a família consome e define assim suas preferências alimentares. Na escola, aprende a conviver com horários e conhece alimentos diferentes daqueles já habitualmente consumidos no meio familiar.

A qualidade e a quantidade de alimentos ingeridos no meio escolar são fundamentais, pois, a partir de uma alimentação saudável e balanceada, adquire-se saúde e bem-estar de crianças e adolescentes. Além disso, é na escola que as crianças passam um elevado número de horas e ingerem a maior parte de alimentos. Sendo assim, a adoção de um comportamento alimentar saudável do pré-escolar e escolar é importante medida de promoção da saúde, com repercussões positivas na vida adulta. O papel da escola e da família na formação de hábitos alimentares saudáveis é de grande importância. Crianças com bons hábitos alimentares serão jovens e adultos mais conscientes e preocupados em fazer refeições e lanches saudáveis.

A alimentação adequada, da infância até a fase adulta, pode diminuir os riscos das doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, hipertensão e diabetes, que estão relacionadas ao consumo excessivo de alimentos industrializados e embutidos. Atualmente a obesidade infantil tem preocupado muito os pais e profissionais de saúde.

A adoção de um comportamento alimentar saudável do pré-escolar e escolar é importante medida de promoção da saúde, com repercussões positivas na vida adulta

Por isso, atividades permanentes de promoção e prevenção auxiliam na diminuição do desenvolvimento dessas doenças crônicas não transmissíveis e na melhoria da qualidade de vida da criança. Tanto a escola quanto os pais possuem fundamental importância. A escola, por meio da educação nutricional, inclui oficinas de culinária e horta, vídeos e atividades sobre alimentação saudável. Já a família, dá continuidade às atividades no âmbito familiar, desenvolvendo essas receitas, fazendo o plantio e a colheita dos alimentos que possuem na horta com a criança, a leva ao supermercado e apresenta frutas, verduras, legumes e alimentos saudáveis. Assim, essa criança percebe que os pais possuem hábitos saudáveis e compreendem a importância do abordado na escola.

O colégio possui em sua grade curricular, aulas de Educação Nutricional, Horta e Culinária. Estas ocorrem uma vez na semana, ministradas por uma nutricionista. As aulas de Educação Nutricional envolvem todos os assuntos ligados à alimentação saudável, através de vídeos, pirâmide alimentar, desenhos e jogos sobre alimentos. Na oficina de horta, os alunos aprendem o plantio, a colheita e a higienização desses alimentos, para posteriormente serem servidos nas refeições realizadas no colégio. Cada aluno possui seu kit, com botas, regador, chapéu e utensílios para trabalhar com a terra, é uma diversão. Na oficina de culinária são elaboradas receitas saudáveis, preparadas pelos próprios alunos, na qual conseguem observar que é possível manter uma alimentação saudável e saborosa. Todos possuem um caderno onde são anexadas as receitas elaboradas em

Nutricionista Tatiane com alunos do Contraturno IV, fazendo com eles o bolo de feijão - Oficina: Culinária

aula. Além disso, o caderno é enviado para os pais com o objetivo de que preparem essas receitas com seus filhos, dando continuidade à aprendizagem da importância de uma alimentação saudável.

Orientações importantes na alimentação da criança

Deve-se orientar que as crianças evitem consumir doces, biscoitos recheados, alimentos industrializados, ricos em gorduras, refrigerantes e outras guloseimas nos intervalos das refeições, já que esses produtos possuem alto valor calórico e baixo valor nutricional. No entanto, uma atitude radical de proibição pode levar a criança a um maior interesse pelas guloseimas. É necessário que os pais expliquem o prejuízo que o consumo inadequado pode trazer à saúde, mas também os benefícios dos alimentos saudáveis, como: banana evita dores nas pernas, cenoura ajuda a enxergar bem, laranja e limão previnem gripes e resfriados etc.

A aceitação dos alimentos se dá pela repetição a que a criança é exposta. Além disso, é muito importante que, desde o primeiro ano de vida, na introdução dos alimentos complementares, ela observe outras pessoas se alimentando. Para a criança desenvolver preferências e hábitos alimentares saudáveis, a família é o modelo pela imitação, pois os pais são exemplos para elas.

Além disso, o ideal é realizar 5 a 6 refeições diárias, sempre em pequenas quantidades; incentivando as crianças a consumirem alimentos in natura, como: verduras, frutas e legumes. Se for servir sucos, dê preferência a sucos de fruta natural, pois são mais nutritivos, fornecem vitaminas e sais minerais ao organismo.

Também a criança deve ser acomodada à mesa com os outros membros da família. O ambiente na hora da refeição deve ser calmo, sem a televisão ligada ou quaisquer outras distrações,

Atividades do Contraturno V na horta – Oficina: Alimentação Saudável

CUPCAKE INTEGRAL DE MAÇÃ COM AVEIA

Ingredientes

1 ½ xícara (chá) de água
1 xícara (chá) de açúcar demerara
3 ovos
1 xícara (chá) de aveia em flocos
2 xícaras (chá) de farinha de trigo integral
1 colher (chá) de canela em pó
2 maçãs médias com casca cortadas em cubos
1 colher (sopa) de fermento em pó

Modo de Preparo

Bater no liquidificador a água, as maçãs, o açúcar e as gemas. Em uma bacia, misturar os ingredientes secos. Acrescentar aos poucos o conteúdo do liquidificador e misturar até a massa ficar homogênea. Bater as claras em neve e acrescentar na massa. Despejar a massa nas forminhas e levar ao forno pré-aquecido.

Dica saudável: Essa é uma receita rica em fibras solúveis e insolúveis, indispensáveis para o bom funcionamento do intestino.

como brincadeiras e jogos. É importante que a atenção esteja voltada ao ato de se alimentar para que o organismo possa desencadear seus mecanismos de saciedade. O ambiente tranquilo facilitará a confiança e o prazer da criança em se alimentar. Ela deve ser encorajada a comer sozinha, mas sempre com supervisão, para evitar engasgos.

Outra atitude é deixar as frutas sempre ao alcance das crianças. Isso despertará o interesse. Também combinar com ela a compra de uma fruta nova por semana e experimentá-la juntos de várias formas: picada em diferentes formatos, em sucos ou receitas. Dizer que o personagem preferido da criança adora comer legumes, verduras e frutas.

Ademais, fazer novas combinações, como colorir arroz, massa de panqueca, bolos e tortas com beterraba ou espinafre tornará os alimentos mais atrativos.

Então, estabeleça uma rotina! Uma dica para a criança comer sempre bem é não oferecer alimentos fora de hora ou deixar a criança beliscar e se alimentar sempre que desejar, pois assim não terá apetite no momento das refeições. Diariamente as refeições principais e os lanches devem ser servidos em horários fixos, com intervalos suficientes para que a criança sinta fome até a próxima refeição. O ideal é aguardar entre 2 até 3 horas entre uma refeição e outra. Não oferecer nesses intervalos, sucos ou leite/mamadeira e sim apenas água. Servir pequenas porções, pois a criança pode criar aversão se a porção for grande.

As crianças precisam ter mais contato com os alimentos! Envolva a criança nas tarefas que incluam as compras e a preparação das refeições. Permita que seu filho participe de algumas atividades na cozinha.

Enfim, mostre que cozinhar é divertido! Transforme o ato de cozinhar em uma brincadeira divertida para toda a família. Assim a criança terá interesse pelos alimentos. E não esqueça: os pais são muito importantes na formação de hábitos saudáveis dos filhos. Então, estimule seu filho a ter bons hábitos alimentares! ⊗

Junte-se à Missão Brasil-Canadá para Gestores das Escolas Católicas

PARTICIPE DA **MAIOR CONFERÊNCIA** DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO CANADÁ

- CONHEÇA COMO FUNCIONAM ALGUMAS ESCOLAS CATÓLICAS DO CANADÁ;
- PARTICIPE DE PAINÉIS DE GESTÃO COM LÍDERES DA EDUCAÇÃO CATÓLICA, MEMBROS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO PRINCIPAL CONSELHO ESCOLAR DE ONTÁRIO;
- CONHEÇA AS PRINCIPAIS SIMILARIDADES E DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS ESCOLARES DOS DOIS PAÍSES;
- CONHEÇA A HISTÓRIA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EDUCAÇÃO CATÓLICA E COMO FUNCIONA O DESENVOLVIMENTO DE PROFESSORES E LÍDERES NESTAS INSTITUIÇÕES;
- PASSEIE POR TORONTO, PELA CIDADE DE LONDRES NA PROVÍNCIA DE ONTÁRIO, PELAS CATARATAS DO NIÁGARA E PELO EDIFÍCIO MAIS ALTO DO MUNDO, O CN TOWER;
- ACOMODAÇÃO EM HOTÉIS 4 ESTRELAS.

Acesso aos painéis, hospedagem, translados, passeios e café da manhã nos hotéis inclusos!

De 22 a 28 de outubro de 2017

KING'S

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

CATHOLIC PRINCIPALS' LEADERSHIP DEVELOPMENT

Informações: (11) 2885-9847

operado por: life INTERCÂMBIOS

Acesso à educação superior na Bahia: os estudantes da Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

A continuidade da expansão do ensino superior, via setor privado, depende, em grande parte, das possibilidades de incorporação de camadas sociais de menor poder aquisitivo

Por Antônio Alberto da Silva M. de Freitas,
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Professor da UCSAL e Coordenador da Avaliação Institucional

A Bahia tem despontado no cenário nacional como um dos estados que mais expande o ensino superior, fruto do processo de modernização e crescimento de suas atividades econômicas.

Dados de 2015 do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) indicam que existiam 120 Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o estado, entre as quais 110 pertenciam ao setor privado. O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano), registrou, em 2013, um aumento de 4,5% na rede privada, atingindo a marca de 198 mil matrículas contra 190 mil do ano anterior.

A demanda pela criação de instituições de ensino superior na Bahia e o crescimento das matrículas nesse setor, explica-se, sobretudo, pela relativa autonomia que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) concede aos estados para a implantação de seus sistemas de ensino superior e para a criação de novos cursos. Por sua vez, o surgimento de novos cursos explica-se, também, pela demanda reprimida para a educação superior no estado como um todo, não atendida pelo setor público, em função do número crescente de alunos que conclui o ensino médio e a quase estagnação da universidade pública em termos de aumento da oferta de vagas.

Com a LDB, as instituições de ensino superior privado obtiveram maior autonomia para selecionar seus alunos, através de uma ampliação e diversificação dos processos seletivos e com essa flexibilização há uma nova configuração do aluno que chega ao ensino superior.

Diante do crescimento do ensino superior do Brasil e da Bahia, principalmente na rede privada, e da flexibilização dos processos seletivos para onde afluem alunos, muitos dos que não conseguiram ingressar nas universidades públicas federais e estaduais são, regra

geral, pessoas que não tiveram acesso a uma boa educação básica, por falta de recursos financeiros para pagarem uma boa escola particular.

Assim, o primeiro passo é saber quem são esses alunos, tanto em relação ao seu *background* familiar quanto à sua situação de aprendizagem, para em seguida implementar políticas pedagógicas centradas no processo formativo, visando reduzir as dificuldades apresentadas pelos que ingressam no ensino superior e, consequentemente, assegurar não só o acesso, mas também a permanência desses alunos nos cursos.

Pesquisas realizadas no Brasil sobre acesso à educação superior mostram que a continuidade da expansão deste segmento, via setor privado, depende, em grande parte, das possibilidades de incorporação de camadas sociais de menor poder aquisitivo que, historicamente, têm tido desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior.

Esse é um caminho, apontado pelos especialistas, como uma possibilidade que as IES particulares têm de contribuir para uma maior democratização do acesso de estudantes a esse nível de ensino e para que o Brasil atinja a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 de elevar a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior. Dados de 2014 do Ministério da Educação (MEC) indicam que no Brasil a taxa líquida é de 17,06%, enquanto que nos EUA e na Coreia do Sul, por exemplo, a taxa é de 41,61% e 57,38%, respectivamente.

Estudo recente sobre o perfil de alunos que ingressaram na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), em 2016 (*www.ucsal.br/institucional/avaliacao-institucional*), reforça a tese das pesquisas nacionais que têm sido desenvolvidas nessa área, e mostra que o acesso desigual de grupos sociais à universidade e o desempenho dos estudantes nesse nível de ensino são resultantes de uma gama de fatores relativos ao ambiente familiar, ao *status* socioeconômico, à formação básica a ao tipo de escola frequentada, a questões como gênero, idade e cor, assim como a aspectos culturais e pessoais.

Pelos resultados levantados, a realidade da maioria dos alunos ingressantes na UCSAL, em 2016, aponta para um cenário socioeconômico e cultural desfavorável. Os estudantes vêm de uma cultura familiar com baixa escolaridade, podendo-se observar um alto percentual de formação no ensino fundamental e médio entre seus pais, o que leva a supor que muitos desses alunos constituem a primeira geração a ingressar na educação superior.

Os estudantes, na sua maioria, iniciam seu curso com defasagem de conhecimento prévio e dificuldade de progredir dentro da matriz curricular. Como os chegam à universidade com limitações de aprendizagem, assim como dificuldades de financiar seus estudos, a instituição, ao receber esses alunos que ingressaram pelas diversas formas de acesso, tem a responsabilidade de amenizar ou mesmo sanar as lacunas de conhecimento detectadas desde a educação básica.

Acredita-se que, criando estratégias para estimular a presença do alunado em cursos de nivelamento de português, matemática e informática e criando um espaço institucional de aprendizagem e de avaliação permanente para esses estudantes – realizando avaliações diagnósticas para acolher e conhecer a real situação em que eles se encontram para, a partir daí, professor e alunos iniciarem um processo de organização de conteúdos, atividades acadêmicas e metodologias –, é possível que haja melhor aprendizado e construção do conhecimento por parte dos estudantes que, consequentemente, adquirem as condições necessárias para prosseguirem nos estudos.

Outras atividades podem também ser planejadas em conjunto, como cursos de extensão e programas de iniciação científica e monitoria, desenvolvidos no próprio curso; incentivo à participação dos estudantes em atividades complementares ou em atividades interdisciplinares e extracurriculares diversificadas; aprimoramento acadêmico por meio de programas de apoio psicopedagógico.

Para o reitor da Universalidade Católica do Salvador, Prof. Dr. Pe. Maurício da Silva Ferreira, o atendimento e apoio pedagógico aos estudantes tem sido prioridade máxima na sua gestão. "Defendo a ideia que a universidade é responsável por acolher e educar os estudantes para que possam estar preparados para atuarem com criticidade diante das altas e complexas exigências do mercado, serem líderes e empreendedores e terem capacidade de relacionar o conhecimento técnico com a ética, com o humanismo e responder aos desafios da sociedade", afirmou o reitor.

Espera-se que as iniciativas e sugestões acima descritas, juntamente com o desenvolvimento de programas institucionais de relacionamento e de ações que aumentem os laços afetivos dos alunos com a universidade, contribuam para a implementação e consolidação de políticas de apoio aos discentes, adequadas ao planejamento escolar, não só da UCSAL, mas de outras instituições de ensino superior particulares, para que os alunos possam não só ter acesso ao ensino superior, mas permanecer e concluir o curso com êxito.

Crédito: Amaral

Conceito 5 é um marco histórico desta instituição

Agora somos Centro Universitário Católico de Vitória

Católica de Vitória recebe nota máxima na avaliação do MEC

Por Maria Luíza Damiani,
Assessora de Imprensa

Desde o último ano, a Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo é Centro Universitário. No dia 19 de julho, foi publicada no *Diário Oficial da União* a portaria de aprovação do Centro Universitário Católico de Vitória (UCV).

Há cinco anos, a instituição trabalha na sua transformação em Centro Universitário. Para isso, lançou novos cursos, construiu um novo prédio e melhorou expressivamente o Índice Geral de Cursos (IGC), indicador de qualidade do Ministério da Educação (MEC) que avalia as Instituições de Ensino Superior (IES).

De acordo com o vice-reitor, Jolmar Hawerroth, "com certeza a transformação foi muito difícil e morosa. Entretanto, somente foi possível com a participação e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica. Porém, há muito ainda por fazer. Nosso trabalho não termina aqui, é o início de uma nova caminhada".

O foco no desenvolvimento de pessoas é o segredo para cumprir a missão de promover a formação de profissionais comprometidos com a vida e a transformação social

Hawerroth ainda explica que "ser Centro Universitário significa melhorar ainda mais a qualidade do nosso ensino. Os alunos terão mais possibilidade de desenvolvimento por meio da pesquisa e da extensão e isso é um diferencial para a empregabilidade. Além disso, terá mais facilidade para lançar novos cursos".

Para o reitor, Cledson Rodrigues, "o título de Centro Universitário com nota máxima, conceito 5, é um marco histórico desta instituição. Este é, sem dúvida, um pacto consagrado em nossa missão, que é formar profissionais da mais alta qualificação, difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais e contribuir para uma sociedade mais justa, ética, solidária e sustentável", de acordo com os princípios da pedagogia salesiana.

Trajetória

Em consonância com a missão: "formar profissionais comprometidos com a vida e a transformação social", o Centro Universitário Católico de Vitória trabalha ao longo dos seus 17 anos no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, justa e sustentável. A partir da filosofia de Dom Bosco, inspira seus alunos a serem agentes dessa transformação social.

A fundação dessa obra salesiana no Espírito Santo teve como desafio levar o modelo educacional baseado no acolhimento e na pedagogia salesiana para o ensino superior, cumprindo a missão de excelência na formação de profissionais.

A Católica alcança outros desafios

Há quatro anos, a Católica de Vitória tem trabalhado para implementar o modelo de ensino a distância. No início de 2013, foi criado o Núcleo de Educação a Distância (NeaD) com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas a fim de levar a mesma qualidade dos cursos presenciais ao ensino a distância.

No final de 2016, o Ministério da Educação (MEC) reconheceu os polos de Vitória, Venda Nova do Imigrante, na região serrana do Espírito Santo, Belo Horizonte e Niterói para oferta dos cursos na modalidade de educação a distância. De acordo com a coordenadora do Núcleo de Educação a Distância, Prof.ª Marisa Marqueze, "os avaliadores foram muito positivos em suas análises quanto à metodologia. Criamos um diferencial na EaD, um sistema de educação a distância baseado na pedagogia salesiana e no acolhimento de Dom Bosco. Creio que este seja um dos principais fatores do sucesso da nota".

O foco no desenvolvimento de pessoas é o segredo para cumprir a missão de promover a formação de profissionais comprometidos com a vida e a transformação social. Para o reitor da instituição, Cledson Rodrigues, "o reconhecimento é resultado do trabalho em equipe, professores, educadores e reitoria em sintonia com a Inspetoria São João Bosco, mantenedora da Católica de Vitória, unidas para obter este resultado".

Crédito: Divulgação Fadic

Universidade Central de Finanças e Economias de Pequim possui mais de 15 mil estudantes, entre alunos da graduação, mestrado, doutorado e intercambistas

China mais perto dos alunos de relações internacionais

Acordo de cooperação entre a Faculdade Damas e instituições do país asiático amplia as oportunidades de estudantes e professores

Por Guilherme Bertouline,
Assessor de Comunicação da Faculdade Damas da Instrução Cristã

O continente asiático vem se destacando nos últimos anos pelo crescimento econômico dos países que o integram. Conforme dados recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), três das dez maiores economias do mundo estão na Ásia, com destaque para a China, que hoje possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB), atrás apenas dos Estados Unidos. Uma nova rota de poder econômico e político tem se solidificando no Oriente e, nesse contexto de descentralização, a Faculdade Damas trabalha para se aproximar ainda mais do continente asiático, através do seu curso de Relações Internacionais.

O ano de 2016 foi marcado pela oficialização de parcerias institucionais entre a Faculdade Damas e a China, com destaque para o acordo de cooperação e intercâmbio acadêmico com a Universidade Central de Finanças e Economias de Pequim (CUFE, em inglês) e a Sala Brasil-China, espaço destinado a aulas de mandarim na Faculdade Damas. Em outubro do ano passado, também foi realizado o "Seminário: Ásia e Relações Internacionais".

"Nosso desejo é colocar a Ásia na agenda de debates acadêmicos, mostrar que os alunos podem entender a Ásia como a nova grande guinada do poder internacional, e também uma fonte de futuras oportunidades profissionais e acadêmicas", analisa o coordenador do curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas, Thales Castro, que também é Cônsul de Malta e presidente da Sociedade Consular de Pernambuco.

Acordo com a CUFE

A negociação do acordo com a CUFE começou em junho do ano passado, quando o coordenador visitou o país asiático a convite do governo chinês e apresentou o curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas para os representantes da universidade chinesa. Quatro meses depois, as duas instituições assinaram o convênio que prevê a possibilidade de intercâmbio acadêmico e o ensino do mandarim para alunos e professores da Faculdade Damas.

Crédito: Divulgação Fadic

Coordenador do curso de Relações Internacionais, Thales Castro, (segundo da esq. para a dir.) com comitiva pernambucana em visita à Universidade Central de Finanças e Economias de Pequim

Fundada em 1949, a CUFE possui acordos com mais de 120 organizações internacionais e, desde 2005, vem fortalecendo sua política de acolhimento a estudantes estrangeiros na China. A universidade é formada por 29 centros, onde estão espalhados 50 cursos de graduação, com mais de 15 mil estudantes, entre alunos da graduação, mestrado, doutorado e intercambistas. A universidade chinesa se junta a outras seis instituições de ensino superior estrangeiras conveniadas com a Faculdade Damas, sendo a primeira asiática.

"Tecnicamente, consideramos esse um acordo guarda-chuva, pois abarca não só o curso de Relações Internacionais, mas alunos e docentes dos outros três cursos da Faculdade Damas (Administração, Arquitetura e Urbanismo e Direito)", detalha o coordenador. A cooperação é focada em três eixos: intercâmbio discente, intercâmbio docente e, futuramente, pesquisas e estratégias de investigação científica entre as duas universidades.

Seminário: Ásia e Relações Internacionais

As parcerias com foco no continente asiático também estenderam-se a instituições locais, como o Instituto de Estudos da Ásia (IEASIA), vinculado ao Centro de Estudos Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Da parceria, nasceu o Seminário: Ásia e Relações Internacionais, realizado em outubro do ano passado na Faculdade Damas, o qual trouxe debates sobre aspectos geopolíticos, históricos, econômicos, diplomáticos e mercadológicos do continente asiático. A comunidade acadêmica pôde refletir sobre essa mudança no poder internacional, que passa cada vez mais a olhar a bacia do pacífico, o mundo asiático, como sendo a nova fonte de poder hegemônico e de atração de negócios.

Unilasalle Canoas e Google for Education juntos em parceria que vai revolucionar a sala de aula

Por Lisiane Machado,
Analista de Comunicação

O Unilasalle Canoas formalizou em 2016 uma parceria com a Google for Education, um passo que aproxima ainda mais a instituição de metodologias inovadoras e conectadas com a necessidade do aluno do futuro. As mudanças que surgem com essa parceria impactam diretamente em sala de aula: professores e alunos passam a ter acesso gratuito a ferramentas que permitem a produção de conhecimento de forma colaborativa e dinâmica.

Uma das primeiras ações fruto da implantação do programa Google For Education no Unilasalle, foi a parceria com a empresa Nuvem Mestra (mais destacado representante do Google For Education no Brasil). Os trabalhos de parceria começaram já em janeiro deste ano, com representantes da empresa participando da formação de professores. A etapa teve início na primeira semana de janeiro com a vinda de Raul Ishikawa, desenvolvedor de novos projetos da Nuvem Mestra, representante do Google For Education no Brasil. Na ocasião, os professores do Unilasalle tiveram um primeiro contato com o projeto e com suas possibilidades. Raul trouxe, através de *cases* de todo o Brasil e do mundo, os resultados que se traduzem em ganhos operacionais e qualidade de vida para alunos e professores. Além disso, destacou que as ferramentas são familiares à maioria dos acadêmicos e possibilitarão que o tempo utilizado com determinadas metodologias seja otimizado com o auxílio desses instrumentos. "Estudos da Google mostram que a tecnologia pode inspirar, engajar e desenvolver a paixão pelo aprendizado", destacou.

A proposta, agora, é que os professores motivem seus colegas e levem ideias aos técnicos da Nuvem Mestra para que idealizações possam ser materializadas em sala de aula.

Confira todas as possibilidades que a parceria com a Google levará para a sala de aula

- **Ferramentas do pacote Google for Education:** as ferramentas do pacote Google são livres, estão disponíveis para seus usuários. O diferencial é que os professores do Unilasalle estão recebendo formação específica para se tornarem avançados no seu uso. De acordo com o diretor de Graduação e Assessor de Inovação, Prof. Dr. Daniel Sperb, o corpo docente da instituição estará preparada para ter uma visão estratégica para o uso do aparato tecnológico de forma pedagógica. "Em março os alunos se depararão com um grupo maior de professores que já foram capacitados no período de férias e isso irá mudar a nossa experiência em sala de aula", ressaltou. Esses mesmos professores também estarão preparados para qualificar os alunos para o uso de tais ferramentas em sala de aula. Além disso, Sperb destaca que este

movimento é uma resposta a um novo modelo de economia colaborativa, uma vez que essas ferramentas estimulam a colaboração e tornam possíveis trabalhos realizados de formas que antes não era viável. Outra novidade que será estruturada ao longo do semestre será a sala Google, espaço específico e equipado para o aprendizado virtual.

• **Bolsas de estudos integrais para alunos do ensino médio com alto rendimento escolar:** a parceria com a Nuvem Mestra permitirá que dez bolsas sejam concedidas para alunos do ensino médio da rede pública e bolsistas da rede privada, contemplando a Rede La Salle. "Vamos atrás das mentes mais brilhantes do ensino médio e eles estarão participando de um projeto diretamente ligado à Google", conta Sperb.

"O aluno será capacitado atuar com projetos que a Google entende como extremamente adequados para o processo de ensino-aprendizagem. É possível que as empresas parceiras Google For Education no Brasil estejam interessadas em contratar profissionais que tenham vivido experiências como essa", comentou o Reitor do Unilasalle, Prof. Dr. Paulo Fossatti.

Caminhada até a parceria contou com olhar inovador da reitoria

A busca por alternativas para novas metodologias e novas ferramentas para o ensino-aprendizagem. Esta é a rotina do Unilasalle em busca da excelência acadêmica. Quem afirma isso é o próprio reitor da instituição, que foi atrás de experiências que possibilitassem esse novo olhar para a sala de aula. Tudo começou com a proposta e coordenação do Fórum da Associação Internacional das Universidades Lassalistas (IALU) em Cuernavaca, no México, reunindo anualmente, desde 2014, as universidades lassalistas ao redor do mundo. Fossatti conta que nas três edições do Fórum foi possível estudar e compartilhar boas práticas em metodologias na educação superior. "O relato de nossa experiência no Brasil e na rede La Salle no mundo, mais nossa convicção de que seria possível agregar valor à nossa expertise educacional com as ferramentas Google For Education, nos levaram ao Vale do Silício. Lá partilhamos e conhecemos excelentes práticas educacionais que se passam ao redor do mundo", ressaltou o reitor, que participou do Simpósio Global de Educação, em novembro, promovido pela Google, em sua sede – Vale do Silício, Califórnia/EUA. O evento reuniu lideranças da área da educação de 14 países, com o intuito de debater e formular políticas que possam transformar a educação.

Crédito: Arquivo Unilasalle

Professores dividem em formação continuada suas experiências com ferramentas Google

Essas ferramentas estimulam a colaboração e tornam possíveis trabalhos realizados de formas que antes não eram viáveis

O educador também fala da importância de levar uma metodologia para as salas de aula capaz de provocar o prazer em aprender a partir de uma forma totalmente proativa, inovadora e empreendedora. "A parceria com a Google For Education nasceu da convicção da reitoria de que o novo *design* para as metodologias educacionais é possível a partir dos princípios do aprender fazendo, do estudo prévio e da ação cooperativa na construção do conhecimento. Temos certeza que a associação do nome La Salle com o Google For Education é expressão de uma parceria que agrega valor a nossa tradição e aos nossos valores educacionais num momento que procuramos nos reinventar para continuar lassalistas". ⊗

Crédito: Católica SC, Divulgação

Empreendedorismo além da sala de aula

Acadêmicos do Curso de Administração da Católica de Santa Catarina propõem a implantação de empresas inéditas e sustentáveis em Jaraguá do Sul

Daiane Vireira,
Católica de Santa Catarina

Um dos maiores desafios de um profissional é colocar em prática as lições que aprendeu nas aulas da faculdade. Uma pesquisa feita pela Endeavor e pelo Sebrae, em 2014, com cinco mil alunos e mais de 600 professores em todo o país, revela que 58% dos universitários entrevistados indicaram pensar em empreender no futuro. Apesar do grande número de estudantes interessados em abrir o próprio negócio, o estudo mostra que a maioria não se prepara para empreender.

O levantamento também revela que apenas 14,1% dos pesquisados gastam tempo aprendendo a iniciar um novo negócio. Diante dessa realidade, como fazer com que os estudantes adquiram o conhecimento necessário para se tornarem empreendedores?

O professor do Curso de Administração da Católica de Santa Catarina, Gelásio Carlini, destaca que só é possível ter uma noção real dos desafios do mundo dos negócios sabendo como o mercado funciona. "O momento certo de fazer isso é quando o aluno ainda está estudando, pois, se errar, vai aprender a tempo de evitar que o erro se repita quando abrir a própria empresa", comenta.

Para estimular o empreendedorismo e promover o contato com o mercado de forma aprofundada, a Católica SC resolveu levar para dentro da sala de aula o desafio de montar e gerir um negócio. Durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os alunos de Administração têm o desafio de criar um estudo de viabilidade de uma empresa da região. Por três semestres os estudantes trabalham em grupo todas as etapas necessárias para a criação de um

Apesar do grande número de estudantes interessados em abrir o próprio negócio, estudo mostra que a maioria não se prepara para empreender

Crédito: Católica SC, Divulgação

Proposta das acadêmicas prevê o gerenciamento completo do lixo hospitalar em Jaraguá do Sul

empreendimento.

O professor Gelásio, também coordenador do TCC, reforça que a iniciativa estimula os alunos a pensarem como empreendedores, pois alia a teoria aprendida em sala de aula durante toda a faculdade à realidade empresarial.

Conheça, a seguir, dois projetos para implantar empresas sustentáveis e inéditas em Jaraguá do Sul propostos por acadêmicos da instituição.

Serviço garante destinação correta ao lixo hospitalar

Pensando na preservação do meio ambiente e na saúde das pessoas, as acadêmicas Dérli Andriélli Martinello, Karoline Koehler, Letícia Alves dos Anjos e Priscila Balsanelli apresentaram uma proposta para implantar uma empresa que realizasse o gerenciamento completo do lixo hospitalar em Jaraguá do Sul.

O serviço incluiria coleta, transporte, tratamento e a destinação correta dos resíduos, atendendo a demanda em um formato que ainda não existe no município. Hoje, os detritos gerados na cidade são coletados por uma empresa que possui contrato com a prefeitura e realiza a coleta de todos os tipos de lixo, desde os orgânicos até os de saúde. Os entulhos são transportados para uma estação de transbordo em Chapecó, onde são retirados por outra empresa que faz o tratamento final.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo grupo, a região de Jaraguá do Sul tem 239 estabelecimentos privados que geram lixo hospitalar, como três grandes hospitais, clínicas médicas, odontológicas e de estética, laboratórios, *pet* shops, ambulatórios de empresas, estúdios de tatuagem e piercing e farmácias.

O principal diferencial da "Sprava - Soluções de Resíduos de Saúde" é que a empresa faria o treinamento dos funcionários dos estabelecimentos para separar o lixo corretamente. Karoline explica que existem vários tipos de resíduos hospitalares e a legislação determina que eles sejam classificados de acordo com a substância responsável pela contaminação. Assim, é possível saber com mais clareza quais materiais serão incinerados e o que será tratado para ser depositado no aterro.

"Constatamos que seria viável implantar na cidade uma empresa de gerenciamento de lixo hospitalar. Aplicamos 128 questionários presencialmente nos estabelecimentos e 98% dos entrevistados afirmaram que contratariam ou que talvez contratariam o serviço", comenta. A Sprava cobraria R$ 10,50 por quilo de lixo coletado e R$ 80,00 pela taxa de coleta. O investimento inicial previsto para implantar a empresa seria de R$ 455 mil. O serviço contaria com uma equipe de oito funcionários.

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), constatou que os municípios coletaram e destinaram 237,6 mil toneladas de resíduos de saúde, das quais 40% têm destino inadequado. O estudo "Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2011" também revelou que 12% dos detritos vão para os lixões, sendo depositados sobre o solo

A iniciativa estimula os alunos a pensarem como empreendedores, pois alia a teoria aprendida em sala de aula durante toda a faculdade à realidade empresarial

Crédito: Católica SC, Divulgação

Pontos de locação de bicicletas elétricas ajudariam a evitar os engarrafamentos em horários de pico e a não poluir o meio ambiente

sem tratamento prévio. Além de contaminar o meio ambiente, esse problema traz um risco muito grave para as pessoas que tiram seu sustento desses locais.

Locação de bicicletas elétricas contribui para a sustentabilidade

Aproveitando que as discussões sobre a mobilidade estão em alta, as acadêmicas Andressa Maira Heller, Andressa Taíse Tribess, Carine Mayer, Gabriela Xavier dos Santos e Sofia Lessmann Cardoso realizaram um estudo sobre a possibilidade de uma empresa de locação de bicicletas elétricas em Jaraguá do Sul. A proposta ajudaria a evitar os engarrafamentos em horários de pico e a não poluir o meio ambiente.

A ideia seria instalar dois pontos de locação de bicicletas: no Centro, perto do Jaraguá do Sul Park Shopping, e na Barra do Rio Cerro, próximo ao Parque Malwee. Para saber se o negócio é viável, o grupo fez diversas pesquisas, incluindo a aplicação de um questionário com a participação de 415 pessoas, e entrevistas com especialistas em mobilidade urbana, donos de lojas de bicicletas elétricas e dez jaraguaenses que se locomovem de carro, ônibus e bicicleta. Elas também visitaram uma empresa de locação de bicicletas elétricas em Balneário Camboriú.

A equipe percebeu que a bicicleta está presente no cotidiano da população, mas que, culturalmente, as pessoas ainda têm por hábito se locomover de carro. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Jourdan em 2011 constatou que 4,76% dos jaraguaenses utilizavam a bicicleta como meio de locomoção. Em 2012, um levantamento feito por acadêmicos da Católica SC apontou que o índice era de 11,40%.

A acadêmica Carine destaca que o uso da bicicleta poderia aumentar com a interligação dos espaços destinados ao ciclista entre o centro e os bairros. Hoje, a cidade conta com 45,32 quilômetros de ciclofaixas e 5,86 quilômetros de ciclovias. "Elas atendem de forma total o centro da cidade, mas a falta de conexões com os bairros dificulta uma locomoção mais sustentável", comenta.

Com a proposta de ser sustentável, a E-bike Jaraguá teria a estrutura formada por contêineres. O custo inicial de implantação seria de R$ 225 mil, incluindo 23 bicicletas. O valor do aluguel de uma bicicleta elétrica seria de R$ 24,00 por uma hora, R$ 48,00 por duas horas e R$ 60,00 para o dia todo.

A equipe constatou que a implantação de uma empresa de locação de bicicletas elétricas, além de ser viável economicamente, poderia contribuir com o turismo da região. De acordo com Carine, 45,8% dos entrevistados disseram que locariam a bicicleta para diversão e lazer. ⊗

ECI | EDUCAÇÃO CATÓLICA EM INTERCÂMBIO

A **Educação Católica em Intercâmbio *(ECI)*** é um programa exclusivo para as escolas associadas à ANEC, cujo o intuito é desenvolver uma proposta de internacionalização voltada para a Educação Católica de todo o país.

MAIS DE 500 ESCOLAS PARCEIRAS NO BRASIL

Programas personalizados

Londres e Paris:
15 dias

Roma, Londres e Paris:
18 dias

Orlando:
8 dias

Diferenciais da ECI

- Programas reconhecidos em todo o território brasileiro
- Certificado válido internacionalmente
- Professores altamente qualificados
- Acompanhamento individualizado
- Projetos pedagógicos bilíngues
- Desenvolvimento de roteiros exclusivos

ESCOLAS EM TODOS OS CONTINENTES

A ECI ABRE AS PORTAS DO MUNDO PARA SUA ESCOLA E PARA SEUS ESTUDANTES!

www.**lifeintercambios**.com.br

contato@lifeintercambios.com.br

+55 (11) **2885-9847**

programa exclusivo

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

operadora oficial

life INTERCÂMBIOS

Educação em Direitos Humanos promove cidadania nas instituições de ensino

Ações governamentais implementam atividades em ambientes escolares e universitários para evitar *bullying*, preconceito e outras formas de intolerância

Por Luana Gomes, estagiária ANEC (sob a supervisão da jornalista **Telma Martes**)

A educação é fundamental para transmitir valores, promover a inclusão social, prevenir a violência e os conflitos. O ensino dos direitos humanos cultiva a humanidade comum às pessoas, para além de suas diferenças individuais. A educação em direitos humanos é essencial para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. Sendo assim, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem e devem ser colocados em prática.

Ao falar em direitos humanos, fala-se também em educação e cidadania. É preciso entender que as duas propostas andam juntas, mas não são sinônimas. É perceptível pelos projetos oficiais do Ministério da Educação (MEC), das Secretarias Municipais e Estaduais que seu objetivo principal é a educação para a cidadania. É bastante comum a ideia de educação e cidadania a serem entendidas como se fossem meramente uma educação moral e cívica. A educação de qualidade é um direito humano essencial e o governo brasileiro a tem como compromisso de promovê-la a todos. Por isso, o Estado prioriza a universalização e ampliação do ensino infantil, médio e superior.

Outros comprometimentos do governo brasileiro são a garantia da educação para pessoas com necessidades especiais, Educação de Jovens e Adultos (EJA), erradicação do analfabetismo e valorização dos educadores, todos com base no conhecimento e na consolidação dos direitos humanos. Para isso, é essencial a contribuição da sociedade civil organizada.

PNEDH

Em 2003, o governo desenvolveu o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), sendo este aperfeiçoado desde então. O objetivo principal é a concretização dos direitos humanos na sociedade civil através da promoção de ambientes educacionais, como escolas e universidades, livres de preconceitos, violência, abuso sexual e intimidação. O Plano incorpora características de documentos internacionais de direitos humanos para promoção da democracia, desenvolvimento, justiça social e uma cultura de paz. Envolve os três poderes da República, organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o MEC, junto com o Ministério da Justiça (MJ) e secretarias especiais, executam programas e projetos de educação em direitos

O grande desafio dos direitos humanos é mudar a mentalidade, corações e atitudes, e as universidades têm um papel especial nesse cenário. Sabemos que o pacto é apenas o início de um longo processo

humanos, coordenam e avaliam as ações desenvolvidas por órgãos e entidades públicas e privadas.

De acordo com a procuradora do Estado de São Paulo, secretária especial de Direitos Humanos do Estado e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Flávia Piovesan, a educação em direitos humanos é fundamental em sala de aula. "É primordial ter um aprendizado onde a visão, os direitos e valores, do respeito, da intolerância, da paz e da diversidade são ensinados. É um empoderamento que impacta outros direitos e permite a todos o desenvolvimento das potencialidades humanas", afirma.

Educação em direitos humanos

O aprendizado em direitos humanos deve estar ligado à vivência do valor da igualdade em dignidade e direitos para todos e deve propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade. A educação para a tolerância se impõe como um valor ativo vinculado à solidariedade e não apenas como tolerância passiva da mera aceitação do outro. Em seguida, o aprendizado deve levar ao desenvolvimento da capacidade de se perceber as consequências pessoais e sociais de cada escolha. Ou seja, deve levar ao senso de responsabilidade. Esse processo educativo visa à formação do cidadão participante, crítico, responsável e comprometido com a mudança daquelas práticas e condições da sociedade que violam ou negam os direitos humanos. Mais ainda, deve visar à formação de personalidades autônomas, intelectuais e sujeitos de deveres e de direitos, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir que não apenas seus direitos, mas também os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos.

Para desenvolver um processo educativo em direitos humanos, é necessário o conhecimento do assunto, suas garantias, instituições de defesa e promoção, declarações oficiais, de âmbito nacional e internacional, com a consciência de que não são neutros e nem meramente declamações retóricas. Exigem certas atitudes e repelem outras. Portanto, demandam também uma vivência compartilhada. A palavra deverá sempre estar ligada a práticas embasadas nos valores dos direitos humanos e na realidade social. Na escola, por exemplo, deverá estar vinculada à realidade concreta dos alunos, dos professores, dos diretores, dos funcionários, da comunidade que a cerca. É bom lembrar que esta educação formal na escola, desde a primária até a universidade e principalmente no sistema público do ensino, resultará mais viável se contar com o apoio dos órgãos oficiais, tanto ligados diretamente à educação como ligados à cultura, à justiça e defesa da cidadania.

De acordo com estudos do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os princípios dos direitos humanos já são incorporados pelos planos de educação de quase 40% dos municípios do país, porém, na maioria (60%), são ausentes. Os números indicam que é importante valorizar os planos oficiais de educação em direitos humanos na escola, tanto

em nível federal, como estadual e municipal. O objetivo maior desta educação na escola é fundamentar o espaço escolar como uma verdadeira esfera pública democrática.

Já existem várias iniciativas de grupos de defesa de direitos humanos no sistema de ensino público e privado, nos movimentos sociais e nas ONGs em geral, como a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, entidade sem fins lucrativos. Ela promove ações com o tema, além dos órgãos oficiais, como no caso da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania no Estado de São Paulo.

Pacto Nacional Universitário

O Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e Direitos Humanos foi desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (MJC). Lançado em 24 de novembro de 2016 e instituído também em consideração ao PNEDH, o objetivo é promover a educação em direitos humanos no ambiente universitário para a superação da violência, preconceito e discriminação nesse espaço. "Visamos combater todas as formas de intolerância. Vamos investir no que chamo de cultura de afirmação dos direitos humanos, porque temos uma cultura que nega e viola direitos, então, é preciso responder com uma cultura que afirma e promove direitos. Se temos uma cultura de violência, vamos responder com uma cultura de paz", declara Piovesan, entusiasta do Pacto.

Por meio de ações educativas, é que se construirá uma cultura de paz e respeito a diversidades nas Instituições de ensino superior (IES) e rede profissional tecnológica. As Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos, de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Lei nº 13.185, de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), regem o Pacto Universitário. Essas ações se fazem necessárias por conta da presença do preconceito nos meios educacionais. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o preconceito atinge 99,3% das instituições de ensino no país, em todos os graus de escolaridade. A intolerância atinge negros, portadores de necessidades especiais, mulheres, homossexuais, entre muitos outros.

De acordo com Flávia, o pacto é o começo de uma longa jornada em direção à consolidação dos direitos humanos. "O grande desafio dos direitos humanos é mudar as mentalidades, corações e atitudes e as universidades têm um papel especial nesse cenário. Sabemos que o Pacto é apenas o início de um longo processo", diz a secretária de Direitos Humanos de SP.

Adesão ao pacto

A adesão ao Pacto Nacional Universitário é aberta a todas as IES (instituições de educação superior de qualquer natureza, seja pública, privada, comunitária, federal, estadual, municipal ou de ensino profissional e tecnológico) do país e Entidades Apoiadoras (EAs), que são órgãos públicos e privados, instituições, associações, entidades e organizações de qualquer natureza que queiram apoiar a implementação do Pacto.

O MEC criou um portal exclusivo para as adesões ao Pacto Universitário http://educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br e ainda um comitê nacional para acompanhar, fortalecer e expandir a implementação em todo o país.

Para aderir ao Pacto Universitário, a IES precisa assinar o Termo de Adesão e apresentar, em até 90 dias, um plano de trabalho e a composição do comitê gestor, responsável pela implementação das ações na instituição. O Comitê e o Plano de Trabalho devem ser registrados no *site* do Pacto. As universidades poderão indicar mais de um Comitê Gestor, caso possua mais de um campus ou unidade. As atividades a serem desenvolvidas podem estar relacionadas a um ou mais eixos referentes a ensino, pesquisa, extensão, gestão ou convivência.

No caso das Entidades Apoiadoras, é preciso assinar o Termo de Adesão no site exclusivo e elaborar um plano de ação indicando as ações que a instituição pretende executar em conformidade com o Pacto Universitário.

ANEC

Lançado no fim de novembro de 2016, o Pacto Universitário já possui 83 IES cadastradas e 16 EAs. Em abril de 2017, mais cinco universidades em Curitiba, no Paraná, devem aderir ao Pacto. Norte e Nordeste já estão na agenda para a apresentação do Pacto Nacional e adesão de universidades. Entre as Entidades Apoiadoras estão Unesco, Natura e o Instituto Max Planck, entre outros. A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) também já é uma EA. Ela atua convidando as IES católicas associadas a aderirem ao Pacto Nacional Universitário.

Para promover os direitos humanos na sua universidade ou ser uma entidade apoiadora, basta acessar www.educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br. ⊗

Grandes idéias fazem toda a diferença em tecnologia e gestão

Há 20 anos a Diferencial constrói inovações gerenciais e eficiência operacional através da Gestão de Tecnologia da Informação e Sistemas em Instituições Católicas. Atuamos em consultoria especializada, governança, projetos e softwares.

Governe a TI da sua Escola

DIFLUMINIS

Eleve os níveis de excelência dos serviços de tecnologia da informação da sua instituição através da profissionalização da gestão, com a metodologia e software DifLUMINIS de Governança e Gestão de TI apoiados na Norma ISO/IEC 20000

Governe sua Instituição (OSC)

DIFÁGAPE

Utilize nosso software DifÁGAPE de gestão de Organizações da Sociedade Civil (ONGs). Um software ERP, de gestão integrada, feito exclusivamente para instituições do Terceiro Setor que buscam excelência gerencial

DIFERENCIAL

Diferencial Consultores Associados

Soluções Estratégicas Para Organizações Vencedoras

www.difnet.com.br

Rua Alagoas, 1314 Sl. 303 - Savassi - Belo Horizonte - MG - Tel. + 55 (31) 3504 9447
diferencial@difnet.com.br

Esquina Do Pensamento

Canal virtual no Youtube reúne reflexões sobre diversos temas cotidianos inclusive educacionais. A saída de um problema pode estar na próxima esquina

Por Luana Gomes, estagiária ANEC e **Telma Martes**, jornalista ANEC

Ao constatar que cada dia mais a sociedade vive em ritmo acelerado, com excesso de informações, expectativas, metas e, de certa forma, carente de momentos de pausa, leveza e reflexão, quatro professores do Distrito Federal se reuniram e criaram um canal no YouTube chamado Esquina do Pensamento.

O canal tem como objetivo propiciar novas ideias com breves reflexões, de maneira a oportunizar as pessoas que o assistem pequenas pausas semanais sobre os dilemas cotidianos, inclusive educacionais. O público-alvo são todas as pessoas que se encontram na posição de educadores, tais como professores, gestores de organizações, assim como também os pais que estão em posição de constituir referencias para os filhos, porém os demais públicos não ficam de fora, pois o que é apresentado também serve para eles.

O Esquina do Pensamento é dividido em três categorias de vídeos: o "cotidiano", com reflexões acerca de fatos do dia a dia; o "aperitivo", com apresentação de livros e filmes; e o "ateliê", com reflexões sobre pensamentos mais estruturais da vida.

Os vídeos são semanais e duram cerca de três a seis minutos, com sugestões de aprofundamentos para quem deseja continuar a reflexão. Além disso, são finalizados com músicas de repertório brasileiro.

Nas escolhas das pautas a serem apresentadas para o momento de reflexão, o prof. Ricardo Mariz, um dos idealizadores e apresentadores das ideias e dos pensamentos no canal, explica que são estruturados conteúdos matriciais, mas os acontecimentos cotidianos e o retorno das pessoas que o acompanham acabam construindo a pauta. "Atualmente temos um grupo de WhatsApp que reage aos vídeos, solicitando esclarecimentos e pautas. O ponto de partida para as pautas não é um conteúdo idealizado, mas os acontecimentos cotidianos, em especial, os problemas e dificuldades que estamos passando. A partir de um tema definido, 'farejamos' fatos, exemplos etc.", conta. Segundo ele, essa é uma frente da dinâmica de construção dos episódios. A outra frente é a fundamentação, no

qual autores de livros convidados para participar através da citação de parte dos textos deles.

Entre os temas abordados no canal estão a falta de tempo; a felicidade; de onde vêm as ideias; dar, receber e retribuir; a escola e os filhos; vale a pena ser professor e outros.

Os temas diretamente ligados à educação têm por intuito chamar atenção para a realidade que se tem vivido atualmente nessa área. Segundo Mariz, a educação vive um momento de muita pressão e aprender foi o caminho que a sociedade criou para se reinventar como seres humanos. "A educação é muito importante e é preciso encontrar formas e criar saídas mais profundas e estruturais para os limites que a vida impõe. O projeto deseja ser uma pequena contribuição para essa tarefa", afirmou prof. Mariz.

Sobre o tema "A escola de nossos filhos", Mariz justifica a escolha dessa pauta por acreditar que os fundamentos que criaram a escola da forma que a conhecemos hoje foram modificados. E, ao olhar para esse contexto, afirma que atualmente temos uma outra base, a escola se encontra com dificuldade de sustentação e é a partir dessas perspectivas, que ele chama atenção no vídeo para que as instituições educacionais e os educadores se reencontrem com os pais e vice-versa para o cumprimento do papel de inserir a criança no mundo.

Ao falar sobre o papel da escola, Mariz explica que as crianças não nascem prontas, sendo preciso acolhê-las na sociedade e dar a elas oportunidade de assimilarem tudo que um dia foi compreendido pelos antepassados e, ainda, a possibilidade de criarem coisas novas. "Essa é a grande missão da escola e ela não cumprirá essa tarefa de auxiliar no desenvolvimento dos alunos se não for com o apoio da família. Mas não na perspectiva de buscar na família a culpa pelos problemas dos alunos, pois, hoje, temos uma relação muito baseada na culpabilidade, ora a escola culpa os pais pelos desafios impostos a eles, ora a família culpa a escola. Na verdade, tanto a escola como os pais precisam reconstruir uma relação em favor da nova geração, dos alunos/estudantes para que eles aprendam mais e da melhor maneira possível", defende o professor.

O canal tem como objetivo propiciar novas ideias com breves reflexões, de maneira a oportunizar as pessoas que assistem pequenas pausas semanais sobre os dilemas cotidianos, inclusive educacionais.

Nesse contexto, Mariz explica que passou a questionar qual a posição do professor nesse jogo todo, e assim surgiu outro tema para o canal. Ele explica que a matéria-prima para o trabalho do educador mudou substancialmente nas últimas décadas, como, por exemplo, a produção de informação. "Atualmente, fora da escola se produz e circula mais informação do que dentro da escola, ou seja, percebo que o papel do professor não pode mais estar centralizado somente na informação e isso não significa abrir mão da informação qualificada. É preciso ser estratégico, educando o pensamento da criança para que ela pense cada vez mais e melhor, de maneira crítica e autocritica", disse.

Criado há cinco meses pelos professores Ricardo Mariz, Leonardo Soares, Reinado Córdova e Leandro Grass, o canal já possui vídeos com mais de quatro mil visualizações e a cada dia aumenta o número de inscritos. Para conhecer o Esquina do Pensamento, basta acessar o YouTube e procurar pelo nome do canal. ⊗

Prof. Ricardo Mariz em uma das edições do Esquina do Pensamento

Escola Católica: novos contextos, novos desafios

Por Ir. Iraní Rupolo,
Vice-presidente da ANEC
Reitora do Centro Universitário Franciscano

A realidade atual nas cidades e regiões onde se encontram nossas escolas católicas apresenta uma diversidade de necessidades de ordem educacional, social, econômica, entre outras que, considerada sob a perspectiva da educação, expõe situações preocupantes. As conquistas humanas alcançadas possibilitam o acesso a bens culturais e tecnológicos decorrentes desse desenvolvimento, mas ao mesmo tempo geram limitações e contingências que se traduzem em dificuldade de acesso a bens materiais, fraqueza espiritual, incapacidade para a disciplina moral e necessidade de formação profissional e religiosa.

Constata-se que a sociedade contemporânea usufrui da evolução e de avanços da ciência e da tecnologia. Há o desfrutar dessas conquistas em todos os campos da atividade humana. Essas facilidades permitem experienciar privilégios não acessíveis no passado que facilitados pela globalização possibilitam o acesso a informações imediatas de fatos e eventos de qualquer parte do planeta, caso isso seja de interesse do poder global reinante. No entanto, nem sempre esse progresso está acompanhado das condições equânimes de alcance a esses bens para o desenvolvimento compatível com o respeito à dignidade do ser humano e de melhoria da vida em sociedade.

Delimitando esse cenário ao contexto do nosso país, são inúmeras necessidades que vivenciamos em que pela missão educativa, somos instados a encontrar soluções ainda que estas se configurem ao âmbito local, restrito à abrangência de cada instituição, mas é preciso não deixar escapar as saídas que estão ao nosso alcance. Essa situação pode se constituir em sinal de alerta a ser compreendido pela escola católica como oportunidade singular para a missão educativa.

Na Carta Apostólica Tertium Milennio Adveniente, afirma o Papa João Paulo II que "cada pessoa, nas suas necessidades materiais e espirituais, está no centro do magistério de Jesus: por isto, a promoção da pessoa humana é a finalidade da escola católica". O reinício anual das atividades escolares deve trazer nova motivação pela educação católica, a qual fundada no Evangelho, busca por meio da atividade educativa, nos diversos níveis e realidades de atuação, que o conhecimento esteja impregnado de respeito ao mundo, à vida e ao ser humano e, colocado no horizonte da fé, torne-se sabedoria.

Não é surpresa para nenhum de nós, mas é bom lembrar que a Boa Notícia de Jesus tem significado atual para a educação de crianças, jovens e adultos, para estudantes e professores, para gestores e pessoal não docente em qualquer de nossas instituições católicas. Agradecidos por esta missão, renovemos o sentido e o valor da educação católica e reflitamos que temos o mandato de Jesus "ide e ensinai" (Mc. 16,19).

Somos instituições escolares que acreditam na educação católica. Encontramo-nos em uma realidade que clama por conhecimento e valores humanos. Contamos com famílias que confiam às escolas católicas a colaboração na formação dos seus filhos. Compartilhamos com profissionais administrativos, docentes e pesquisadores o conhecimento e a missão de ensinar e aprender. Temos escolas repletas de crianças, jovens e adultos que buscam não somente um lugar onde se ensina e se aprende, mas um ambiente educativo para o sentido da vida. Temos convicção de que para cumprir a missão evangelizadora a escola católica deve revigorar sua fundamentação na fé e nos valores cristãos.

NÓS SOMOS A EDUCAÇÃO CATÓLICA

Como única e legítima representante da educação católica no Brasil, a ANEC é referência fundamental no importante papel de defesa dos interesses das entidades católicas de ensino do país, sendo o elo político na representação da educação católica.

A ANEC tem como função primordial representar politicamente os interesses de suas associadas, articular as diversas ações e iniciativas da educação católica do país e proporcionar mecanismos que possibilitem uma melhor atuação da gestão administrativa e pedagógica de suas associadas.

Ou seja, existimos por existir a educação católica. Nossa função é ser a síntese da nossa voz coletiva, sempre presente e vigilante em defesa dos mais altos interesses da educação. Existimos para servir a Igreja através da educação.

PRESENÇA QUE FAZ A DIFERENÇA!

Conheça mais em nossas redes sociais:

/educacaocatolica /anec_br anecnacional

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL

61 3533-5050 | www.anec.org.br

A Mundo Escolar onde você estiver

Mobilidade e conforto no jeito de acessar o seu conteúdo

O aplicativo da **Mundo Escolar** já está disponível para ser usado diretamente do seu smartphone ou tablet.

Receba todo o conteúdo da revista diretamente de onde você estiver, e seja notificado a cada nova edição.

MUNDO ESCOLAR

Disponível em:

Available on the App Store

ANDROID APP ON Google play

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 || www.ftd.com.br

FTD EDUCAÇÃO